

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016 .....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO .....	2
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO .....	4
AMBIENTE REGULATÓRIO .....	17
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS .....	20
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO .....	28
GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	28
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES .....	28
INVESTIMENTOS .....	29
INVESTIMENTOS EM GERAÇÃO .....	29
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	32
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO .....	33
RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	39
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA .....	40
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	41
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS .....	43
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES .....	44
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	45
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	46
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....	48
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	48
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	54
3. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES .....	59
4. SEGMENTOS OPERACIONAIS .....	68
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	71
6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS .....	71
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS – TRANSPORTE DE ENERGIA .....	73
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR .....	74
9. TRIBUTOS DIFERIDOS .....	75
10. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	76
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES .....	77
12. INVESTIMENTOS .....	78
13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL .....	95
14. FORNECEDORES .....	99
15. TRIBUTOS .....	100
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	101
17. ENCARGOS SETORIAIS .....	107
18. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO .....	108
19. PROVISÕES PARA LITÍGIOS .....	113
20. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA .....	120
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS .....	121
22. RECEITA .....	124
23. CUSTOS GERENCIÁVEIS .....	125
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	126
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	127
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	130
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO .....	137
28. SEGUROS .....	139
29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	139
30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	140
31. NOTAS DE CONCILIAÇÃO .....	141
32. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	150
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....	159
TERMO DE RESPONSABILIDADE .....	165

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

A Cemig Geração e Transmissão (“Companhia” ou “Cemig GT”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as declarações dos diretores que revisaram as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o respectivo relatório dos auditores independentes.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A persistência das dificuldades no ambiente macroeconômico em 2016 continuaram a exigir das companhias brasileiras um grande esforço de gestão, e no nosso caso em especial, tendo que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Entretanto, entendemos que esses períodos econômicos são cíclicos e a Companhia está fazendo os ajustes necessários, neste momento de instabilidade, para aumentar a sua solidez financeira e operacional, que sempre fizeram parte da sua história.

Tivemos um aumento na nossa dívida em relação ao ano anterior, mas em montantes bem inferiores aos investimentos que fizemos, destacando-se o pagamento de R\$2,2 bilhões pela outorga das 18 usinas constantes do lote D do leilão promovido pelo Governo Federal em dezembro de 2015, no qual fomos vencedores, e que permitirá a operação pela Companhia dessas usinas pelos próximos 30 anos, destacando-se as usinas de Três Marias e Salto Grande.

Ainda temos um volume relevante de dívidas com vencimento nos próximos dois anos, mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos.

Essa mesma disciplina financeira na gestão da dívida também faz parte da busca da melhoria da eficiência operacional. Os nossos custos gerenciáveis continuam sendo bastante competitivos no mercado de geração de energia. No que se refere especificamente aos custos de pessoal, implementamos um programa de desligamento voluntário que teve a adesão de quase 200 empregados e que contribuirá para a redução na nossa despesa nos próximos anos.

Nosso lucro líquido foi de R\$41 milhões, abaixo do verificado no ano anterior, em função de ajustes no nosso investimento na Renova e, principalmente, de não termos em 2016, no nosso portfólio de energia própria para revenda, a usina de São Simão, tendo em vista a discussão judicial com o Governo Federal a respeito da prorrogação das concessões de Jaguara, Miranda e São Simão.

No que se refere a essa questão da discussão judicial envolvendo as usinas, continuamos dialogando com o Governo Federal a prorrogação dessas concessões. Temos a

expectativa de encontrarmos uma alternativa de prorrogação dos contratos que possa convergir os interesses do Governo Federal com os direitos da Companhia, presentes de forma inequívoca, em nossa opinião, nos contratos de concessão dessas usinas.

No que se refere ao negócio de transmissão, a boa notícia de 2016 foi a definição das regras de indenização dos ativos, consequência da nossa adesão aos termos da Lei 12.783/13 (MP 579). Essa definição foi importante para podermos incluir em nossas projeções de caixa as entradas dos recursos, garantindo assim a sustentabilidade dos investimentos em transmissão, agora com expectativas de taxas de retorno mais atrativas.

Conforme já mencionamos, temos a expectativa que o 2017 represente uma mudança de ciclo, um ambiente macroeconômico mais favorável, com aumento na confiança dos investidores e da sociedade, com a consequente melhoria no ambiente de investimentos.

Essa expectativa já se materializa na redução nas taxas de juros, o que traz benefícios na diminuição do custo financeiro da nossa dívida e também melhora a expectativa com relação às condições financeiras das rolagens e captações de recursos futuras.

Apesar de todos os desafios, continuamos a ser reconhecidos pela sustentabilidade e responsabilidade social presente em nossas operações. A Cemig, controladora da Cemig GT, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Concluindo, ressaltamos mais uma vez a nossa confiança no futuro e na nossa capacidade de gestão para concluirmos a implementação dos ajustes necessários que aumentarão a solidez financeira da Cemig GT.

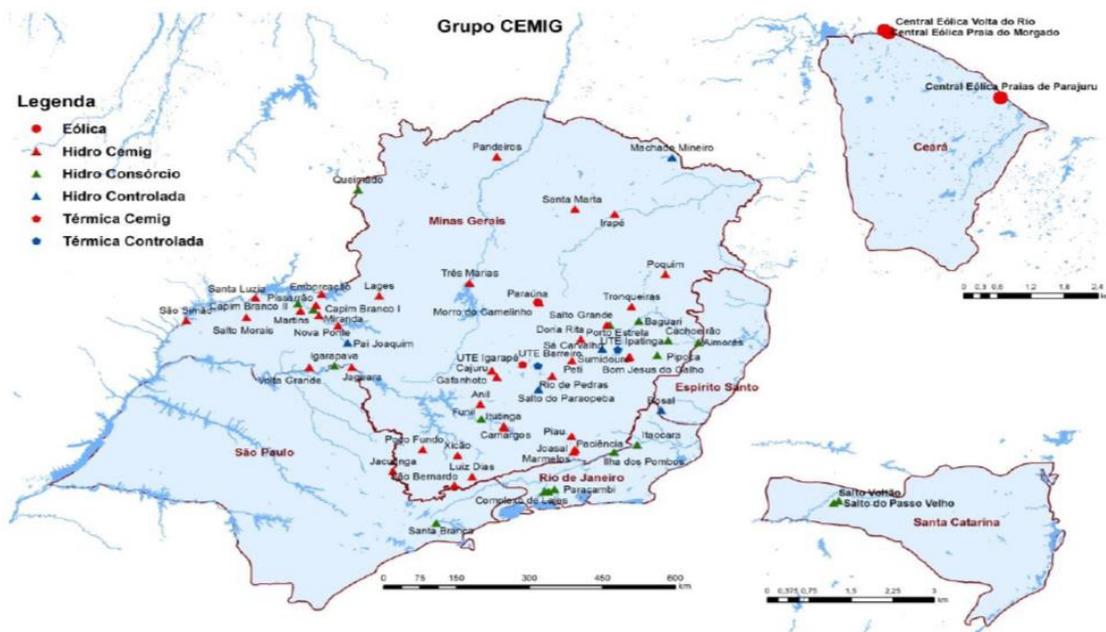
Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, nossos acionistas diretos e indiretos e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como a melhor energia do Brasil.

## A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Desde a sua criação, a Cemig Geração e Transmissão sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica através de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Companhia marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural e também o seu potencial eólico, mapeado pela Cemig através do lançamento do Atlas Eólico de Minas Gerais.

A Companhia possui participação em 63 Usinas, sendo 58 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas, 1 Termelétrica e 1 solar e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não auditadas pelos auditores independentes).

O mapa a seguir mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica em operação da Cemig Geração e Transmissão, incluindo as controladas em conjunto.



## Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Total	Garantia Física Total	Potência Cemig	Garantia Física Cemig	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
São Simão	1.710,00	1.281,00	1.710,00	-	UHE	1978	11/01/2015
Emborcação	1.192,00	497,00	1.192,00	497,00	UHE	1982	23/07/2025
Nova Ponte	510,00	276,00	510,00	276,00	UHE	1994	23/07/2025
Jaguara	424,00	336,00	424,00	336,00	UHE	1971	28/08/2013
Miranda	408,00	202,00	408,00	202,00	UHE	1998	23/12/2016
Irapé	399,00	210,70	399,00	210,70	UHE	2006	28/02/2035
Três Marias	396,00	239,00	396,00	-	UHE	1962	04/01/2046
Volta Grande	380,00	229,00	380,00	229,00	UHE	1974	23/02/2017
Igarapé	131,00	71,30	131,00	71,30	UTE	1978	13/08/2024
Salto Grande	102,00	75,00	102,00	-	UHE	1956	04/01/2046
Itutinga	52,00	28,00	52,00	58,00	UHE	1955	04/01/2046
Camargos	46,00	21,00	46,00	30,00	UHE	1960	04/01/2046
Piau	18,01	13,53	18,01	-	PCH	1955	04/01/2046
Gafanhoto	14,00	6,68	14,00	-	PCH	1946	04/01/2046
Peti	9,40	6,18	9,40	4,26	PCH	1946	04/01/2046
Rio de Pedras	9,28	2,15	9,28	-	PCH	1928	19/09/2024
Poço Fundo	9,16	5,79	9,16	-	PCH	1949	19/08/2025
Tronqueiras	8,50	3,39	8,50	-	PCH	1955	04/01/2046
Joasal	8,40	5,20	8,40	2,15	PCH	1950	04/01/2046
Martins	7,70	1,84	7,70	5,79	PCH	1947	04/01/2046
Cajuru	7,20	2,69	7,20	-	PCH	1959	04/01/2046
Ervália	6,97	4,66	6,97	-	PCH	1999	04/01/2046
São Bernardo	6,82	3,42	6,82	6,63	PCH	1948	19/08/2025
Neblina	6,47	0,35	6,47	-	PCH	1948	04/01/2046
Cel. Domiciano	5,04	3,03	5,04	-	PCH	1994	04/01/2046
Paraúna	4,28	1,90	4,28	-	PCH	1927	Não tem
Paciência	4,08	2,36	4,08	3,42	PCH	1930	04/01/2046
Marmelos	4,00	2,74	4,00	-	PCH	1915	04/01/2046
Dona Rita	2,40	1,03	2,40	-	PCH	1959	04/01/2046
Salto Morais	2,39	0,60	2,39	1,90	PCH	1957	01/07/2020
Sumidouro	2,12	0,53	2,12	-	PCH	1956	08/07/2015
Anil	2,08	1,10	2,08	-	PCH	1964	08/07/2015
Xicão	1,81	0,61	1,81	-	PCH	1941	19/08/2025
Sinceridade	1,42	3,59	1,42	0,60	PCH	1963	04/01/2046
Central Mineirão	1,42	-	1,42	0,53	UFV	2015	Não tem
Poquim	1,41	0,39	1,41	1,10	PCH	2002	08/07/2015
Santa Marta	1,00	0,58	1,00	0,61	PCH	1944	08/07/2015
Pissarrão	0,80	0,55	0,80	1,06	PCH	2001	19/11/2004
Jacutinga	0,72	0,57	0,72	1,03	PCH	1948	NãoTem
Santa Luzia	0,70	0,23	0,70	-	PCH	2001	25/02/2026
Lages	0,68	0,54	0,68	-	PCH	2005	24/06/2010
Queimado	105,00	58,00	86,63	0,39	UHE	2004	02/01/2033
Retiro Baixo	82,00	38,50	40,92	0,58	UHE	2010	25/08/2041
Pipoca	20,00	11,90	9,80	0,55	PCH	2010	10/09/2031
Praias de Parajuru	28,80	8,39	14,11	0,57	EOL	2009	24/09/2032
Praia do Morgado	28,80	13,20	14,11	0,23	EOL	2010	26/12/2031
Cachoeirão	27,00	16,37	13,23	0,54	PCH	2008	25/07/2030
Paracambi (Cemig)	25,00	19,53	12,25	47,85	PCH	2012	19/02/2031
Volta do Rio	42,00	18,41	20,58	19,21	EOL	2010	26/12/2031
Aimorés	330,00	172,00	148,50	5,83	UHE	2005	20/12/2035
Funil	180,00	89,00	81,00	4,11	UHE	2002	20/12/2035
Amador Aguiar I (Capim Branco I)	240,00	155,00	94,36	6,47	UHE	2006	29/08/2036
Amador Aguiar II (Capim Branco II)	210,00	131,00	82,56	8,02	UHE	2007	29/08/2036
Baguari	140,00	80,20	47,60	9,57	UHE	2009	15/08/2041
Porto Estrela	112,00	55,80	33,60	9,02	UHE	2001	10/07/2032
Igarapava	210,00	136,00	49,75	77,40	UHE	1999	30/12/2028
Santo Antônio	3.568,30	2.424,00	646,90	40,05	UHE	2012	12/06/2046
Bom Jesus do Galho	-	-	-	49,88	PCH	1931	NãoTem
Luiz Dias	-	-	-	145,31	PCH	1914	19/08/2025
Pandeiros	-	-	-	45,11	PCH	1957	22/09/2021
Candonga	-	-	-	22,12	UHE	2004	25/05/2035

Ao final do exercício de 2016, a Companhia não possuía projetos de construção de usinas e linhas de transmissão sendo que os projetos de linhas e usinas realizados pela Companhia são para reforço e melhoria da capacidade. Os projetos de construção da Companhia são aqueles realizados por meio de suas investidas.

A evolução dos projetos (de melhoria e construção) está detalhada a seguir:

## Projetos de Usinas – Evolução Física e Investimentos

Usina	Evolução Física em 31/12/2015	Investimento Realizado até 31/12/2015 - R\$ Mil	Evolução Física em 31/12/2016	Investimento Realizado até 31/12/2016 - R\$ Mil
<b>Integral e Compartilhada</b>	-	<b>22.127</b>	-	<b>33.369</b>
Igarapé	40%	8.641	80%	8.842
Rio de Pedras	80%	6.836	90%	251
Volta Grande	75%	2.555	100%	672
Queimado	60%	2.437	80%	504
Irapé	5%	90	55%	3.248
Emborcação	1%	449	11%	1.719
Xicão	1%	401	31%	1.434
Luiz Dias	5%	190	75%	7.774
Miranda	25%	186	25%	-
São Simão	15%	121	15%	-
São Bernardo	2%	106	72%	5.529
Irapé	1%	90	56%	3.248
Nova Ponte	1%	25	7%	148
<b>SPE Proporcional</b>	-	<b>2.831</b>	-	<b>2.696</b>
Três Marias	50%	688	55%	441
Itutinga	-	-	5%	18
Coronel Domiciano	-	-	100%	108
Marmelos	-	-	70%	73
Joasal	-	-	100%	92
Paciência	-	-	100%	92
Piau	56%	149	60%	85
Dona Rita	-	-	100%	178
Ervália	-	-	100%	177
Neblina	-	-	100%	272
Salto Grande	10%	60	100%	890
Sinceridade	-	-	100%	93
Cajuru	-	-	60%	92
Martins	15%	1.934	20%	85
<b>Total</b>	-	<b>24.958</b>	-	<b>36.065</b>

Usina (Sociedade de Propósito Específico)	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporcional	Previsão Operação Comercial	Vencimento da Outorga
UHE Itaocara (UHE Itaocara S.A.)	150,00	93,40	49,00%	73,50	45,77	2020	dez/2049
Santo Antônio (Madeira Energia S.A.)	3.568,00	2.424,40	18,13%	646,88	439,54	Em operação	jun/2043
Belo Monte (Norte Energia S.A.)	11.233,10	4.571,00	11,69%	1.313,15	534,35	Em operação	dez/2044
PCH Dores de Guanhães	14,00	7,14	49,00%	6,86	3,50	2018	2032
PCH Senhora do Porto	12,00	6,51	49,00%	5,88	3,19	2018	2032
PCH Jacaré	9,00	4,99	49,00%	4,41	2,45	2018	2032
PCH Fortuna II	9,00	4,66	49,00%	4,41	2,28	2018	2031
UHE Três Marias (Cemig Geração Três Marias S.A.)	396,00	239,00	100,00%	396,00	239,00	Em operação	jan/2046
UHE Itutinga (Cemig Geração Itutinga S.A.)	52,00	28,00	100,00%	52,00	28,00	Em operação	jan/2046
UHE Salto Grande (Cemig Geração Salto Grande S.A.)	102,00	75,00	100,00%	102,00	75,00	Em operação	jan/2046
UHE Camargos (Cemig Geração Camargos S.A.)	46,00	21,00	100,00%	46,00	21,00	Em operação	jan/2046
PCH Ervália (Cemig Geração Leste S.A.)	6,97	3,03	100,00%	6,97	3,03	Em operação	jan/2046
UHE Cel. Domiciano (Cemig Geração Sul S.A.)	5,04	3,59	100,00%	5,04	3,59	Em operação	jan/2046
PCH Sinceridade (Cemig Geração Leste S.A.)	1,42	0,35	100,00%	1,42	0,35	Em operação	jan/2046
PCH Neblina (Cemig Geração Leste S.A.)	6,47	4,66	100,00%	6,47	4,66	Em operação	jan/2046
PCH Cajuru (Cemig Geração Oeste S.A.)	7,20	2,69	100,00%	7,20	2,69	Em operação	jan/2046
UHE Gafanhoto (Cemig Geração Oeste S.A.)	14,00	6,68	100,00%	14,00	6,68	Em operação	jan/2046
PCH Marmelos (Cemig Geração Sul S.A.)	4,00	2,74	100,00%	4,00	2,74	Em operação	jan/2046
PCH Joasal (Cemig Geração Sul S.A.)	8,40	5,20	100,00%	8,40	5,20	Em operação	jan/2046
PCH Paciência (Cemig Geração Sul S.A.)	4,08	2,36	100,00%	4,08	2,36	Em operação	jan/2046
PCH Piau (Cemig Geração Sul S.A.)	18,01	13,53	100,00%	18,01	13,53	Em operação	jan/2046
PCH Peti (Cemig Geração Leste S.A.)	9,40	6,18	100,00%	9,40	6,18	Em operação	jan/2046
PCH Dona Rita (Cemig Geração Leste S.A.)	2,40	1,03	100,00%	2,40	1,03	Em operação	jan/2046
PCH Tronqueiras (Cemig Geração Leste S.A.)	8,50	3,39	100,00%	8,50	3,39	Em operação	jan/2046
PCH Martins (Cemig Geração Oeste S.A.)	7,70	1,84	100,00%	7,70	1,84	Em operação	jan/2046
<b>Total</b>	<b>15.694,69</b>	<b>7.532,37</b>	<b>-</b>	<b>2.754,68</b>	<b>1.451,35</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Usina (Sociedade de Propósito Específico)	Evolução Física em 31/12/2015	Investimento Realizado até 31/12/2015 (R\$ MM)	Evolução Física em 31/12/2016	Investimento Realizado até 31/12/2016 (R\$ MM)
UHE Itaocara (UHE Itaocara S.A.)	NA	9,00	NA	21,00
Santo Antônio (Madeira Energia S.A.)	99,58%	19,20	1,00	19,73
Belo Monte (Norte Energia S.A.)	83%	850,05	0,92	1.308,52
PCH Dores de Guanhães	92%	98,72	0,92	99,57
PCH Senhora do Porto	97%	85,85	0,97	86,59
PCH Jacaré	82%	66,12	0,82	66,69
PCH Fortuna II	78%	80,26	0,78	80,95
UHE Três Marias (Cemig Geração Três Marias S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
UHE Itutinga (Cemig Geração Itutinga S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
UHE Salto Grande (Cemig Geração Salto Grande S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
UHE Camargos (Cemig Geração Camargos S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
PCH Ervália (Cemig Geração Leste S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
UHE Cel. Domiciano (Cemig Geração Sul S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
PCH Sinceridade (Cemig Geração Leste S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
PCH Neblina (Cemig Geração Leste S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
PCH Cajuru (Cemig Geração Oeste S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
UHE Gafanhoto (Cemig Geração Oeste S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
PCH Marmelos (Cemig Geração Sul S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
PCH Joasal (Cemig Geração Sul S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
PCH Paciência (Cemig Geração Sul S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
PCH Piau (Cemig Geração Sul S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
PCH Peti (Cemig Geração Leste S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
PCH Dona Rita (Cemig Geração Leste S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
PCH Tronqueiras (Cemig Geração Leste S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
PCH Martins (Cemig Geração Oeste S.A.)	Usina já em operação. Foi incorporada ao portfólio da Cemig via leilão Nº 12/2015.	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>1.209,20</b>	-	<b>1.683,05</b>

## Projetos de Linhas – Características Físicas

Subestação	Tensão (KV)	Extensão (KM)	Capacidade Transformação (MVA)	Previsão Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Três Marias - "Instalação 2º Banco de Autotransformadores 345/289 KV, 3x150MVA, conexões, fase reserva"	345 KV		450 MVA	20/11/2015	31/12/2042
SE Montes Claros - Substituição dos trafos 138/13,8 KV	138 KV		30 MVA	10/01/2016	31/12/2042
<b>Linha de Transmissão</b>					
LT 345 KV JAGUARA-US /VOLTA GRANDE MG	345 KV	89,24	Aumento de 624/624 MVA (1044/1044 A) para 866/1117 MVA (1450/1870 A), para condição de operação normal e em emergência, respectivamente.	26/07/2016	31/12/2042

## Projetos de Linhas – Características Financeiras

Subestação	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degraú da RAP	Mês Base	Índice de Correção
SE Três Marias - "Instalação 2º Banco de Autotransformadores 345/289 KV, 3x150MVA, conexões, fase reserva"	100%	5.233.665	5.233.665	N/A	jun/12	IPCA
SE Montes Claros - Substituição dos trafos 138/13,8 KV	100%	1.254.782	1.254.782	N/A	jun/15	IPCA
<b>Linha de Transmissão</b>						
LT 345 KV Jaguara-US /Volta grande- MG	100%	1.304.042	1.304.042	N/A	jun/13	IPCA

## Projetos de Linhas – Evolução Física e Investimentos

Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2015	Investimento Realizado até 31/12/2015 R\$ Mil	Evolução Física em 31/12/2016	Investimento Realizado até 31/12/2016 R\$ Mil
<b>Integral</b>				
SE Taquaril Ampliação 345 KV / 230KV	99,64%	13.238	100%	13.285
SE Conselheiro Pena - Adequação SE 230-69 KV	96%	15.808	100%	16.574
SE Bom Despacho 3 - Instalação de Compensador Estático	97%	59.902	100%	61.792
SE São Gotardo 2 Instalação banco capacitor 345 KV	100%	3.260	100%	3.260
SE Mesquita - Ampliação 500/230 KV e Seções Associadas	100%	17.785	100%	17.785
SE Timóteo - Instalação de seção 13,8 KV e Cabo Ótico 230 KV	95%	714	100%	750
SE Ipatinga 1 Ampliação 230-13,8 KV e Seções Associadas	100%	6.980	100%	6.980
SE São Gotardo 2 - Instalação de Três Seções de 345 KV	100%	7.105	100%	7.105
Atendimento à Região Norte (SEs Três Marias, Várzea da Palma 1 e Montes Claros 2)	100%	46.954	100%	46.954
Atendimento à Região Triângulo	53%	25.859	95%	46.118
SE Itajubá 3 - Atendimento ao Laboratório ISI - Instituto Senai Inovação	0%	-	3%	138
Melhorias no Sistema de Transmissão	76%	92.444	100%	122.337
<b>Total</b>		<b>290.049</b>		<b>343.078</b>

## Garantia Física Realizada e Esperada

Usina	2015 Realizado	2016 Realizado	2017	2018	2019	2020	2021
São Simão	-	-	1281	1281	1281	1281	1281
Emborcação	497	497	497	497	497	497	497
Nova Ponte	276	276	276	276	276	276	276
Jaguara	336	336	336	336	336	336	336
Miranda	202	202	202	202	202	202	202
Irapé	210,7	210,7	210,7	210,7	210,7	210,7	210,7
Três Marias	-	-	-	-	-	-	-
Volta Grande	229	229	68,7	68,7	68,7	68,7	68,7
Igarapé	71,3	71,3	71,3	71,3	71,3	71,3	71,3
Salto Grande	-	-	-	-	-	-	-
Itutinga	-	-	-	-	-	-	-
Camargos	-	-	-	-	-	-	-
Piau	-	-	-	-	-	-	-
Gafanhoto	-	-	-	-	-	-	-
Peti	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Pedras	2,15	2,15	2,15	2,15	2,15	2,15	2,15
Poço Fundo	5,79	5,79	5,79	5,79	5,79	5,79	5,79
Tronqueiras	-	-	-	-	-	-	-
Joasal	-	-	-	-	-	-	-
Martins	-	-	-	-	-	-	-
Cajuru	-	-	-	-	-	-	-
Ervália	-	-	-	-	-	-	-
São Bernardo	3,42	3,42	3,42	3,42	3,42	3,42	3,42
Nebolina	-	0	0	0	0	0	0
Cel. Domiciano	-	0	0	0	0	0	0
Paraúna	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9
Paciência	-	-	-	-	-	-	-
Marmelos	-	-	-	-	-	-	-
Dona Rita	-	-	-	-	-	-	-
Salto Morais	0,74	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Sumidouro	0,34	0,53	0,53	0,53	0,53	0,53	0,53
Anil	1,16	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Xicão	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61
Sinceridade	-	-	-	-	-	-	-
Central Mineirão	-	-	-	-	-	-	-
Poquim	0,58	0,39	0,39	0,39	0,39	0,39	0,39
Santa Marta	0,58	0,58	0,58	0,58	0,58	0,58	0,58
Pissarrão	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55
Jacutinga	0,47	0,57	0,57	0,57	0,57	0,57	0,57
Santa Luzia	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23	0,23
Lages *	0,54	0,54	0,54	0,54	0,54	0,54	0,54
Queimado	47,85	47,85	47,85	47,85	47,85	47,85	47,85
Retiro Baixo	9,61	19,21	19,21	19,21	19,21	19,21	19,21
Pipoca	-	5,83	5,83	5,83	5,83	5,83	5,83
Praias de Parajuru	4,11	4,11	4,11	4,11	4,11	4,11	4,11
Praia do Morgado	6,47	6,47	6,47	6,47	6,47	6,47	6,47
Cachoeirão	-	8,02	8,02	8,02	8,02	8,02	8,02
Paracambi (Cemig)	9,57	9,57	9,57	9,57	9,57	9,57	9,57
Volta do Rio	9,02	9,02	9,02	9,02	9,02	9,02	9,02
Aimorés	77,4	77,4	77,4	77,4	77,4	77,4	77,4
Funil	40,05	40,05	40,05	40,05	40,05	40,05	40,05
Amador Aguiar I (Capim Branco I)	60,94	60,94	60,94	60,94	60,94	60,94	60,94
Amador Aguiar II (Capim Branco II)	51,5	51,5	51,5	51,5	51,5	51,5	51,5
Baguari	27,27	27,27	27,27	27,27	27,27	27,27	27,27
Porto Estrela	16,74	16,74	16,74	16,74	16,74	16,74	16,74
Igarapava	32,22	32,22	32,22	32,22	32,22	32,22	32,22
Santo Antônio	392,22	439,45	439,45	439,45	439,45	439,45	439,45
Bom Jesus do Galho	0,13	-	-	-	-	-	-
Luiz Dias	0,61	-	-	-	-	-	-
Pandeiros	0,47	-	-	-	-	-	-
Candongá	14,51	-	31,5	31,5	31,5	31,5	31,5

## Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 1º/jan/2016	Preço no ACR em 1º/jan/2016	Data e índice de reajuste no ACR
<b>Integral e Compartilhada</b>			
ANIL	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
CAJURU (CEMIG)	Contas Garantia Física	RAG de R\$6.347 mil	(1)
CAMARGOS	Contas Garantia Física	RAG de R\$31.045 mil	(1)
CORONEL DOMICIANO	Contas Garantia Física	RAG de R\$3.484 mil	(1)
DONA RITA	Contas Garantia Física	RAG de R\$1.119 mil	(1)
ERVALIA	Contas Garantia Física	RAG de R\$3.330 mil	(1)
GAFANHOTO	Contas Garantia Física	RAG de R\$12.562 mil	(1)
IGARAPE	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
IRAPE	97,8% ACR até 31/12/2038	R\$ 217,71 por MWh	Várias datas/ IPCA
ITUTINGA	Contas Garantia Física	RAG de R\$42.133 mil	(1)
JACUTINGA	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
JAGUARA	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
JOASAL	Contas Garantia Física	RAG de R\$9.337 mil	(1)
MARMELOS	Contas Garantia Física	RAG de R\$5.263 mil	(1)
MARTINS	Contas Garantia Física	RAG de R\$5.416 mil	(1)
MINEIRÃO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
MIRANDA	3,89% ACR até 31/12/2018	R\$ 148,92 por MWh	Várias datas/ IPCA
NEBLINA	Contas Garantia Física	RAG de R\$4.428 mil	(1)
NOVA PONTE	3,89% ACR até 31/12/2018	R\$ 148,92 por MWh	Várias datas/ IPCA
PACIENCIA	Contas Garantia Física	RAG de R\$5.368 mil	(1)
PANDEIROS	3,89% ACR até 31/12/2018	R\$ 148,92 por MWh	Várias datas/ IPCA
PARAUNA	3,89% ACR até 31/12/2018	R\$ 148,92 por MWh	Várias datas/ IPCA
PETI	Contas Garantia Física	RAG de R\$10.614 mil	(1)
PIAU	Contas Garantia Física	RAG de R\$19.991 mil	(1)
PIÇARRÃO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
POCO FUNDO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
POQUIM	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
QUEIMADO - CEMIG	98,2% ACR até 31/12/2038	R\$ 217,71 por MWh	Várias datas/ IPCA
RIO DE PEDRAS	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
SALTO DE MORAES	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
SALTO GRANDE (CEMIG)	Contas Garantia Física	RAG de R\$84.374 mil	(1)
SANTA MARTA	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
SAO BERNARDO(CEMIG)	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
SAO SIMAO (CEMIG)	Contas Garantia Física	RAG de R\$99.105 mil	IPCA em 07/2016
SINCERIDADE	Contas Garantia Física	RAG de R\$565 mil	(1)
SUMIDOURO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
TEODOMIRO C SAMPAIO	3,89% ACR até 31/12/2018	R\$ 148,92 por MWh	Várias datas/ IPCA
TRES MARIAS	Contas Garantia Física	RAG de R\$7.508 mil	(1)
TRONQUEIRAS	Contas Garantia Física	RAG de R\$7.508 mil	(1)
V GRANDE (CEMIG)	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
XICÃO	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável
ANIL	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável

(1) Reajuste pelo IPCA em 07/2017, atualização dos custos de transmissão em 07/16. Previsto no Edital do Leilão

## Linhas de Transmissão em Operação – Características Físicas

Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
<b>Integral</b>						
Linha 001 - Lei 12.783/2013						
Acesita - Ipatinga 1	simples	230	16,036	-	22/09/76	01/01/43
Aimorés - Mascarenhas (LT2)	simples	230	11,599	-	14/11/07	01/01/43
Baguari - Governador Valadares 2	simples	230	25,52	-	15/06/81	01/01/43
Baguari - Mesquita	simples	230	67,51	-	15/06/81	01/01/43
Barão de Cocais 3 - João Monlevade 2	simples	230	34,61	-	14/09/77	01/01/43
Barão de Cocais 3 - Taquaril	simples	230	46,035	-	14/09/77	01/01/43
Barão de Cocais 3 - White Martins/AngloGold	simples	230	15,31	-	11/05/94	01/01/43
Governador Valadares 2 - Mesquita	simples	230	89,981	-	10/06/94	01/01/43
Guilman Amorim - Ipatinga 1	simples	230	51	-	21/07/71	01/01/43
Guilman Amorim - Nova Era 2	simples	230	17,82	-	21/07/71	01/01/43
Ipatinga - Porto Estrela	simples	230	43,83	-	05/10/73	01/01/43
Ipatinga - Usiminas	simples	230	5,4	-	20/06/12	01/01/43
Ipatinga 1 - Mesquita (LT1)	simples	230	3,4	-	18/06/12	01/01/43
Ipatinga 1 - Mesquita (LT2)	simples	230	3,4	-	24/06/12	01/01/43
Itabira 2 - Itabira 4	simples	230	18,68	-	07/08/73	01/01/43
Itabira 2 - João Monlevade 2	simples	230	26,9	-	01/07/76	01/01/43
Itabira 2 - Nova Era 2	simples	230	23,22	-	15/07/73	01/01/43
Itabira 2 - Porto Estrela	simples	230	84,36	-	05/10/73	01/01/43
Itabira 2 - Sabará 3	simples	230	71,406	-	01/07/71	01/01/43
Itabira 4 - Taquaril	simples	230	76,86	-	07/08/73	01/01/43
Mesquita - Usiminas	simples	230	8,6	-	11/04/84	01/01/43
Nova Era 2 - Silicon	simples	230	13,3	-	01/07/91	01/01/43
Sabará 3 - Taquaril	simples	230	14,648	-	01/07/71	01/01/43
	-	-	769,425	-	-	-
Barbacena 2 - Lafaiete	simples	345	62,48	-	14/05/81	01/01/43
Barbacena 2 - Pimenta	simples	345	231,04	-	29/04/76	01/01/43
Barbacena 2 - Santos Dumont 2	simples	345	44,9	-	15/12/83	01/01/43
Barreiro - Neves 1	simples	345	31,65	-	27/08/62	01/01/43
Barreiro - Taquaril	simples	345	17,6	-	25/06/71	01/01/43
Itabirito 2 - Jeceaba	simples	345	57,5	-	14/05/81	01/01/43
Itabirito 2 - Ouro Preto 2	simples	345	4,6	-	14/05/81	01/01/43
Jaguara - Pimenta (LT1)	simples	345	181,86	-	16/04/73	01/01/43
Jaguara - Pimenta (LT2)	simples	345	182,05	-	06/03/75	01/01/43
Jaguara - Volta Grande	simples	345	89,24	-	25/04/74	01/01/43
Jaguara 345 kV - Jaguara 500 kV (LT1)	simples	345	0,7	-	01/07/77	01/01/43
Jaguara 345 kV - Jaguara 500 kV (LT2)	simples	345	0,46	-	01/07/77	01/01/43
Jaguara 345 kV - Jaguara 500 kV (LT3)	simples	345	0,93	-	01/07/77	01/01/43
Jagura - L. C. Barreto (Estreito)	simples	345	23,971	-	01/02/71	01/01/43
Jeceaba - Lafaiete	simples	345	27,57	-	14/05/81	01/01/43
Juiz de Fora 1 - Santos Dumont 2	simples	345	33,03	-	15/12/83	01/01/43
Montes Claros 2 - Várzea da Palma	simples	345	149,46	-	23/09/84	01/01/43
Neves 1 - Sete Lagoas 4	simples	345	53,11	-	27/08/62	01/01/43
Neves 1 - Taquaril	simples	345	43,43	-	01/04/79	01/01/43
Nova Lima 6 - Ouro Preto 2	simples	345	26,08	-	01/04/77	01/01/43
Nova Lima 6 - Taquaril	simples	345	31,5	-	01/04/77	01/01/43
Pimenta - Taquaril	simples	345	216	-	16/04/73	01/01/43
Pirapora 2 - Várzea da Palma	simples	345	34,83	-	24/01/90	01/01/43
São Gotardo 2 - Três Marias	simples	345	166,05	-	07/07/92	01/01/43
Sete Lagoas 4 - Três Marias	simples	345	174,31	-	27/08/62	01/01/43
Três Marias - Várzea da Palma	simples	345	96,31	-	23/09/84	01/01/43
	-	-	1.980,661	-	-	-

Linha de Transmissão (continuação)	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Água Vermelha - São Simão	simples	500	96,294	-	13/11/78	01/01/43
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT1)	simples	500	228,168	-	22/07/79	01/01/43
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT2)	simples	500	228,409	-	01/04/79	01/01/43
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT1)	simples	500	127,521	-	22/07/79	01/01/43
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT2)	simples	500	127,657	-	01/04/79	01/01/43
Bom Despacho 3 - São Gonçalo do Pará	simples	500	59,056	-	24/11/83	01/01/43
Bom Despacho 3 - São Gotardo 2	simples	500	91,306	-	24/11/83	01/01/43
Cachoeira Paulista - Itajubá 3	simples	500	3,49	-	01/04/02	04/10/30
Emborcação - Itumbiara	simples	500	134,561	-	07/06/82	01/01/43
Emborcação - Nova Ponte	simples	500	86,838	-	01/07/79	01/01/43
Emborcação - São Gotardo	simples	500	248,44	-	24/11/83	01/01/43
Itabirito 2 - Ouro Preto 2	simples	500	5,23	-	24/11/83	01/01/43
Itabirito 2 - São Gonçalo do Pará	simples	500	119,23	-	24/11/83	01/01/43
Itajubá 3 - Poços de Caldas	simples	500	3,49	-	01/04/02	04/10/30
Jaguara - Nova Ponte	simples	500	105,585	-	01/07/79	01/01/43
Jaguara - São Simão	simples	500	342,711	-	24/06/78	01/01/43
Mesquita - Vespasiano 2	simples	500	148,562	-	15/06/81	01/01/43
Neves 1 - Vespasiano 2	simples	500	23,925	-	11/03/84	01/01/43
	-	-	2.180,473	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	<b>4.930,559</b>	-	-	-

## Linhas de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degraú da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
Acesita - Ipatinga 1	100%	166.341	166.341	NA	Junho	IPCA
Água Vermelha - São Simão	100%	135.758	135.758	NA	Junho	IPCA
Aimorés - Mascarenhas (LT2)	100%	278.405	278.405	NA	Junho	IPCA
Baguari - Governador Valadares 2	100%	650.211	650.211	NA	Junho	IPCA
Baguari - Mesquita	100%	326.290	326.290	NA	Junho	IPCA
Barão de Cocais 3 - João Monlevade 2	100%	68.243	68.243	NA	Junho	IPCA
Barão de Cocais 3 - Taquaril	100%	90.527	90.527	NA	Junho	IPCA
Barão de Cocais 3 - White Martins/AngloGold	100%	434.924	434.924	NA	Junho	IPCA
Barbacena 2 - Lafaiete	100%	857.724	857.724	NA	Junho	IPCA
Barbacena 2 - Pimenta	100%	480.808	480.808	NA	Junho	IPCA
Barbacena 2 - Santos Dumont 2	100%	184.800	184.800	NA	Junho	IPCA
Barreiro - Neves 1	100%	120.781	120.781	NA	Junho	IPCA
Barreiro - Taquaril	100%	120.781	120.781	NA	Junho	IPCA
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT1)	100%	413.307	413.307	NA	Junho	IPCA
Bom Despacho 3 - Jaguará (LT2)	100%	63.433	63.433	NA	Junho	IPCA
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT1)	100%	162.229	162.229	NA	Junho	IPCA
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT2)	100%	278.963	278.963	NA	Junho	IPCA
Bom Despacho 3 - São Gonçalo do Pará	100%	240.800	240.800	NA	Junho	IPCA
Bom Despacho 3 - São Gotardo 2	100%	795.314	795.314	NA	Junho	IPCA
Cachoeira Paulista - Itajubá 3	100%	667.192	667.192	NA	Junho	IPCA
Emborcação - Itumbiara	100%	915.967	915.967	NA	Junho	IPCA
Emborcação - Nova Ponte	100%	101.022	101.022	NA	Junho	IPCA
Emborcação - São Gotardo	100%	150.465	150.465	NA	Junho	IPCA
Governador Valadares 2 - Mesquita	100%	166.077	166.077	NA	Junho	IPCA
Guilman Amorim - Ipatinga 1	100%	994.695	994.695	NA	Junho	IPCA
Guilman Amorim - Nova Era 2	100%	3.678.206	3.678.206	NA	Junho	IPCA
Ipatinga - Porto Estrela	100%	680.758	680.758	NA	Junho	IPCA
Ipatinga - Usiminas	100%	503.875	503.875	NA	Junho	IPCA
Ipatinga 1 - Mesquita (LT1)	100%	308.215	308.215	NA	Junho	IPCA
Ipatinga 1 - Mesquita (LT2)	100%	82.445	82.445	NA	Junho	IPCA
Itabira 2 - Itabira 4	100%	14.487	14.487	NA	Junho	IPCA
Itabira 2 - João Monlevade 2	100%	9.520	9.520	NA	Junho	IPCA

Linha de Transmissão (continuação)	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
Itabira 2 - Nova Era 2	100%	19.248	19.248	NA	Junho	IPCA
Itabira 2 - Porto Estrela	100%	419.768	419.768	NA	Junho	IPCA
Itabira 2 - Sabará 3	100%	2.895.250	2.895.250	NA	Junho	IPCA
Itabira 4 - Taquaril	100%	2.898.274	2.898.274	NA	Junho	IPCA
Itabirito 2 - Jeceaba	100%	1.420.720	1.420.720	NA	Junho	IPCA
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 345kV	100%	1.055.228	1.055.228	NA	Junho	IPCA
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 500kV	100%	657.206	657.206	NA	Junho	IPCA
Itabirito 2 - São Gonçalo do Pará	100%	2.379.435	2.379.435	NA	Junho	IPCA
Itajubá 3 - Poços de Caldas	100%	1.035.840	1.035.840	NA	Junho	IPCA
Jaguara - Nova Ponte	100%	691.415	691.415	NA	Junho	IPCA
Jaguara - Pimenta (LT1)	100%	1.161.662	1.161.662	NA	Junho	IPCA
Jaguara - Pimenta (LT2)	100%	5.424.397	5.424.397	NA	Junho	IPCA
Jaguara - São Simão	100%	554.501	554.501	NA	Junho	IPCA
Jaguara - Volta Grande	100%	527.924	527.924	NA	Junho	IPCA
Jaguara 345 kV - Jaguara 500 kV (LT1)	100%	2.642.755	2.642.755	NA	Junho	IPCA
Jaguara 345 kV - Jaguara 500 kV (LT2)	100%	4.236.676	4.236.676	NA	Junho	IPCA
Jaguara 345 kV - Jaguara 500 kV (LT3)	100%	1.533.276	1.533.276	NA	Junho	IPCA
Jaguara - L. C. Barreto (Estreito)	100%	5.250.744	5.250.744	NA	Junho	IPCA
Jeceaba - Lafaiete	100%	5.256.267	5.256.267	NA	Junho	IPCA
Juiz de Fora 1 - Santos Dumont 2	100%	2.934.544	2.934.544	NA	Junho	IPCA
Mesquita - Usiminas	100%	2.937.765	2.937.765	NA	Junho	IPCA
Mesquita - Vespasiano 2	100%	1.359.113	1.359.113	NA	Junho	IPCA
Montes Claros 2 - Várzea da Palma	100%	2.101.264	2.101.264	NA	Junho	IPCA
Neves 1 - Sete Lagoas 4	100%	531.426	531.426	NA	Junho	IPCA
Neves 1 - Taquaril	100%	3.096.551	3.096.551	NA	Junho	IPCA
Neves 1 - Vespasiano 2	100%	1.998.398	1.998.398	NA	Junho	IPCA
Nova Era 2 - Silicon	100%	5.717.205	5.717.205	NA	Junho	IPCA
Ouro Preto 2 - Taquaril	100%	2.564.280	2.564.280	NA	Junho	IPCA
Pimenta - Taquaril	100%	2.429.651	2.429.651	NA	Junho	IPCA
Pirapora 2 - Várzea da Palma	100%	7.886.586	7.886.586	NA	Junho	IPCA
Sabará 3 - Taquaril	100%	3.418.725	3.418.725	NA	Junho	IPCA
São Gotardo 2 - Três Marias	100%	605.756	605.756	NA	Junho	IPCA
Sete Lagoas 4 - Três Marias	100%	254.615	254.615	NA	Junho	IPCA
Três Marias - Várzea da Palma	100%	614.132	614.132	NA	Junho	IPCA
<b>Total</b>	-	<b>92.653.160</b>	<b>92.653.160</b>	-	-	-

Em vista das linhas em operação, inclusive dos novos reforços com respectiva RAP e autorizados pela ANEEL e dos projetos vencidos mediante licitação, a RAP em moeda corrente esperada, para as linhas de transmissão, é de R\$ 102.465 mil para 2017 (evolução de 8,01% em relação a 2016) e de R\$ 123.770 mil para 2021 (evolução de 30,46% em relação a 2016). Vale salientar que esses aumentos são provocados principalmente pela atualização monetária. O quadro a seguir apresenta a evolução da RAP de 2015 a 2021:

## RAP Esperada – R\$ Mil em moeda corrente

Linha de Transmissão - RAP Proporcional em moeda constante de jun/2015	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Controladora Integral</b>							
Acesita - Ipatinga 1	149.536	166.341	178.012	187.123	195.849	204.157	213.313
Água Vermelha - São Simão	1.992.010	2.215.866	2.371.335	2.492.712	2.608.954	2.719.628	2.841.594
Aimorés - Mascarenhas (LT2)	122.043	135.758	145.283	152.719	159.841	166.621	174.094
Baguari - Governador Valadares 2	250.543	278.405	297.938	313.188	327.793	341.698	357.022
Baguari - Mesquita	584.788	650.211	695.831	731.447	765.557	798.032	833.821
Barão de Cocais 3 - João Monlevade 2	293.327	326.290	349.183	367.056	384.173	400.470	418.429
Barão de Cocais 3 - Taquaril	390.986	434.924	465.439	489.263	512.079	533.801	557.740
Barão de Cocais 3 - White Martins/AngloGold	142.731	158.770	169.910	178.607	186.936	194.866	203.605
Barbacena 2 - Lafaiete	894.207	994.695	1.064.484	1.118.970	1.171.151	1.220.832	1.275.582
Barbacena 2 - Pimenta	3.306.618	3.678.206	3.936.275	4.137.754	4.330.709	4.514.421	4.716.877
Barbacena 2 - Santos Dumont 2	601.099	680.758	740.375	778.272	814.565	849.119	887.199
Barreiro - Neves 1	452.971	503.875	539.227	566.828	593.261	618.427	646.162
Barreiro - Taquaril	277.078	308.215	329.840	346.723	362.892	378.286	395.251
Bom Despacho 3 - Jaguarua (LT1)	4.720.292	5.250.744	5.619.144	5.906.763	6.182.211	6.444.465	6.733.477
Bom Despacho 3 - Jaguarua (LT2)	4.725.257	5.256.267	5.625.055	5.912.976	6.188.714	6.451.243	6.740.559
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT1)	2.638.084	2.934.544	3.140.436	3.301.181	3.455.124	3.601.692	3.763.216
Bom Despacho 3 - Neves 1 (LT2)	2.640.980	2.937.765	3.143.884	3.304.805	3.458.917	3.605.647	3.767.347
Bom Despacho 3 - São Gonçalo do Pará	1.221.810	1.359.113	1.454.471	1.528.919	1.600.217	1.668.099	1.742.907
Bom Despacho 3 - São Gotardo 2	1.888.986	2.101.264	2.248.692	2.363.792	2.474.023	2.578.972	2.694.630
Cachoeira Paulista - Itajubá 3	514.506	531.426	551.188	579.401	606.420	632.145	660.495
Emborcação - Itumbiara	2.783.725	3.096.551	3.313.810	3.483.429	3.645.871	3.800.531	3.970.972
Emborcação - Nova Ponte	1.796.512	1.998.398	2.138.609	2.248.075	2.352.909	2.452.721	2.562.717
Emborcação - São Gotardo	5.139.630	5.717.205	6.118.334	6.431.503	6.731.422	7.016.973	7.331.660
Governador Valadares 2 - Mesquita	771.074	857.724	917.904	964.887	1.009.882	1.052.722	1.099.933
Guilman Amorim - Ipatinga 1	432.235	480.808	514.543	540.880	566.102	590.117	616.582
Guilman Amorim - Nova Era 2	166.131	184.800	197.766	207.889	217.583	226.813	236.985
Ipatinga - Porto Estrela	371.553	413.307	442.305	464.944	486.626	507.269	530.018
Ipatinga - Usiminas	57.024	63.433	67.883	71.358	74.685	77.854	81.345
Ipatinga 1 - Mesquita (LT1)	110.264	120.781	129.255	135.871	142.207	148.239	154.887
Ipatinga 1 - Mesquita (LT2)	110.264	120.781	129.255	135.871	142.207	148.239	154.887
Itabira 2 - Itabira 4	145.095	162.229	174.422	183.350	191.900	200.041	209.012
Itabira 2 - João Monlevade 2	250.781	278.963	298.536	313.816	328.450	342.383	357.738
Itabira 2 - Nova Era 2	216.474	240.800	257.695	270.885	283.517	295.544	308.799
Itabira 2 - Porto Estrela	714.968	795.314	851.114	894.679	936.400	976.123	1.019.898
Itabira 2 - Sabará 3	599.790	667.192	714.004	750.550	785.550	818.874	855.598
Itabira 4 - Taquaril	822.688	915.967	981.043	1.031.258	1.079.349	1.125.135	1.175.594
Itabirito 2 - Jeceaba	572.728	1.055.228	1.147.027	1.205.738	1.261.965	1.315.498	1.374.494
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 345kV	30.718	82.445	105.992	111.417	116.613	121.559	127.011
Itabirito 2 - Ouro Preto 2 500kV	109.938	254.615	296.454	311.628	326.160	339.996	355.244
Itabirito 2 - São Gonçalo do Pará	1.212.730	2.564.280	2.769.431	2.911.185	3.046.942	3.176.195	3.318.637
Itajubá 3 - Poços de Caldas	594.579	614.132	636.969	669.573	700.797	730.525	763.287
Jaguara - Nova Ponte	2.184.198	2.429.651	2.600.120	2.733.208	2.860.665	2.982.016	3.115.749
Jaguara - Pimenta (LT1)	2.602.760	2.895.250	3.098.385	3.256.977	3.408.859	3.553.465	3.712.826
Jaguara - Pimenta (LT2)	2.605.479	2.898.274	3.101.622	3.260.380	3.412.421	3.557.178	3.716.705
Jaguara - São Simão	7.089.851	7.886.586	8.439.922	8.871.923	9.285.645	9.679.548	10.113.642
Jaguara - Volta Grande	1.277.193	1.420.720	2.383.247	3.369.815	3.526.959	3.676.575	3.841.456
Jaguara 345 kV - Jaguarua 500 kV (LT1)	13.024	14.487	15.504	16.297	17.057	17.781	18.578
Jaguara 345 kV - Jaguarua 500 kV (LT2)	8.559	9.520	10.188	10.710	11.209	11.685	12.209

<b>Linha de Transmissão - RAP Proporcional em moeda constante de jun/2015</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Jaguara 345 kV - Jaguara 500 kV (LT3)	17.303	19.248	20.598	21.652	22.662	23.623	24.683
Jaguara - L. C. Barreto (Estreito)	377.362	419.768	449.220	472.213	494.234	515.200	538.305
Jeceaba - Lafaiete	594.157	657.206	703.316	739.316	773.792	806.617	842.791
Juiz de Fora 1 - Santos Dumont 2	463.705	527.924	576.818	606.343	634.618	661.539	691.207
Mesquita - Usiminas	90.817	101.022	108.110	113.644	118.944	123.989	129.550
Mesquita - Vespasiano 2	3.073.352	3.418.725	3.658.588	3.845.855	4.025.198	4.195.949	4.384.123
Montes Claros 2 - Várzea da Palma	2.139.055	2.379.435	2.546.380	2.676.717	2.801.540	2.920.383	3.051.352
Neves 1 - Sete Lagoas 4	493.755	1.035.840	1.110.773	1.167.629	1.222.078	1.273.920	1.331.051
Neves 1 - Taquaril	621.565	691.415	739.926	777.799	814.070	848.603	886.660
Neves 1 - Vespasiano 2	544.560	605.756	648.257	681.438	713.215	743.470	776.812
Nova Era 2 - Silicon	135.264	150.465	161.022	169.264	177.157	184.672	192.954
Ouro Preto 2 - Taquaril	1.050.204	1.161.662	1.243.166	1.306.798	1.367.737	1.425.758	1.489.698
Pimenta - Taquaril	4.914.481	5.424.397	5.804.982	6.102.112	6.386.671	6.657.597	6.956.167
Pirapora 2 - Várzea da Palma	498.483	554.501	593.406	623.779	652.868	680.563	711.084
Sabará 3 - Taquaril	149.299	166.077	177.729	186.826	195.538	203.833	212.975
São Gotardo 2 - Três Marias	2.375.773	2.642.755	2.828.175	2.972.936	3.111.573	3.243.568	3.389.030
Sete Lagoas 4 - Três Marias	2.023.040	4.236.676	4.535.910	4.768.082	4.990.431	5.202.129	5.435.426
Três Marias - Várzea da Palma	1.378.378	1.533.276	1.640.853	1.724.840	1.805.274	1.881.855	1.966.250
<b>Total</b>	<b>81.538.370</b>	<b>94.869.026</b>	<b>102.464.570</b>	<b>108.573.838</b>	<b>113.636.938</b>	<b>118.457.488</b>	<b>123.769.901</b>

## Nossa missão, visão e valores

### Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

### Visão do Grupo Cemig

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

### Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

## AMBIENTE REGULATÓRIO

### Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Usina Jaguará”) e Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Para as concessões das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, cujas concessões tem o seu prazo de vencimento do 1º termo, não considerando o período de renovação previsto contratualmente, em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a Lei 12.783/13 (MP 579), conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no art. 19 da Lei nº 9.074/1995.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguará, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até deliberação em sentido contrário do STF.

A Cemig operou a usina de São Simão através do regime de cotas em 2016, onde somente recebeu uma remuneração (Receita anual de geração - RAG) pela operação e manutenção da usina.

Em 06 de março de 2017, o Superior Tribunal de Justiça concedeu liminar para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da usina hidrelétrica de São Simão nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia. Em 28 de março de 2017 a liminar foi revogada.

Mais detalhes sobre essa questão estão apresentados na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

### Pedido de Prorrogação de Prazo da UHE Miranda

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) protocolou, junto ao Poder Concedente, pedido de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, usina que teve o termo final de concessão em 23 de dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia. Em 21 de março de 2017 a liminar foi revogada.

## Conjuntura Hidrológica Brasileira

Após dois anos seguidos com um período úmido (novembro a março) abaixo da média, anos de 2014 e 2015 com 67% e 70% da média histórica respectivamente, o ano de 2016 verificou-se dentro da média histórica, o que possibilitou um ganho de armazenamento significativo nos principais reservatórios. A melhora da hidrologia, no armazenamento e o cenário de baixo consumo de energia levaram a redução na geração térmica do sistema e consequentemente uma queda no PLD (preço de curto prazo) ficando em média 67% abaixo do PLD médio de 2015.

A melhora nas condições do sistema no ano de 2016 reduziu a exposição do gerador hidráulico no mercado de curto prazo, reduzindo o impacto do GSF (Generation Scaling Factor) que fechou o ano em média 0,96 contra 0,85 de 2015.

## ***Transmissão de energia elétrica***

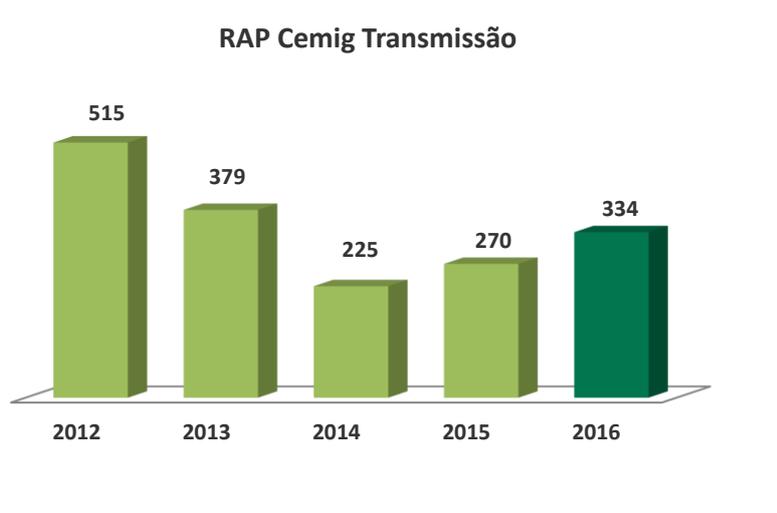
Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela ANEEL, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. Semelhante ao que ocorre na Distribuidora, a Empresa atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, exceto quando houver Revisão Tarifária, prevista para 2017. Esse processo tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pela inflação, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*.

Em julho de 2016, a RAP da Cemig GT (contrato 006/97) foi reajustada em 26,5%, em função da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre a receita homologada, com o acréscimo da receita de novos reforços e melhorias.

A Cemig GT ainda possui a concessão de uma subestação licitada, SE Itajubá, cujo reajuste também ocorre em julho, tendo como índice de atualização o IGP-M.

A Receita homologada para o ciclo 2016/17, das duas concessões, soma R\$334 milhões, sendo R\$297 milhões da Cemig GT e R\$37 milhões da SE Itajubá.



Deve ser ressaltado que a redução na RAP verificada em 2013 decorre da adesão da Companhia aos termos da Lei 12.783/13 (MP 579), com a prorrogação da concessão por 30 anos e a remuneração a partir daquela data apenas pela operação e manutenção dos ativos existentes naquela época.

## DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

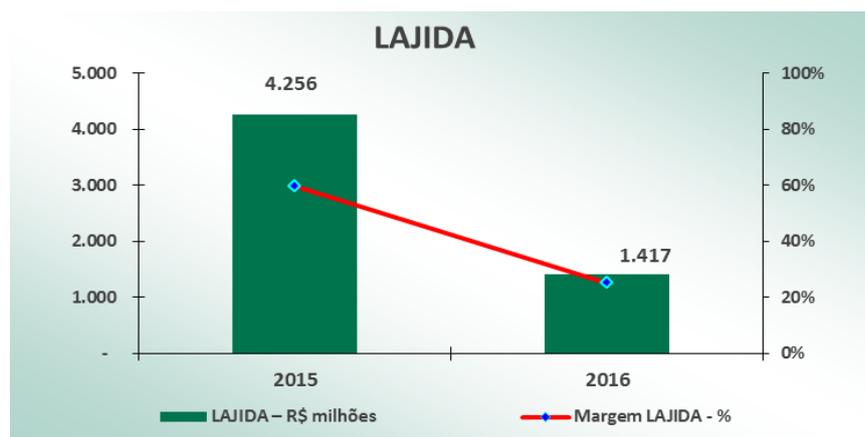
### Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2016, um lucro líquido de R\$41 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$ R\$2.364 milhões no exercício de 2015, redução de 98,27%.

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia registrou queda de 66,71% em 2016 na comparação com 2015, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	2016	2015 Reapresentado	Var %
Resultado do Período	41	2.364	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(36)	913	-
+ Resultado Financeiro Líquido	1.208	785	53,89
+ Amortização e Depreciação	204	194	5,15
= LAJIDA	<b>1.417</b>	<b>4.256</b>	<b>(66,71)</b>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis Regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA em 2016, em comparação com 2015 deve-se, principalmente, à queda do resultado líquido do exercício. Os principais fatores que impactaram o resultado estão descritos na sequência destas Demonstrações Contábeis Regulatórias. A margem do LAJIDA passou de 59,76% em 2015 para 25,15% em 2016.

## Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

Receita	R\$ Mil	
	2016	2015
Fornecimento Faturado	3.683	3.719
Fornecimento - Não faturado	(36)	(3)
Suprimento Faturado (*)	2.687	2.351
Suprimento - Não faturado	213	(151)
<b>Fornecimento Bruto</b>	<b>6.547</b>	<b>5.916</b>
Energia Elétrica de Curto Prazo	153	2.355
<b>Subtotal</b>	<b>6.700</b>	<b>8.271</b>
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	426	350
<b>Total</b>	<b>7.126</b>	<b>8.621</b>

(\*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

## Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	GWh		R\$ milhões		Preço Médio – R\$/MWh	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Industrial	15.495	18.466	3.468	3.630	223,81	196,58
Comercial	832	367	215	90	258,41	245,23
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	-	(36)	(3)	-	-
	<b>16.327</b>	<b>18.833</b>	<b>3.647</b>	<b>3.717</b>	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	12.601	11.134	2.687	2.350	213,24	211,07
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	213	(151)	-	-
	<b>28.928</b>	<b>29.967</b>	<b>6.547</b>	<b>5.916</b>	-	-

(\*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$6.547 milhões em 2016 em comparação a R\$5.916 milhões em 2015, representando um crescimento de 10,67% decorrente, principalmente, do aumento no preço médio/MWh faturado.

## Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado

A Receita de Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, foi de R\$426 milhões em 2016 comparado a R\$350 milhões em 2015, representando crescimento de 21,71%.

## Tributos e Encargos

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.440 milhões em 2016 comparados a R\$1.499 milhões em 2015, registrando redução de 3,94%.

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e

PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

### ***Custos Não Gerenciáveis***

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.052 milhões em 2016 comparados a R\$2.601 milhões em 2015, representando um aumento de 17,34%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 24,41% no volume de energia comprada em 2016 (19.002.578 MWh) comparado com 2015 (15.273.685 MWh), em função da redução da capacidade de geração, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas.

#### Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$84 milhões em 2015. Com o desligamento da UTE Igarapé a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS), a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação de geração de energia elétrica.

### ***Custos Gerenciáveis***

Os custos gerenciáveis foram de R\$952 milhões em 2016 em comparação com R\$827 milhões em 2015, representando aumento de 15,11%. A variação decorre, principalmente, dos eventos descritos abaixo:

#### Provisões

A Companhia registrou, em 2016, provisão para perdas por desvalorização em investimentos no valor de R\$763 milhões, envolvendo os investimentos na Renova, tendo sido este o maior impacto que contribuiu para a variação dos custos gerenciáveis. Mais informações na nota explicativa nº 12 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

#### Receita de Indenização da Transmissão

Em 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$751 milhões (R\$101 milhões em 2015), conforme eventos descritos a seguir:

- R\$20 milhões referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, que foi de R\$1.157 milhões em 23 de fevereiro de 2015, em relação a revisão final;
- R\$90 milhões referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;

- R\$438 milhões referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..
- R\$44 milhões referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R\$159 milhões referente à atualização do saldo de indenização a receber, pelo IPCA e pelo custo de capital próprio, conforme Portaria MME nº120, no período de julho a dezembro de 2016.

O montante a receber, em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$1.805 milhões (R\$1.054 milhões em 31 de dezembro de 2015).

### ***Resultado de valor justo em operação societária***

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729 milhões envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 12.

### ***Resultado de Equivalência Patrimonial***

No exercício de 2016 a Companhia apurou uma despesa com equivalência patrimonial no montante de R\$171 milhões, comparados a uma receita de R\$17 milhões em 2015.

Essa variação reflete, principalmente, o prejuízo de R\$373 milhões da Renova Energia em 2016, em função de ajuste para perdas por desvalorização do seu imobilizado e do investimento na Terraform, além de baixa de opção de venda com a SunEdison. Adicionalmente, foi registrado um ajuste para perdas por desvalorização em ativos de R\$77 milhões realizado pela Guanhães.

### ***Receitas (Despesas) Financeiras***

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$1.208 milhões em 2016 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$785 milhões em 2015, um crescimento de 53,89%. Os que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução da Renda de Aplicação Financeira: R\$71 milhões em 2016 comparado a R\$120 milhões em 2015, redução de 40,83%. Esta variação decorre, principalmente, do menor volume de recursos aplicados em 2016;
- Crescimento das Rendas de Antecipação de Pagamento: R\$37 milhões em 2016 comparados a R\$12 milhões em 2015. Esta variação decorre do maior volume de adiantamento a fornecedores de energia elétrica efetivado em 2016;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$1.173 milhões em 2016 comparado a R\$795 milhões em 2015, um crescimento de 47,55%, decorrente,

principalmente, do maior volume de recursos captados em 2016 com indexação ao CDI e a maior variação do indexador no ano (14,06% em 2016 e 13,23% em 2015).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Em 2016 a Companhia apurou benefício fiscal de Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$36 milhões.

Em 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$913 milhões em relação ao Resultado de R\$3.277 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 27,85% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

### **Liquidez e Recursos de Capital**

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2016, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$3.030 milhões. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos financiamentos obtidos com vencimento no curto prazo.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. No caso específico, já estão sendo feitas negociações com instituições financeiras para a rolagem da dívida com vencimento em 2017 para o longo prazo.

### **Caixa e Equivalentes a Caixa**

O caixa e equivalentes a caixa em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$361 milhões, em comparação com R\$284 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2016, nem os valores disponíveis no caixa, nem os equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta variação do caixa são apresentadas abaixo:

### Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2016 e 2015 totalizou R\$1.078 milhões e R\$1.897 milhões, respectivamente. A redução no caixa gerado por atividades operacionais em 2016 em comparação com 2015 deveu-se, principalmente, à redução do lucro líquido do exercício em 2016 após ajuste dos itens que não afetam o caixa. O lucro líquido ajustado pelas operações que não afetam o caixa foi de R\$1.839 em 2016 comparados a R\$3.654 em 2015, uma redução de 49,67%.

### Fluxo de Caixa Consumido de Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2016 e 2015 totalizou, respectivamente, R\$1.580 milhões e R\$2.025 milhões.

Vide mais informações sobre os investimentos na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

### Fluxo de Caixa Gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou acréscimo de R\$580 milhões e foi composto, principalmente, pela captação de R\$3.382 milhões de financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$2.591 milhões de empréstimos e financiamentos e pagamento de R\$211 milhões de juros sobre o capital próprio.

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento durante 2015 totalizou acréscimo de R\$121 milhões e foi composto, principalmente, pela captação de R\$3.113 milhões de financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$2.550 milhões de empréstimos e financiamentos e pagamento de R\$469 milhões de juros sobre o capital próprio.

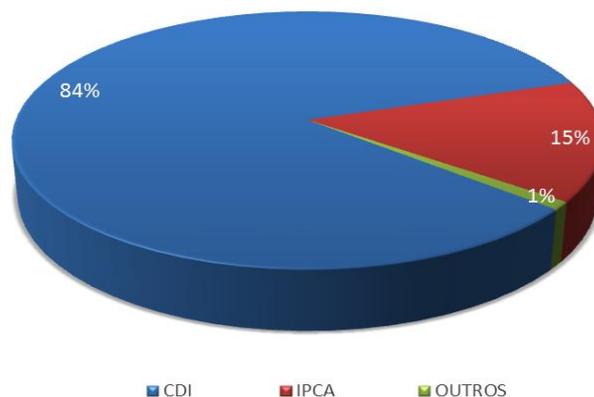
### ***Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida***

A Companhia mantém o seu compromisso de assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio, bem como para evidenciar que o processo de expansão das atividades da Cemig GT tem se dado de forma sustentável.

Em 2016, foram captados R\$3.382 milhões, principalmente para garantir a quitação da segunda parcela de bonificação de outorga do leilão de energia das usinas do Lote D e a amortização de empréstimos captados em exercícios anteriores.

Os detalhes das captações de recursos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 16 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

### Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2016



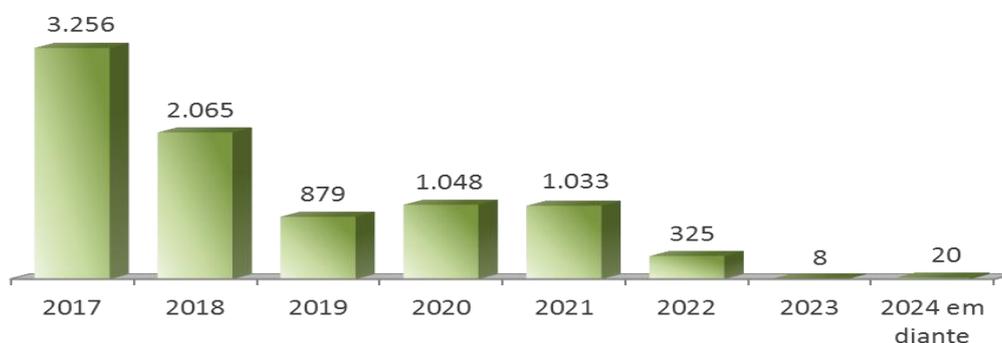
A composição da dívida da Cemig GT é reflexo das fontes de recursos à disposição da empresa (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (atualmente praticamente inexistente). O custo médio da dívida da Cemig GT é de 8,59% a.a. (Custo Real) e de 16,03% a.a. (Custo Nominal), a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo seu Estatuto Social, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$8.634 milhões, tem um prazo médio de 2,5 anos. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## Cronograma de Amortizações da Dívida

### Posicionamento em Dezembro/2016 (R\$ milhões)



A Cemig GT continua tendo grande parte de sua dívida vencendo no curto prazo, em razão das condições de mercado dos últimos anos, mais restritas, mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos. Exemplo disso, a Cemig GT realizou, em 29 de dezembro de 2016, sua 7ª emissão de Debêntures simples no valor de R\$ 2.240 milhões, em série única, com prazo de vigência de 5 anos.

No ano de 2016, as agências de classificação de risco realizaram movimentos de rating da Cemig GT seguindo a deterioração do quadro econômico no país. A Standard & Poor's rebaixou o rating da empresa de brAA- para brBBB+ na classificação nacional e de BB para B+ na classificação global. A Fitch também rebaixou o rating da empresa de AA-(bra) para A(bra) na classificação nacional. Já a Moody's rebaixou, em fevereiro, o rating da empresa de Aa2.br para Baa1.br na classificação nacional e de Ba1 para B1 na classificação global.

## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada até 12 de maio de 2017 que, ao resultado societário do exercício e saldo de lucros acumulados referentes à realização da Reserva de Ajustes de Avaliação, nos montantes de R\$70 milhões e R\$17 milhões respectivamente, R\$4 milhões sejam utilizados para constituição de Reserva Legal e a diferença, no valor de R\$83 milhões, seja distribuída aos acionistas através do pagamento de juros sobre o capital próprio.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2016, foram realizadas 32 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2016 foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal.

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2016	% em relação à auditoria	2015	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	450	100	406	100
Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSSL	17	4	22	5,43
<b>Total</b>	<b>467</b>	<b>104</b>	<b>428</b>	<b>105,43</b>

Os serviços adicionais foram contratados para o período de junho de 2012 a março de 2015, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia na apuração do imposto de renda e contribuição social, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse. Este contrato foi prorrogado em abril de 2015 para vencimento em março de 2017.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

## INVESTIMENTOS

Com base no Plano Diretor, documento que norteia os negócios da Cemig (2005-2035), são definidas as metas de crescimento para o Grupo Cemig bem como as estratégias utilizadas para alcançá-las. Um dos direcionadores estratégicos da Cemig é o crescimento sustentável, com foco no crescimento da geração de eletricidade proveniente de fontes renováveis.

Para assegurar a continuidade de seus negócios, sua progressão no mercado e a confiabilidade e disponibilidade de energia elétrica aos clientes e consumidores, a Cemig acompanha suas participações, supervisionando a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas através de participação ativa nos órgãos de administração, dentro dos critérios de boa governança corporativa, zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios e pelo planejamento do programa de investimentos. A seguir, serão apresentadas as principais participações que a Cemig GT tem e seus destaques.

### Investimentos em Geração

A Companhia fez investimentos de R\$3,1 bilhões em 2016. Os principais destaques de 2016 são como segue:

#### Leilão Aneel (Lote D)

O Conselho de Administração deliberou autorizar a constituição pela Cemig Geração e Transmissão S.A de sete Sociedades de Propósito Específico – SPEs (Três Marias, Salto Grande, Itutinga, Camargos, Sul, Leste e Oeste), que receberam um aporte inicial de R\$

15.783 mil para operar as usinas hidrelétricas do Leilão Aneel nº 12/2015 (Lote D). O pagamento da outorga foi de R\$ 2.216 milhões.

### Renova Energia S.A. - Renova

Em 2016, a Renova baseou sua estratégia em três pontos principais: foco na execução de projetos em construção, adequação da estrutura de capital e revisão do plano de negócios, com o objetivo de garantir a sustentabilidade dos seus negócios no longo prazo.

#### *1 - Foco na Execução de Projetos em Construção:*

Em janeiro de 2016, a Renova conectou integralmente os parques eólicos do complexo Alto Sertão II, iniciando a operação comercial de mais cinco parques do leilão de 2011. Após o vencimento dessa etapa, passou a ter um portfólio em operação de 463,1 MW de capacidade instalada em energia eólica/solar e 190,2 MW em PCHs. Outro ponto importante no ano foram os esforços concentrados na conclusão do projeto Alto Sertão III fase A que se encontra em fase avançada de execução (87% de compleição). Quando concluído, o projeto adicionará 411 MW de capacidade instalada ao portfólio da Renova (que totalizará 1,1 GW em operação). Em adição, a Renova já concluiu 100% da montagem dos painéis solares e torres eólicas do projeto Híbrido, aguardando apenas a conexão da subestação para energização dos parques.

#### *2 - Adequação da Estrutura de Capital:*

A Renova vem atuando intensamente na adequação da sua estrutura de capital ao perfil de longo prazo de seus projetos. O primeiro passo foi dado em fevereiro de 2016, quando a Renova anunciou um aumento de capital. Esse processo foi concluído em junho de 2016 com um volume total de subscrições de R\$280 milhões, sendo R\$240 milhões da Cemig GT e R\$40 milhões da Light Energia principalmente destinados às obras do Alto Sertão III, reforçando o comprometimento dos sócios controladores com o futuro da Renova. Em dezembro de 2016, a Renova anunciou um novo aumento de capital com volume total de até R\$300 milhões que será concluído em 2017. Além disso, a Renova recebeu, antecipadamente, o montante de R\$118 milhões decorrentes de contratos de energia para endereçar compromissos financeiros e operacionais de curto prazo e vem negociando o alongamento de dívida com seus principais financiadores.

#### *3 - Revisão do plano de negócios:*

A Renova tem buscado se adaptar aos novos desafios e desde o quarto trimestre de 2015 vem otimizando seus processos e implantando novos sistemas com o objetivo de melhorar seus resultados. No segundo trimestre de 2016 cancelou o contrato de 676 MW de capacidade instalada com a Cemig GT e negociou a postergação da entrega de 67% da energia do contrato Light II para janeiro de 2020. Essas medidas foram tomadas com o intuito de otimizar e reduzir a sua necessidade de investimentos no curto prazo e melhorar a sua posição de liquidez.

### Usina de Santo Antônio:

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio (UHE Santo Antônio) encerrou o ano de 2016 com todas as suas 50 turbinas em operação e alcançou, assim, sua capacidade plena de produção de energia. Somente em 2016, a hidrelétrica colocou quinze novas unidades geradoras em operação. A construção da UHE Santo Antônio representou um investimento total de cerca de R\$24 bilhões.

A usina possui capacidade para gerar 3.568 MW de energia, de fonte limpa e renovável, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros. Das suas 50 turbinas, 44 abastecerão o Sistema Interligado Nacional (SIN), enquanto as outras 6 serão dedicadas exclusivamente aos estados de Rondônia e do Acre, contribuindo para a segurança e estabilidade do sistema elétrico daquela região.

A UHE Santo Antônio alcançou, entre todos os projetos analisados, o maior número de notas máximas na categoria Implantação em avaliação realizada pela IHA – International Hydropower Association, uma organização sem fins lucrativos, fundada há quase vinte anos, com suporte da Unesco, que mede a sustentabilidade de empreendimentos hidrelétricos. Essa avaliação reforça o compromisso da Hidrelétrica Santo Antônio com as melhores práticas globais de sustentabilidade.

### Belo Monte:

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) administrada pela empresa Norte Energia S.A., em que a Cemig GT tem uma participação indireta de 5,13%, está localizada no Rio Xingu, nas proximidades das cidades de Altamira e Vitória do Xingu, ambas no estado do Pará.

A UHE Belo Monte conta com duas casas de força: Belo Monte e Pimental. A primeira é a principal, com dezoito turbinas, com capacidade de geração de cerca de 11.000 MW, e a segunda, auxiliar, com capacidade de geração de cerca de 233 MW. Dessa forma, a UHE Belo Monte será responsável por 7,5% do potencial instalado do país, sendo a maior hidrelétrica inteiramente brasileira e a quarta maior do mundo, atrás apenas das chinesas Three Gorges (22.000 MW) e Xilodu (13.860 MW), e da brasileira e paraguaia Itaipu (14.000 MW). O empreendimento está demandando um investimento de R\$35,3 bilhões (em moeda corrente) que incluem R\$3,4 bilhões em ações sociais compensatórias.

No primeiro semestre de 2016, entraram em operação comercial as primeiras unidades geradoras de Belo Monte. A geração da primeira unidade da casa de força principal e da primeira unidade da casa de força complementar teve início no mês de abril. Em 31 de dezembro de 2016, havia quatro unidades em operação no sítio Belo Monte e quatro unidades em operação no sítio Pimental, agregando 2.600 MW médios de garantia física ao Sistema Interligado Nacional.

### Guanhães Energia:

A Guanhães Energia S.A é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada com a finalidade de implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, todas situadas no estado de Minas Gerais totalizando 44 MW de Potência Instalada. Esta empresa tem como acionistas a Light Energia S.A (51%) e a Cemig Geração e Transmissão S.A (49%).

Desde dezembro de 2015 as obras de implantação das PCHs foram paralisadas em decorrência da rescisão do Contrato de implantação, motivada por inadimplência do fornecedor. Encontram-se em andamento estudos para reestruturar o projeto e viabilizar a retomada das obras.

Apesar dos atrasos nas obras, pode-se destacar o avanço nas ações socioambientais, tendo sido aprovadas compensações florestais e espeleológicas, que possibilitarão a proteção e a recuperação de áreas maiores que as áreas atingidas pelo empreendimento.

Com as ações ambientais em fase de conclusão, aguarda-se a obtenção das Licenças de Operação das quatro PCHs em 2017.

Mais informações sobre os investimentos em geração, incluindo os aportes realizados, podem ser obtidos na nota explicativa nº 12 das demonstrações contábeis regulatórias.

### **Investimentos em Transmissão**

#### Plano de Melhorias da Transmissão (PMT)

O Conselho de Administração aprovou a revisão da curva de investimentos do Plano de Melhorias da Transmissão - PMT, para o ciclo 2013/2017, mantendo-se o montante original aprovado de R\$170 milhões, expresso em moeda de junho de 2015.

## **AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O processo de gestão de riscos na Cemig GT vem sendo constantemente aprimorado. No que tange à estrutura organizacional destaca-se o Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC, que tem como principais atribuições: (i) Recomendar, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes e procedimentos a serem adotados no Processo de Monitoramento de Riscos Corporativos, visando a eficácia e a melhoria contínua do processo; (ii) Monitorar continuamente o cenário em que a Empresa está inserida e a matriz de riscos corporativos da Empresa, visando identificar os principais riscos e recomendar ações mitigadoras prioritárias a serem propostas à Diretoria Executiva; e (iii) Acompanhar a estrutura de controles internos e ações tomadas para minimizar a ocorrência de eventos que comprometam a realização dos objetivos estratégicos da CEMIG .

Em março de 2016, a estrutura de gestão de riscos da Empresa foi reforçada com a criação da Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos, seguindo as

tendências de normas e melhores práticas nacionais e internacionais de valorização do assunto. Esta superintendência, subordinada à Presidência, tem como principais atribuições: desenvolver e implementar políticas e procedimentos para manter o nível de exposição a riscos dentro de um patamar planejado, zelar pela conformidade com leis e regulamentos, zelar pela conduta ética de nossos profissionais, coordenar e dar suporte às atividades corporativas de compliance e gestão de riscos, elevando esses processos a um novo patamar. Ainda neste ano, foram mapeados os Top Risks (riscos priorizados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração) e foi atualizada a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

#### *Política Antifraude*

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou corrupção, em todas as suas formas, incluindo os atos contra a administração pública definidos pela Lei 12.846/13, sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

## **GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO**

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

#### **Programa de Pesquisa & Desenvolvimento**

Nos últimos 3 anos a Cemig Geração e Transmissão investiu mais de R\$55 milhões em projetos de P&D, em diversos temas. Somente em 2016, foram executados mais de 60 projetos de pesquisa e desenvolvimento com investimentos de mais de R\$13 milhões.

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL**

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local. Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2016 para a Cemig Geração e Transmissão são:

Programa AI6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2016/2017 envolveu a participação de 570 empregados voluntários da Cemig GT, destinando recursos para 101 municípios com o intuito de beneficiar 199 instituições. O montante destinado pelos empregados foi de R\$421 mil, com atendimento de aproximadamente 25.000 crianças e adolescentes.

### **Projetos culturais, esportivos e de saúde**

O fortalecimento do setor cultural é uma das prioridades da Empresa voltada para a cidadania corporativa. Ao promover a cultura, a Cemig beneficia a sociedade local com a geração de oportunidades de lazer, além de preservar a memória e identidade das comunidades onde atua, bem como a própria história da Empresa, visto que a Cemig tem fortes raízes culturais nacionais e locais.

O ano de 2016 foi de grande desafio, principalmente em decorrência da crise financeira enfrentada em todo o País. Para dar continuidade aos projetos, mantendo-se como referência para a sociedade em investimento em cultura, esporte e outras Leis de Incentivo, a Cemig GT realizou parcerias com outras empresas do grupo, que também aplicaram recursos de Leis Federais em importantes projetos no Estado.

#### Saúde:

A Cemig GT participou dos Programas do Ministério da Saúde em conjunto com o Governo de Minas – Secretaria de Estado da Saúde, conforme segue:

- Pronas – Programa Nacional de Assistência à Saúde, beneficiando quatro entidades (APAE de Cristais, APAE de Três Pontas, APAE Dores de Campo e APAE de Caratinga);
- Pronon – Programa Nacional de Apoio Oncológico, beneficiando uma entidade de referência em tratamento oncológico no Estado de Minas Gerais, o Hospital Mário Penna, cujo projeto tem como objetivo a implantação de uma linha de pesquisa voltada à prospecção de biomarcadores em pacientes com câncer.

#### Fundo do Idoso:

O Fundo é gerido por Conselhos dos Direitos do Idoso Estaduais para realizar programas no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos Direitos dos Idosos.

Um dos Projetos atendidos é o do Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS), por meio do projeto REDE CeMAIS 3i, que visa promover a melhoria da qualidade de vida dos idosos institucionalizados em Belo Horizonte, assim como o aprimoramento da gestão de 28 Instituições de Longa Permanência para Idosos do município.

### Esportes:

O Programa gera benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para as crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig GT, fortalece sua imagem como uma empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais. Em 2016, o total investido em esportes foi de R\$ 1,22 milhão, sendo de R\$ 752 mil através de recursos próprios da Cemig GT e R\$ 469 mil por meio de empresas parceiras.

### Cultura:

O fortalecimento do Setor Cultural continua uma das prioridades da Empresa em Cidadania Corporativa. Ao promover a cultura, a Cemig GT beneficia a sociedade local com a geração de oportunidades de lazer, além de preservar a memória e a identidade das comunidades em que atua bem como a própria história da Empresa, visto que a Cemig tem fortes raízes culturais nacionais e mineiras. Além disso, fortalece sua reputação junto às diversas partes interessadas como uma empresa guardiã do patrimônio cultural e que estimula a expressão artística.

Para realização das iniciativas culturais, a Cemig GT é parceira da Secretaria de Estado da Cultura (MG), o que garante o alinhamento com as políticas públicas, fator estratégico para a assertividade na escolha dos projetos a serem patrocinados e também na participação e continuidade de ações estruturadoras da área.

A Cemig GT preocupa-se em levar a cultura por todo o Estado de Minas Gerais, descentralizando as ações da capital. Estima-se que mais de um milhão de pessoas tiveram acesso a alguma ação sócio cultural por meio dos investimentos realizados na Empresa em mais de 100 cidades e em todas as regiões do estado.

Os patrocínios em cultura alcançaram o total de 123 projetos em 2016 com investimentos de R\$ 15,25 milhões, tendo a Cemig GT contribuído com R\$2,31 milhões.

## **Recursos Humanos**

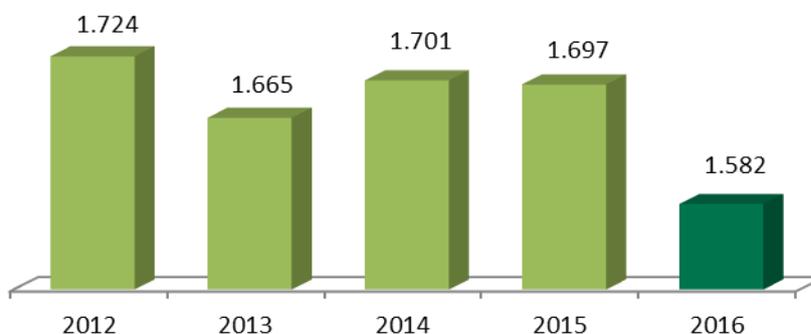
A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

### Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Em 2015 e em 2016 foram lançados Programas de Desligamento Voluntário Programado, com o total de 165 desligamentos ocorridos em 2016. A

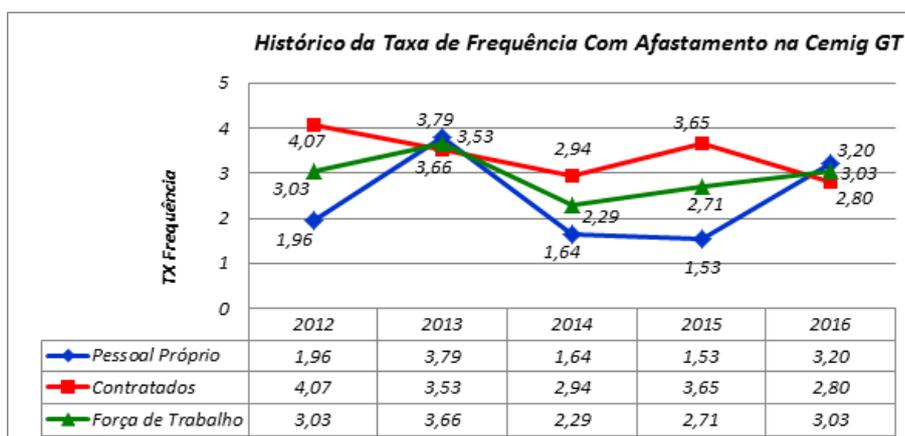
Companhia vem apresentando uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, conforme apresentado no gráfico a seguir:

### Quantidade de Empregados



### Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

A Companhia adota diversas ações e programas voltados às questões de Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, com o objetivo de reduzir os indicadores de acidentes. Em 2016, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFA relativa à força de trabalho fechou no valor de 3,03 acidentes por 1 (um) milhão de horas trabalhadas, 11,81% maior que em 2015, ficando 41,59% acima do limite de 2,14.



Tivemos um aumento na TFA de 109,15% para Pessoal Próprio e uma redução de 23,29% para Pessoal Contratado ao compararmos com os resultados obtidos em 2015. Diversas ações foram realizadas, de forma a possibilitar a melhoria dos resultados, onde se destacam:

- ✓ Filiação à Organização Ibero-Americana de Seguridade Social - OISS;
- ✓ Criação do Grupo Integrado de Prevenção de Riscos de Acidentes de Trabalho;

- ✓ Implementação, em abril de 2016, do Plano Integral de Prevenção de Riscos e Acidentes de Trabalho, elaborado pela OISS, com o objetivo de atingir a “Meta Zero de Acidentes Graves, Fatais, e de Afastamento do Trabalho Superior a 15 dias”.

### UniverCemig

Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

Para o ano de 2016, em função do cenário econômico e da crise do setor energético brasileiro, com conseqüente redução dos recursos financeiros, a estratégia adotada foi de atendimento de demandas prioritárias ao negócio da Empresa, tais como os cursos sobre segurança, os que impactam diretamente na eficiência operacional e os que atendem a requisitos legais.

Em relação aos resultados quantitativos, foram oferecidas pela UniverCemig, em 2016, 2.209 participações e 58.056 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio e também para treinamento de empregados de outras empresas.

### **Meio Ambiente**

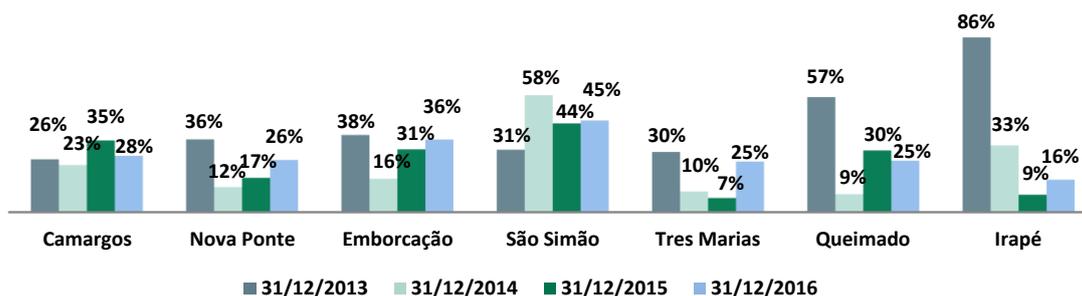
Em 2016, a Cemig GT investiu um total de R\$30,5 milhões em recursos relacionados às questões ambientais, destes, R\$2,4 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente.

### Recursos Hídricos

A Cemig possui uma área dedicada à gestão de recursos hídricos, que através do planejamento adota medidas operativas em suas usinas hidrelétricas que visam calcular a geração ótima de cada usina, garantindo o melhor aproveitamento da água para a geração, sem impactar os demais usos da bacia hidrográfica.

A Cemig monitora regularmente uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, em 42 reservatórios e mais de 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos.

### Armazenamento Usinas CEMIG



### Gestão de Resíduos

A logística reversa e a destinação final de resíduos são feitas por área certificada em Sistema de Gestão Ambiental – SGA Nível 1, que recebe os resíduos devidamente identificados, separados e acondicionados pelas áreas que os geraram. Dentre as várias ações da Companhia em relação à gestão de resíduos destacamos:

No exercício de 2016, foram encaminhadas para destinação ambientalmente adequada 320,6 toneladas de resíduos industriais, tendo sido 100% alienadas. A receita obtida com a venda alcançou R\$ 201,4 mil.

### Programas para a Ictiofauna

O Programa Peixe Vivo atua na expansão e criação de medidas mais efetivas para a conservação da ictiofauna nas bacias hidrográficas onde estejam instaladas usinas da empresa, favorecendo as comunidades que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento. Com o apoio dos diversos segmentos da comunidade, que auxiliaram no planejamento de alternativas preventivas incorporadas às diretrizes da Política Ambiental da Cemig, o Peixe Vivo atua em três frentes: os programas de conservação da ictiofauna e bacias hidrográficas; a produção de conhecimento científico para subsidiar esses programas; e a promoção do envolvimento da comunidade nas atividades previstas.

Em 2016, foram produzidos cerca de 160 mil alevinos, totalizando aproximadamente 5 toneladas, que foram soltos em 17 peixamentos, com a participação de 846 pessoas das comunidades locais, em 10 municípios.

### Biodiversidade

Considerando a predominância de usinas hidrelétricas na matriz energética da Cemig GT, a estratégia ambiental da Companhia em relação à biodiversidade é direcionada aos programas de conservação do conjunto de espécies de peixes que vivem nos cursos d'água onde possui seus empreendimentos.

## Mudanças Climáticas

A atuação da Cemig GT em relação às mudanças climáticas está alinhada à sua estratégia de negócios sendo formalizada, desde 2012, por meio do compromisso intitulado “10 iniciativas para o clima”, em que estão definidas as linhas de ação da Empresa. O envolvimento da alta liderança e a discussão acerca das questões mais relevantes torna essa atuação mais efetiva, como evidenciado pelo estabelecimento de metas voluntárias de redução das emissões, do consumo de eletricidade e das perdas de energia, mesmo a Empresa apresentando baixa intensidade de emissões de GEE. Os detalhes sobre as iniciativas da Cemig relativas a mudanças climáticas podem ser obtidos no site da Companhia.

Em 2016 a Cemig publicou o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por certificador independente. O documento completo pode ser acessado no site da Companhia.

## Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.

Para os empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental formal são aplicados os requisitos mínimos de adequação ambiental da Cemig, que garantem a identificação, o controle e monitoramento dos impactos avaliados. Já os empreendimentos que iniciaram a operação antes de 1986 tiveram que passar pelo processo de licenciamento corretivo. A Cemig GT possui 75,3% dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 24,7% em processo de obtenção das respectivas licenças ambientais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração da Cemig Geração e Transmissão é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

## COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTEs
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Geber Soares de Oliveira
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Agostinho Faria Cardoso
Antônio Dirceu Araújo Xavier	Luiz Guilherme Piva
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Helvécio Miranda Magalhães Junior	Wieland Silberschneider
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Antonio Carlos de Andrada Tovar
Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Nelson José Hubner Moreira	Otávio Silva Camargo
Marcelo Gasparino da Silva	Aloísio Macário Ferreira de Souza
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes	Vago
Vago	Daniel Alves Ferreira
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTEs
Arthur Maia Amaral	Marco Antônio Badaró Bianchini
Edson Moura Soares	Marcos Túlio de Melo
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino	Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve
Manuel Jeremias Leite Caldas	Ronaldo Dias
Vago	Rodrigo de Mesquita Pereira

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Presidente
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Vice-Presidente
José Maria Rabelo	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
José de Araújo Lins Neto	Diretor de Gestão Empresarial
Maura Galuppo Botelho Martins	Diretora de Relações e Recursos Humanos
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretor
Dimas Costa	Diretor Comercial
Adézio de Almeida Lima	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretor de Geração e Transmissão
Thiago de Azevedo Camargo	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Luciano de Araújo Ferraz	Diretor Jurídico

### RELAÇÕES COM INVESTIDORES

#### Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

#### Endereço eletrônico

Site: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br)

E-Mail: [ri@cemig.com.br](mailto:ri@cemig.com.br)

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

### ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015 - Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	361.252	283.703
Consumidores e Revendedores	7	676.851	970.079
Concessionários - Transporte de Energia	7	36.690	37.942
Serviços em Curso		31.207	17.428
Tributos Compensáveis	8a	55.486	41.502
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8b	176.464	77.029
Almoxarifado Operacional		4.401	4.631
Investimentos Temporários	6	274.771	1.899.621
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		16.618	13.097
Despesas Pagas Antecipadamente		19.708	1.580
Dividendos a Receber		34.566	8.472
Encargos Setoriais	17	48.379	-
Outros Ativos Circulantes		49.149	148.302
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.785.542</b>	<b>3.503.386</b>
<b>Ativos de Operações Descontinuadas</b>			
<b>Bens Destinados à Alienação</b>		<b>20.772</b>	<b>20.812</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Concessionárias e Permissionárias		42.617	42.617
Tributos Compensáveis	8a	14.870	23.797
Depósitos Judiciais e Cauções	11	229.294	221.129
Investimentos Temporários	6	8.268	18.053
Transações com Partes Relacionadas		74.630	-
Adiantamento a Fornecedores		229.053	60.000
Despesas Pagas Antecipadamente		46.305	37.553
Bens e Direitos para Uso Futuro		853	853
Indenização pela Concessão a Receber		1.914.529	1.162.596
Outros Ativos Não Circulantes		65.176	132.720
Investimentos	12	7.704.361	5.752.448
Imobilizado	13	3.607.304	3.673.606
Intangível	13	37.470	51.420
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>13.974.730</b>	<b>11.176.792</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>15.781.044</b>	<b>14.700.990</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

### PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015 - Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	14	372.704	331.823
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16	3.263.795	2.831.479
Obrigações Sociais e Trabalhistas		55.860	77.323
Benefício Pós-Emprego	18	45.377	38.048
Tributos	15	132.863	133.870
Encargos Setoriais	17	67.377	72.387
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		605.000	718.137
Venda Antecipada de Energia Elétrica	7	181.200	-
Outros Passivos Circulantes		91.123	56.728
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>4.815.299</b>	<b>4.259.795</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16	5.379.790	4.907.593
Benefício Pós-Emprego	18	861.084	683.422
Tributos	15	101.233	101.233
Provisão para Litígios	19	105.296	77.710
Provisões - Instrumentos Financeiros – Opções de Venda		196.173	147.614
Encargos Setoriais	17	126.742	90.000
Tributos Diferidos	9	17.386	124.791
Outros Passivos Não Circulantes		19.603	19.185
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serv.Público de Energia Elétrica	20	96.428	98.031
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.903.735</b>	<b>6.249.579</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>11.719.034</b>	<b>10.509.374</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	21	1.837.710	1.837.710
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(200.179)	(127.634)
Reservas de Lucros		2.424.479	2.481.540
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.062.010</b>	<b>4.191.616</b>
<b>TOTAL PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>15.781.044</b>	<b>14.700.990</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015 Reapresentado
<b>RECEITA</b>	22a	<b>7.125.522</b>	<b>8.620.945</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		3.646.768	3.716.384
Suprimento de Energia Elétrica		2.900.309	2.199.380
Energia Elétrica de Curto Prazo		152.456	2.355.605
Disponibilização Sistema de Transmissão		425.989	349.576
<b>TRIBUTOS</b>	22b	<b>(1.194.092)</b>	<b>(1.221.088)</b>
ICMS		(552.507)	(568.303)
PIS-PASEP		(114.347)	(116.391)
COFINS		(526.702)	(536.250)
ISS		(536)	(144)
<b>ENCARGOS</b>	22b	<b>(245.509)</b>	<b>(278.101)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(57.005)	(71.430)
Reserva Global de Reversão-RGR		20.146	(32.821)
Conta de Desenvol. Econômico – CDE		(33.933)	(25.158)
Comp.Financ.Util.Rec.Hídricos-CFURH		(115.074)	(99.335)
Tx. Fisc. de Serv Energ. Elétrica – TFSEE		(16.816)	(21.897)
Outros Encargos		(42.827)	(27.460)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>5.685.921</b>	<b>7.121.756</b>
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS</b>		<b>(3.349.156)</b>	<b>(2.978.691)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.052.165)	(2.601.484)
Encargo Transmissão e Conexão		(296.951)	(293.484)
Matéria-Prima e Ins. Prod. Energia Elétrica		(40)	(83.723)
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>2.336.765</b>	<b>4.143.065</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>(952.368)</b>	<b>(827.211)</b>
Pessoal e Administradores	23a	(452.153)	(401.167)
Materiais		(12.538)	(15.589)
Serviços de Terceiros	23b	(133.666)	(159.432)
Arrendamentos e Aluguéis		(28.427)	(20.221)
Seguros		(3.357)	(2.876)
Doações, Contribuições e Subvenções		(1.988)	(18.880)
Provisões		(97.765)	(106.443)
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos		(762.691)	-
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		(446)	(2.268)
(-) Recuperação de Despesas		1.539	1.029
Tributos		(1.652)	(1.471)
Depreciação e Amortização		(203.622)	(193.548)
Gastos Diversos		(49.792)	(26.199)
Outras receitas - Indenização da Transmissão		751.101	100.529
Outras Receitas Operacionais		43.089	19.325
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>1.384.397</b>	<b>3.315.854</b>
<b>Equivalência Patrimonial</b>		<b>(170.934)</b>	<b>746.177</b>
Resultado de Valor Justo em Operação Societária		-	729.442
Equivalência Patrimonial	12	(170.934)	16.735
<b>Resultado Financeiro</b>	24	<b>(1.208.485)</b>	<b>(785.494)</b>
Receitas Financeiras		167.850	204.741
Despesas Financeiras		(1.376.335)	(990.235)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>		<b>4.978</b>	<b>3.276.537</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	10	35.902	(912.556)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>40.880</b>	<b>2.363.981</b>
<b>Lucro por ação</b>		<b>0,01411</b>	<b>0,81607</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015 - Reapresentado
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>40.880</b>	<b>2.363.981</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		
Equivalência sobre Ganhos Abrangentes de Coligadas	29.424	21.868
Efeito de Imposto de Renda	(10.004)	(7.435)
Diferenças Cambiais sobre Conversão de Operações Estrangeiras	(136)	136
Efeito de Imposto de Renda	46	(46)
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	(139.177)	(127.055)
Efeito de Imposto de Renda	47.320	43.198
<b>Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquido de Impostos</b>	<b>(72.527)</b>	<b>(69.334)</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(31.647)</b>	<b>2.294.647</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Não Auditado)</b>	<b>1.700.000</b>	<b>1.304.954</b>	<b>(58.247)</b>	<b>-</b>	<b>2.946.707</b>
<b>Resultado do período</b>	-	-	-	<b>2.363.981</b>	<b>2.363.981</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-	-	-	-
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	(83.856)	-	(83.856)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	14.433	-	14.433
Diferenças Cambiais de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	89	-	89
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(69.334)</b>	<b>2.363.981</b>	<b>2.294.647</b>
<b>Destinação Proposta à A.G.O.</b>					
Reserva Legal	-	115.814	-	(115.814)	-
Juros sobre o capital Próprio	-	-	-	(195.407)	(195.407)
Dividendos Intermediários Estatutários (R\$0,1519 p/ ação)	-	-	-	(440.000)	(440.000)
Dividendos Estatutários (R\$0,1906 p/ ação)	-	-	-	(552.041)	(552.041)
Aumento de Capital	137.710	-	-	-	137.710
Reserva de Incentivos Fiscais - SUDENE	-	20.696	-	(20.696)	-
Retenção de Lucros	-	1.040.076	-	(1.040.076)	-
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial - BRR	-	-	(53)	53	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Reapresentado)</b>	<b>1.837.710</b>	<b>2.481.540</b>	<b>(127.634)</b>	<b>-</b>	<b>4.191.616</b>
<b>Resultado do Período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.880</b>	<b>40.880</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>					
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	(91.857)	-	(91.857)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	19.420	-	19.420
Diferenças Cambiais de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	(90)	-	(90)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(72.527)</b>	<b>40.880</b>	<b>(31.647)</b>
<b>Destinação Proposta à A.G.O.</b>					
Reserva Legal	-	3.493	-	(3.493)	-
Juros s/ Capital Próprio (R\$0,0287 p/ação)	-	-	-	(83.246)	(83.246)
Dividendos Estatutários (R\$0,748 p/ação)	-	(216.754)	-	-	(216.754)
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial - BRR	-	-	(18)	18	-
Parcela Dividendos Obrigatórios não Distribuída – Reversão Provisão	-	202.041	-	-	202.041
<b>Ajustes de diferenças de práticas Societária e Regulatória</b>					
Bonificação pela Outorga - RBO, líquido de imposto (nota 31.2.1)	-	(45.841)	-	45.841	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>1.837.710</b>	<b>2.424.479</b>	<b>(200.179)</b>	<b>-</b>	<b>4.062.010</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015 Reapresentado
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Resultado do Exercício		40.880	2.363.981
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa			
Amortização Depreciação		203.622	193.548
Resultado com Reorganização Societária	12	-	(729.442)
Equivalência Patrimonial	12	170.934	(16.735)
Ganhos / Baixas Líquidos de Imobilizado		12.023	4.554
Provisão Para Perdas em Investimentos	12	762.691	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	10	(35.902)	912.556
Juros e Variações Monetárias		486.799	761.834
Obrigações Pós-Emprego	18	100.252	60.049
Provisões para Demais Perdas Operacionais		97.765	106.444
		<u>1.839.064</u>	<u>3.656.789</u>
(Aumento) Redução de Ativos			
Consumidores e Revendedores		293.363	(302.510)
Depósitos Vinculados a Litígios		2.718	(7.233)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(99.435)	32.470
Dividendos Recebidos de Controladas		169.613	133.953
Tributos Compensáveis		(5.057)	45.639
Outros		(67.616)	(202.027)
		<u>293.586</u>	<u>(299.708)</u>
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		48.100	43.842
Fornecedores Setoriais		66.813	35.109
Fornecedores Demais		(25.932)	(13.073)
Obrigações Pós-Emprego		(54.438)	(47.232)
IR e Contribuição Social a Pagar		113.750	(105.854)
Salários e Encargos Sociais		2.005	8.180
Venda Antecipada de Energia Elétrica	7	181.200	-
Tributos e Contribuição Social		(1.007)	48.710
Outros		(131.431)	27.562
		<u>199.060</u>	<u>(2.756)</u>
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>		<b>2.331.710</b>	<b>3.354.325</b>
Encargos de Dívidas Pagos		(1.116.060)	(773.691)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(137.933)	(683.124)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>1.077.717</b>	<b>1.897.510</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aportes/Aumento de Capital em Controladas		(871.993)	(180.525)
Investimentos		-	(309.684)
Imobilizado		(47.162)	(222.998)
Intangível	31.2.1	(2.278.594)	(5.324)
Títulos e Valores Mobiliários		1.617.463	(1.306.599)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(1.580.286)</b>	<b>(2.025.130)</b>

	Nota	2016	2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Empréstimos Obtidos	16	3.382.451	3.113.449
Empréstimos e Financiamentos Pagos		(2.591.237)	(2.550.422)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(211.096)	(469.311)
Aumento de Capital		-	27.058
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>580.118</b>	<b>120.774</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>77.549</b>	<b>(6.846)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
No início do exercício		283.703	290.549
No fim do exercício		361.252	283.703
		<b>77.549</b>	<b>(6.846)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 63 Usinas, sendo 58 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas e 1 Termelétrica e 1 solar e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não auditadas pelos auditores independentes).

A Companhia assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$3.030 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto prazo, da CEMIG GT totalizaram R\$1.411 milhões e R\$1.853 milhões, com vencimento no primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2017, nos montantes de R\$614 milhões, R\$838 milhões, R\$553 milhões e R\$1.259 milhões, respectivamente.

Cabe destacar que a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo nas suas operações de R\$1.078 milhões em 2016 e R\$1.898 milhões em 2015.

O volume substancial de dívida da Cemig GT poderia afetar, negativamente, os negócios, a condição financeira e o resultado das operações. De forma mais específica, a Cemig GT está

sujeita a determinadas restrições sobre a sua capacidade de captar recursos de terceiros, o que pode impedi-la de celebrar novos contratos para o financiamento das suas operações, ou para o refinanciamento das obrigações existentes, e que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira, conforme segue:

- Com relação aos empréstimos de terceiros: (i) na condição de empresa estatal, a CEMIG GT está sujeita a regras e limites relacionados ao nível de crédito aplicável ao setor público, inclusive as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil (BACEN); e (ii) uma vez que a Companhia opera no setor elétrico, a empresa está sujeita às regras e aos limites estabelecidos pela Aneel que abordam o endividamento de empresas do setor elétrico. Adicionalmente, (iii) as empresas estatais podem usar os recursos provenientes das transações com bancos comerciais apenas para refinarciar obrigações financeiras, ou em transações garantidas por duplicatas.
- Outra regra em vigor é a exigência de aprovação de determinadas operações financeiras internacionais pelo Tesouro Nacional (que faz parte do Ministério da Fazenda) e pelo Banco Central antes da sua execução; essa aprovação é normalmente concedida se o objetivo da operação for financiar a importação de mercadorias ou rolar a dívida estrangeira apenas. O objetivo dessas regras é impor limites sobre a capacidade de endividamento da Companhia.
- A Cemig GT está sujeita às cláusulas restritivas constantes dos seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures. Em caso de descumprimento de uma obrigação nos termos do contrato de financiamento, a Cemig deverá reforçar as garantias do financiamento, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Qualquer evento de inadimplemento nos nossos instrumentos financeiros poderia levar os credores a fazer com que todos os valores relacionados àquela dívida se tornem imediatamente devidos. O vencimento antecipado das dívidas poderia ter efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia, e poderia também resultar na ativação das cláusulas de *cross-default* em outros instrumentos financeiros. Em caso de inadimplemento, os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser insuficientes para liquidar completamente a dívida ou para cumprir o serviço dessas dívidas.
- As agências de classificação de risco de crédito atribuem uma nota ao Brasil, à Companhia e aos seus títulos da dívida a nível Brasil e também atribuem uma nota à Companhia a nível global. Se houver rebaixamento das notas devido a qualquer fator externo, ao desempenho operacional ou ao alto nível da dívida, o custo do capital poderá aumentar.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Cemig GT deverá captar valores significativos de capital de terceiros através de uma ampla variedade de fontes de financiamento. Para fins de cumprimento do serviço da dívida da Companhia após atingir nossas metas de investimentos, a Cemig GT dependeu, e pode continuar a depender, de uma combinação de fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais, reduções nas

nossas linhas de crédito disponíveis, saldo do nosso caixa e aplicações financeiras e contratação de dívidas adicionais.

A Cemig GT possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim.

Apesar da Cemig GT estar com alavancagem significativa, a empresa espera que os saldos de caixa corrente, a liquidez da linha de crédito rotativo, o caixa gerado pelas iniciativas descritas acima, e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa do próximo exercício. A Administração acredita que seus planos serão bem-sucedidos.

Se, por qualquer razão, a Cemig GT apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderia comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nível de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderia comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficiente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderia afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas, Controladas em conjunto e Coligadas (informações de MW não auditadas pelos auditores independentes):

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações em 2009;
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará.
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará.

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará;
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Hidrelétrica Pipoca”) (Controlada em conjunto) - Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais;
- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do consórcio UHE Itaocara de exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig GT participa com 49%.
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Coligada) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia;
- Lightger S.A. (“Light Ger”) (Controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica , mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro;
- Renova Energia S.A. (“Renova”) (Controlada em conjunto) – Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas;
- Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”) (Controlada em conjunto) - A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais. A usina possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios;
- Aliança Norte Energia Participações S.A. (“Aliança Norte”) (Controlada em conjunto) Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig Geração e Transmissão, que detém 49,9% de participação, e a Vale S.A, que detém os 50,1% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9%, na participação da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. A primeira turbina da usina de Belo Monte entrou em operação em 20 de abril de 2016 e a segunda turbina entrou em operação em 16 de julho de 2016;

- Amazônia Energia Participações S.A (“Amazônia Energia”) (Controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig Geração e Transmissão, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. A primeira turbina da usina de Belo Monte entrou em operação em 20 de abril de 2016 e a segunda turbina entrou em operação em 16 de julho de 2016;
- Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”) (Controlada em conjunto) - sociedade por ações de capital fechado, criada pela Cemig GT e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração, e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa, na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Com esses ativos a companhia tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica em operação de 1.158 MW (652 MW médios), entre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT, detêm 55% e 45% do capital total, respectivamente;
- Cemig Geração Três Marias S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 396 MW de potência instalada e 239 MW médios de Garantia Física. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Três Marias, por meio da Receita Anual De Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializada no ACL (Ambiente de Contratação Livre);
- Cemig Geração Salto Grande S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de Garantia Física. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Salto Grande, por meio da Receita Anual De Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializada no ACL (Ambiente de Contratação Livre).

- Cemig Geração Camargos S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de Garantia Física. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Camargos, por meio da Receita Anual De Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializada no ACL (Ambiente de Contratação Livre).
- Cemig Geração Itutinga S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de Garantia Física. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Itutinga, por meio da Receita Anual De Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializada no ACL (Ambiente de Contratação Livre).
- Cemig Geração Leste S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de Garantia Física. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, por meio da Receita Anual De Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializada no ACL (Ambiente de Contratação Livre).
- Cemig Geração Oeste S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de Garantia Física Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação

Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializado no ACL (Ambiente de Contratação Livre).

- Cemig Geração Sul S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de Garantia Física. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, por meio da Receita Anual De Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializada no ACL (Ambiente de Contratação Livre).

Controladas e Controladas em Conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. As obras civis encontram-se 97% concluídas e não há previsão para o início da geração comercial;
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos;

Mais detalhes ver nota explicativa nº 12.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há

diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 29 de janeiro de 2018, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## **2.2 Bases de mensuração**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 09 – Imposto de Renda e Contribuição Social;

- Nota 12 – Investimentos;
- Nota 13 – Depreciação e Amortização;
- Nota 18 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 19 – Provisões;
- Nota 20 – Amortização;
- Nota 22 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Notas 26 e 27 – Instrumentos Financeiros Derivativos e Mensuração pelo Valor Justo.

## 2.5 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As principais práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas na nota explicativa nº 2.7 das Demonstrações Financeiras Societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

*Imobilizado em serviço no segmento de transmissão:* Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

*Imobilizado em curso na atividade de transmissão:* Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços na atividade de transmissão.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados

mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Nas Demonstrações Financeiras societárias, os saldos do Imobilizado referente aos ativos de transmissão são registrados no ativo financeiro, sendo reclassificados para o Imobilizado para fins das Demonstrações Contábeis Regulatórias. Os valores correspondentes a depreciação nas Demonstrações Contábeis Regulatórias são reconhecidos, nas Demonstrações Financeiras Societárias, como redutores da receita operacional.

*Obrigações especiais vinculadas à concessão:* Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Nas Demonstrações Financeiras societárias as Obrigações especiais são registradas como redutoras do ativo intangível e do ativo financeiro.

*Nota de segmentos operacionais* – Apresentados os segmentos de comercialização, geração transmissão e atividade não vinculada em conformidade ao previsto no Manual de Contabilidade do Setor de Energia Elétrica.

Nas Demonstrações Financeiras societárias os segmentos apresentados são os de geração e transmissão e refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

## **2.6 – Reapresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias do Exercício de 2015**

A Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em função dos seguintes fatos ocorridos após a data de aprovação para a emissão das demonstrações contábeis regulatórias originalmente emitidas em 02 de maio de 2016:

1. Em decorrência das conclusões e resultados identificados pela investigação independente, contratada pela Eletrobrás em empreendimentos que possui participação, foi identificada a necessidade de ajuste nas demonstrações financeiras da Norte Energia S.A., investimento no qual a Cemig GT possui participação minoritária, cujo impacto na Cemig GT foi o registro de uma despesa R\$21.390 reconhecida no resultado com equivalência patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em atendimento às determinações do IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Mais informações na nota explicativa 12.

2. No contexto da reapresentação destas demonstrações contábeis regulatórias, o lucro líquido societário referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016 no montante de R\$2.337.663 foi alterado para R\$2.316.273. Desta forma, a Reserva de Retenção de Lucros em 31 de dezembro de 2015 foi alterada de R\$1.187.281 para R\$1.176.586.

Os efeitos nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia são conforme segue:

Balço Patrimonial	Nota	2015	Ajustes	2015 - Reapresentado
<b>Ativo</b>				
<b>Não Circulante</b>				
Investimentos	13	5.773.838	(21.390)	5.752.448
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>11.218.994</b>	<b>(21.390)</b>	<b>11.197.604</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>14.722.380</b>	<b>(21.390)</b>	<b>14.700.990</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	22	728.832	(10.695)	718.137
<b>Total do Circulante</b>		<b>4.270.490</b>	<b>(10.695)</b>	<b>4.259.795</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>10.520.069</b>	<b>(10.695)</b>	<b>10.509.374</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Reserva de Lucros	22	2.492.235	(10.695)	2.481.540
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>4.202.311</b>	<b>(10.695)</b>	<b>4.191.616</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>14.722.380</b>	<b>(21.390)</b>	<b>14.700.990</b>

Demonstração do Resultado	2015	Ajustes	2015 - Reapresentado
Resultado de Equivalência Patrimonial	38.125	(21.390)	16.735
<b>Resultado antes dos Impostos sobre o Lucro</b>	<b>3.297.927</b>	<b>(21.390)</b>	<b>3.276.537</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>2.385.371</b>	<b>(21.390)</b>	<b>2.363.981</b>

Demonstração dos Resultados Abrangentes	2015	Ajustes	2015 - Reapresentado
Resultado do Exercício	2.385.371	(21.390)	2.363.981
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>2.316.037</b>	<b>(21.390)</b>	<b>2.294.647</b>

Demonstração do Fluxo de Caixa	2015	Ajustes	2015 - Reapresentado
Resultado do Exercício	2.385.371	(21.390)	2.363.981
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>			
Resultado de Equivalência Patrimonial	38.125	(21.390)	16.735

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	2015	Ajustes	2015 - Reapresentado
<b>Lucros Acumulados</b>			
Resultado do Exercício	2.385.371	(21.390)	2.363.981
<b>Reservas de Lucros</b>			
Retenção de Lucros	1.187.281	(10.695)	1.176.586
<b>Total das Reservas de Lucros</b>	<b>2.492.235</b>	<b>(10.695)</b>	<b>2.481.540</b>

### 3. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig Geração e Transmissão, incluindo as participações em consórcio e as controladas integrais, detêm junto à ANEEL, as concessões e autorizações:

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
<b>GERAÇÃO</b>			
<b>Usinas Hidrelétricas</b>			
São Simão (1)	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara (1)	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda (1)	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	01/2016	01/2046
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	02/2000	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	12/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	01/2016	01/2046
Funil (1)	Rio Grande	12/2000	12/2035
Queimado	Rio Preto	11/1997	11/2032
Itutinga	Rio Grande	01/2016	01/2046
Camargos	Rio Grande	01/2016	01/2046
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	05/1997	05/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	12/1998	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	01/2016	01/2046
Gafanhoto	Rio Pará	01/2016	01/2046
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
<b>Usinas Termelétricas</b>			
Igarapé	Juatuba - MG	07/1997	08/2024

(1) Não foi considerada a prorrogação da concessão conforme previsto no Contrato de Concessão. Vide detalhes nesta nota

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
<b>TRANSMISSÃO</b>			
Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	12/2042
Subestação – SE Itajubá	Minas Gerais	10/2000	10/2030

## Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia vende energia através de leilões para as distribuidoras atenderem às demandas de seu mercado cativo e vende energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). No ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCH”), auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento tenha sido iniciado após julho de 1995.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao mercado regulado após o período de cinco anos da comunicação desta intenção ao distribuidor de sua região. Esta comunicação prévia procura assegurar à distribuidora um período necessário para comprar energia adicional para suprir a reentrada de consumidores livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas, diferentemente do que ocorre com geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

### Leilão de Concessões de Geração de Energia Elétrica

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, conforme quadro demonstrativo abaixo, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente à Furnas S.A.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MWmed)
UHE Três Marias	Jan/2045	396,00	239,00
UHE Salto Grande	Jan/2045	102,00	75,00
UHE Itutinga	Jan/2045	52,00	28,00
UHE Camargos	Jan/2045	46,00	21,00
PCH Piau	Jan/2045	18,01	13,53
PCH Gafanhoto	Jan/2045	14,00	6,68
PCH Peti	Jan/2045	9,40	6,18
PCH Tronqueiras	Jan/2045	8,50	3,39
PCH Joasal	Jan/2045	8,40	5,20
PCH Martins	Jan/2045	7,70	1,84
PCH Cajuru	Jan/2045	7,20	2,69
PCH Paciência	Jan/2045	4,08	2,36
PCH Marmelos	Jan/2045	4,00	2,74
PCH Coronel Domiciano (1)	Jan/2045	5,04	3,59
PCH Dona Rita (1)	Jan/2045	2,41	1,03
PCH Ervália (1)	Jan/2045	6,97	3,03
PCH Neblina (1)	Jan/2045	6,47	4,66
PCH Sinceridade (1)	Jan/2045	1,42	0,35
		<b>699,60</b>	<b>420,27</b>

1) Usinas cuja concessão era anteriormente pertencente a Furnas.

As informações referentes à capacidade instalada, Garantia Física e outras informações operacionais, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes”. Mais informações na nota explicativa nº 13.

## **Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda**

A Companhia entende que tem direito à renovação das concessões com base nos termos originais dos Contratos de Concessão e encontra-se atualmente em discussão judicial da questão.

### Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Usina Jaguará”)

Conforme previsto no Contrato de Concessão da Usina Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia (“MME”) indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança nº 20.432/2013 interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), contra ato do MME que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina Jaguará até o julgamento final da ação. No dia 23 de agosto de 2013 o ministro Sérgio Kukina julgou prejudicado este Mandado de Segurança.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar, publicada no dia 03 de setembro de 2013, no novo Mandado de Segurança interposto no STJ, contra decisão do MME que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 24 de junho de 2015, foi concluído o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT. Conforme manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, foram indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT por 6 votos a 2.

Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou nova ação cautelar, perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), para manter a titularidade da concessão da usina de Jaguará, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 03 de novembro de 2015 o Ministro Relator do STF publicou Despacho, por meio do qual solicitou às partes manifestação acerca do interesse na realização de audiência de conciliação, diante da complexidade e relevância na discussão do objeto da Ação Cautelar, tendo a Cemig protocolizado sua manifestação de interesse no dia 04 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, Relator deste processo, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguará, sob

as bases iniciais do Contrato de Concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. Em 01 de fevereiro de 2016 foi publicada decisão deferindo a requerida liminar.

No dia 15 de fevereiro de 2016 foi publicado Acórdão no STJ contendo a decisão da 1ª Seção daquele Tribunal, que denegou a segurança e julgou prejudicado o agravo regimental.

Em 22 de fevereiro de 2016, no âmbito do STF, foi proferido despacho pelo Ministro Relator, adiando a continuidade da Audiência de Conciliação entre a Cemig GT e a União, aguardando as partes, neste momento, novo despacho para designação de nova data para a continuidade da aludida audiência de conciliação iniciada em 15 de dezembro de 2015.

Em 01 de março de 2016 a Companhia interpôs recurso ordinário ao STJ contra o Acórdão publicado em 15 de fevereiro de 2016, sendo que em 11 de abril de 2016, a Ministra Vice-Presidente do STJ proferiu decisão admitindo o processamento do referido recurso ordinário e determinando o encaminhamento dos autos ao STF.

Em 21 de março de 2017, o STF revogou a liminar na qual a Cemig GT requer, até julgamento definitivo de recurso ordinário pelo STF, a suspensão dos efeitos do julgamento da 1ª Seção do STF, cuja decisão denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina de Jaguará sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97. Os autos foram enviados à Procuradoria Geral da República (PGR), para manifestação.

Em 29 de março de 2017, a Cemig GT interpôs Agravo Interno contra a decisão que revogou a liminar, requerendo juízo de retratação, de modo a conhecer e prover recurso especial.

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo, no valor contábil de R\$40.678, encontra-se registrado no ativo imobilizado e a Companhia reconheceu, em 2016, as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

#### Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da Usina São Simão uma vez que entende que o respectivo Contrato de Concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (“MME”) que seja negada a renovação da Concessão da Usina São Simão.

Em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão, e, sucessivamente, que o

recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos. Este recurso ainda se encontra pendente de apreciação no MME.

Não obstante, em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou o Mandado de Segurança nº 21.465/2014, perante o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão com base no Contrato de Concessão.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará, ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança referente à Usina São Simão, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Companhia interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do STJ, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até que seja julgado definitivamente este Mandado de Segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

No dia 20 de agosto de 2015, foi informado que o MME tomaria as providências para designar a Cemig GT como prestadora do serviço de geração de energia elétrica por meio da Usina São Simão, em regime de cotas, ao argumento de que a revogação da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança possui força executória imediata.

Como resposta, a Cemig GT manifestou interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica da Usina São Simão, mas ressaltou que

há dúvidas quanto à modalidade e a segurança jurídica desta prestação de serviços, uma vez que a matéria ainda se encontra pendente de decisões judicial e administrativa.

O MME, por meio da Portaria nº 432/2015, publicada no dia 15 de setembro de 2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da Usina São Simão, em regime de quotas (sendo responsável pela operação e manutenção da usina, sem, no entanto, ter direito a sua produção de energia, que será alocada aos leilões de energia assegurada) até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Deve ser ressaltado que no âmbito judicial, a Cemig GT impetrou novo Mandado de Segurança em face do Exmo. Ministro do STJ Mauro Campbell Marques, com o fim de anular o ato coator, fazendo prevalecer a medida liminar que autorizou a impetrante, a permanecer à frente da concessão da Usina São Simão sob as bases iniciais do contrato, até que o Mandado de Segurança referente à Usina São Simão seja definitivamente julgado ou, subsidiariamente, até que seja apreciado o mérito do Agravo Regimental.

Em 8 de setembro de 2015, foi publicada decisão do Ministro Relator (Ministro Herman Benjamin) indeferindo o pedido de liminar pleiteado pela Companhia.

Ainda no dia 8 de setembro de 2015 foi interposto Agravo Regimental contra a decisão do Ministro Herman Benjamin que indeferiu o pedido de liminar formulado. Durante a Sessão da Corte Especial do STJ, realizada no dia 4 de novembro de 2015, foi, por unanimidade, negado provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Ministro Relator.

No dia 25 de novembro de 2015, o Agravo Regimental interposto pela Cemig GT contra a decisão que cassou a liminar, no auto MS nº 21.465/DF, foi, por unanimidade, indeferido pela 1ª Seção do STJ, tendo sido publicado o referido Acórdão no dia 01 de dezembro de 2015, restando pendente o julgamento de mérito deste Mandado de Segurança.

Em 06 de março de 2017, o Superior Tribunal de Justiça concedeu liminar para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da usina hidrelétrica de São Simão nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar na qual a Cemig GT requer, perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a anulação da decisão do Ministério de Minas e Energia (MME), que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

Considerando a situação atual da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia:

- Reconheceu, até a data de 15 de setembro de 2015, as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até esta data;

- Considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas;
- Transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que ainda está em discussão judicial. Este ativo, com base nos termos do contrato de concessão, é considerado como recuperável por montante superior ao registrado.

### Concessão da UHE Miranda

No dia 10 de junho de 2016, a Cemig Geração e Transmissão protocolou requerimento na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visando a prorrogação, por 20 anos, do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda (UHE Miranda). Em 12 de julho de 2016, a ANEEL, acolhendo o voto do diretor relator no processo, José Jurhosa Junior, decidiu pelo encaminhamento do processo *“ao Ministério de Minas e Energia – MME com a recomendação de não conhecer do pedido formulado pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, com vistas à prorrogação do prazo de vigência da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, por ter sido formulado fora do prazo estipulado pela Lei 12.783/2013”*.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) protocolou, junto ao Poder Concedente, pedido de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, usina que teve o termo final de concessão em 23 de dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo, no valor contábil de R\$756.099, encontra-se registrado no ativo imobilizado e a Companhia reconheceu, em 2016, as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

### Processo Administrativo – Fato Relevante em 21 de fevereiro de 2017

De forma subsidiária ao pedido de prorrogação por 20 anos da concessão das UHE’s de Jaguará, São Simão e Miranda, a Companhia requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício da Cemig GT.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso,

uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que:

I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018;

II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro.

Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato CEMIG nº 007/1997, a CEMIG GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.

Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão nº 007/1997.

A Companhia protocolizou, na mesma data, junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta, e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

A Administração da Companhia permanece confiante em seu direito com relação às usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, amparada em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

### **Concessões de Transmissão**

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kv, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, a parcela dos ativos que não será amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

As concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, foram renovadas partir de 1º de janeiro de 2013 em conformidade com a Lei 12.783/13, onde os ativos são pertencentes ao Poder Concedente e a Companhia tem direito a receita, a partir de 2013, pela operação e manutenção desses ativos.

### Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Valor Nominal em 2016	Valor Presente em 2016	Período de Amortização	Índice de Atualização
Irapé	100,00	34.634	14.398	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	82,50	8.785	3.963	01/2004 a 12/2032	IGPM
PCH Salto Morais	100,00	109	100	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras	100,00	681	564	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (*)	100,00	3.667	2.978	06/2013 a 08/2025	IPCA

(\*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2016, o valor presente e o valor nominal das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Parcelas Pagas em 2016	Valor Presente das parcelas a serem pagas em 12 meses	Valor Nominal das parcelas a serem pagas em 12 meses
Irapé	100,00	1.790	1.784	1.893
Queimado (Consórcio)	82,50	507	423	544
PCH Salto Morais	100,00	30	30	30
PCH Rio de Pedras	100,00	87	85	87
Diversas PCH's (*)	100,00	422	412	423

(\*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão.

As taxas utilizadas pela Companhia para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50% e 5,10% (PCH's e UHE's), representam as taxas médias de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

#### 4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2016 e 2015 estão apresentados nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	2016				
	Geração	Transmissão	Comercialização	Não Vinculada	Total
<b>RECEITA</b>	<b>3.140.825</b>	<b>425.989</b>	<b>3.558.708</b>	-	<b>7.125.522</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	88.060	-	3.558.708	-	3.646.768
Suprimento de Energia Elétrica	2.900.309	-	-	-	2.900.309
Energia Elétrica de Curto Prazo	152.456	-	-	-	152.456
Disponibilização do sistema de transmissão	-	425.989	-	-	425.989
<b>Tributos</b>	<b>(364.657)</b>	<b>(40.399)</b>	<b>(789.036)</b>	-	<b>(1.194.092)</b>
ICMS	(85.914)	-	(466.593)	-	(552.507)
PIS-PASEP	(49.632)	(7.199)	(57.516)	-	(114.347)
COFINS	(228.614)	(33.161)	(264.927)	-	(526.702)
ISS	(497)	(39)	-	-	(536)
<b>Encargos</b>	<b>(140.597)</b>	<b>(78.049)</b>	<b>(26.863)</b>	-	<b>(245.509)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento – P & D	(26.880)	(3.262)	(26.863)	-	(57.005)
Reserva Geral de Reversão – RGR	16.978	3.168	-	-	20.146
Conta de Desenv. Econômico – CDE	-	(33.933)	-	-	(33.933)
Comp. Financ. Utiliz. Rec.Hídricos - CFURH	(115.074)	-	-	-	(115.074)
Taxa de Fisc.Serv. Energia Elétrica – TFSEE	(15.621)	(1.195)	-	-	(16.816)
Outros Encargos	-	(42.827)	-	-	(42.827)
<b>Receita líquida</b>	<b>2.635.571</b>	<b>307.541</b>	<b>2.742.809</b>	-	<b>5.685.921</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis</b>	<b>(365.151)</b>	-	<b>(2.984.005)</b>	-	<b>(3.349.156)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(68.160)	-	(2.984.005)	-	(3.052.165)
Encargo de transmissão e conexão	(296.951)	-	-	-	(296.951)
Matéria-prima e Ins. Prod. Energia Elétrica	(40)	-	-	-	(40)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>2.270.420</b>	<b>307.541</b>	<b>(241.196)</b>	-	<b>2.336.765</b>
<b>Custos gerenciáveis</b>	<b>(514.733)</b>	<b>(190.702)</b>	<b>(23.465)</b>	<b>(223.468)</b>	<b>(952.368)</b>
Pessoal e administradores	(189.927)	(133.947)	(18.293)	(109.986)	(452.153)
Material	(7.283)	(2.848)	(186)	(2.221)	(12.538)
Serviços de terceiros	(75.597)	(29.976)	(2.580)	(25.513)	(133.666)
Arrendamento e aluguéis	(8.499)	(11.187)	(1.778)	(6.963)	(28.427)
Seguros	(2.084)	(682)	(104)	(487)	(3.357)
Doações, contribuições e subvenções	(1.235)	(432)	(58)	(263)	(1.988)
Provisões	(26.583)	(10.547)	-	(60.635)	(97.765)
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	-	-	-	(762.691)	(762.691)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	-	(446)	(446)
(-) Recuperação de despesas	373	186	27	953	1.539
Tributos	(905)	(356)	(40)	(351)	(1.652)
Depreciação e amortização	(184.686)	(15.477)	(453)	(3.006)	(203.622)
Gastos diversos	(3.252)	(490)	-	(46.050)	(49.792)
Receita de Indenização da Transmissão	-	-	-	751.101	751.101
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	43.089	43.089
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>1.770.742</b>	<b>101.785</b>	<b>(264.661)</b>	<b>(223.469)</b>	<b>1.384.397</b>

DESCRIÇÃO	2015				
	Geração	Transmissão	Comercialização	Não Vinculada	Total
<b>RECEITA</b>	<b>5.067.788</b>	<b>349.576</b>	<b>3.203.581</b>	-	<b>8.620.945</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	512.803	-	3.203.581	-	3.716.384
Suprimento de Energia Elétrica	2.199.380	-	-	-	2.199.380
Energia Elétrica de Curto Prazo	2.355.605	-	-	-	2.355.605
Disponibilização do sistema de transmissão	-	349.576	-	-	349.576
<b>Tributos</b>	<b>(552.842)</b>	<b>(28.186)</b>	<b>(640.060)</b>	-	<b>(1.221.088)</b>
ICMS	(174.008)	-	(394.295)	-	(568.303)
PIS-PASEP	(67.543)	(5.017)	(43.831)	-	(116.391)
COFINS	(311.198)	(23.118)	(201.934)	-	(536.250)
ISS	(93)	(51)	-	-	(144)
<b>Encargos</b>	<b>(193.754)</b>	<b>(59.804)</b>	<b>(24.543)</b>	-	<b>(278.101)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento – P & D	(43.699)	(3.188)	(24.543)	-	(71.430)
Reserva Geral de Reversão – RGR	(29.763)	(3.058)	-	-	(32.821)
Conta de Desenv. Econômico – CDE	-	(25.158)	-	-	(25.158)
Comp. Financ. Utiliz. Rec.Hídricos - CFURH	(99.335)	-	-	-	(99.335)
Taxa de Fisc.Serv. Energia Elétrica – TFSEE	(20.957)	(940)	-	-	(21.897)
Outros Encargos	-	(27.460)	-	-	(27.460)
<b>Receita líquida</b>	<b>4.321.192</b>	<b>261.586</b>	<b>2.538.978</b>	-	<b>7.121.756</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis</b>	<b>(357.199)</b>	-	<b>(2.621.492)</b>	-	<b>(2.978.691)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	20.008	-	(2.621.492)	-	(2.601.484)
Encargo de transmissão e conexão	(293.484)	-	-	-	(293.484)
Matéria-prima e Ins. Prod. Energia Elétrica	(83.723)	-	-	-	(83.723)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>3.963.993</b>	<b>261.586</b>	<b>(82.514)</b>	-	<b>4.143.065</b>
<b>Custos Gerenciáveis</b>	<b>(539.180)</b>	<b>(197.023)</b>	<b>(9.541)</b>	<b>(81.467)</b>	<b>(827.211)</b>
Pessoal e administradores	(220.958)	(134.671)	(6.166)	(39.372)	(401.167)
Material	(9.795)	(4.917)	(143)	(734)	(15.589)
Serviços de terceiros	(107.569)	(36.494)	(1.523)	(13.846)	(159.432)
Arrendamento e aluguéis	(12.523)	(5.664)	(441)	(1.593)	(20.221)
Seguros	(1.752)	(770)	(123)	(231)	(2.876)
Doações, contribuições e subvenções	(10.611)	(5.220)	(809)	(2.240)	(18.880)
Provisões	8.318	2.251	-	(117.012)	(106.443)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	-	(2.268)	(2.268)
(-) Recuperação de despesas	623	334	43	29	1.029
Tributos	(929)	(436)	(42)	(64)	(1.471)
Depreciação e amortização	(181.001)	(10.289)	(337)	(1.921)	(193.548)
Gastos diversos	(2.983)	(1.147)	-	(22.069)	(26.199)
Receita de Indenização da Transmissão	-	-	-	100.529	100.529
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	19.325	19.325
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>3.424.813</b>	<b>64.563</b>	<b>(92.055)</b>	<b>(81.467)</b>	<b>3.315.854</b>

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Contas Bancárias	2.811	1.556
Aplicações Financeiras:		
Certificados de Depósitos Bancários	259.869	230.849
Overnight	98.572	51.298
	<b>358.441</b>	<b>282.147</b>
	<b>361.252</b>	<b>283.703</b>

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 106% conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 13,64% a.a..

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## 6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2016	2015
Certificados de depósitos bancários	21.931	1.629.271
Letras Financeiras – Bancos	197.752	187.565
Letras Financeiras do Tesouro	51.410	36.754
Debêntures	10.714	63.039
Fundos Vinculados	886	870
Outros	346	175
	<b>283.039</b>	<b>1.917.674</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>274.771</b>	<b>1.899.621</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>8.268</b>	<b>18.053</b>

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 111%, em 2016 (75% a 105% em 2015), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI em 2016 (105% a 116,7% em 2015).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI em 2016 (105,4% a 113% em 2015).

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## 7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS – TRANSPORTE DE ENERGIA

Descrição	Valores Correntes							Valores Renegociados					Total 2016	Total 2015
	Corrente a Vencer		Corrente Vencida				PDD	Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida		PDD		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
<b>Fornecimento de Energia</b>	<b>271.506</b>	-	<b>43.688</b>	<b>18.096</b>	<b>18.238</b>	<b>5.665</b>	<b>(4.109)</b>	-	-	<b>65</b>	<b>5.753</b>	-	<b>358.902</b>	<b>361.195</b>
Industrial	505	-	42.395	18.096	18.224	5.665	(4.109)	-	-	65	5.753	-	86.594	58.121
Comercial	5.296	-	1.293	-	14	-	-	-	-	-	-	-	6.603	29
Fornec. Não Faturado	268.442	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	268.442	305.000
Arrecadação Processo de Classificação	(2.737)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.737)	(1.955)
<b>Sup.Energia Moeda Nacional</b>	<b>51</b>	-	<b>13.850</b>	<b>1.419</b>	<b>3.975</b>	<b>180</b>	-	-	-	-	-	-	<b>19.475</b>	<b>525.989</b>
Suprimento Não Faturado	298.474	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	298.474	82.895
Encargos Uso Rede Elétrica	36.219	-	307	-	-	164	-	-	-	-	-	-	36.690	37.942
<b>Total</b>	<b>606.250</b>	-	<b>57.845</b>	<b>19.515</b>	<b>22.213</b>	<b>6.009</b>	<b>(4.109)</b>	-	-	<b>65</b>	<b>5.753</b>	-	<b>713.541</b>	<b>1.008.021</b>

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.057
Reversões de perdas	(813)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>4.244</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.244
Saldo inicial para fins de consolidação	-
Reversões de perdas	(135)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>4.109</b>

### Venda Antecipada de Energia Elétrica

A Cemig GT realizou operação, com grande cliente, de antecipação de venda de energia tendo recebido o valor de R\$181.200, antecipadamente, referente à quantidade de energia contratada para o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

## 8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

### a) Tributos Compensáveis

	2016	2015
<b>Circulante</b>		
ICMS a Recuperar	43.569	32.087
PASEP	695	874
COFINS	3.356	4.132
Outros	7.866	4.409
	<b>55.486</b>	<b>41.502</b>
<b>Não Circulante</b>		
ICMS a Recuperar	13.869	18.215
COFINS	829	4.601
PASEP	172	981
	<b>14.870</b>	<b>23.797</b>
	<b>70.356</b>	<b>65.299</b>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2015 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2016.

	2016	2015
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda	118.501	71.294
Contribuição Social	57.963	5.735
	<b>176.464</b>	<b>77.029</b>

## 9. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	2016	2015
<b>ATIVO</b>		
Obrigações Pós-Emprego	247.771	182.983
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.397	1.443
Concessão Onerosa	8.262	9.000
Tributos com Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308
Provisões	361.814	76.610
Outros	25.350	9.734
	<b>669.902</b>	<b>305.078</b>
<b>PASSIVO</b>		
Base de Remuneração Regulatória - BRR	(687)	(697)
Ganho na Indenização sobre Ativos de Transmissão	(516.895)	(261.521)
Custo Aquisição Participações Societárias	(145.572)	(154.177)
Outros	(24.134)	(13.474)
	<b>(687.288)</b>	<b>(429.869)</b>
<b>Total do Passivo Líquido</b>	<b>(17.386)</b>	<b>(124.791)</b>

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 11 de abril de 2017, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 11 de abril de 2017.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2016, conforme abaixo:

2017	99.289
2018	98.167
2019	98.167
2020	98.167
2021	123.476
2022	25.804
2023	25.804
2024	25.804
2025	25.804
2026	49.420
	<b>669.902</b>

## 10. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	2016	2015 - Reapresentado
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>4.978</b>	<b>3.276.537</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(1.693)	(1.114.023)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros sobre o Capital Próprio	102.000	66.438
Incentivos Fiscais	477	41.216
Resultado de Equivalência Patrimonial	(49.512)	12.862
Ganho na formação da Aliança Geração	-	86.662
Multas Indedutíveis	(574)	(291)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(522)	(5.255)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	523	(161)
Outros	(14.797)	(4)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva (Benefício Fiscal)</b>	<b>35.902</b>	<b>(912.556)</b>
Imposto Corrente	(24.183)	(751.334)
Imposto Diferido	60.085	(161.222)
	<b>35.902</b>	<b>(912.556)</b>
<b>Alíquota Efetiva (1)</b>	<b>-</b>	<b>27,85%</b>

(1) – Em 2016 a Companhia apurou benefício fiscal de imposto de renda e contribuição social

### Incentivos Fiscais – Sudene

A Receita Federal do Brasil através do Despacho Decisório 1352 DRF/BHE de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da Reserva de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro de 2016 é de R\$44.870.

## 11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

Os Depósitos Judiciais e Cauções referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	2016	2015
Trabalhistas	57.192	61.555
Fiscais		
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	8.310	8.310
PASEP/COFINS (1)	101.233	101.233
Outros	51.666	40.527
	<b>161.209</b>	<b>150.070</b>
Outros		
Bloqueio Judicial	120	514
Regulatórios	3.213	2.790
Outros	7.560	6.200
	<b>10.893</b>	<b>9.504</b>
	<b>229.294</b>	<b>221.129</b>

(1) Os saldos de depósitos judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS possuem provisão correspondente em Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15.

## 12. INVESTIMENTOS

Os investimentos em controladas em conjunto são registrados pelo método de equivalência patrimonial e foram mensurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil:

	2016	2015 Reapresentado
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	40.844
Guanhães Energia	-	18.444
Hidrelétrica Pipoca	31.809	26.237
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	643.890	675.983
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	677.182	703.403
Lightger	41.543	37.455
Baguari Energia	162.106	187.227
Central Eólica Praias Parajuru	63.307	63.045
Central Eólica Volta do Rio	81.228	85.101
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	62.071
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	354.284
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	495.768
Aliança Geração	1.319.055	1.327.246
Retiro Baixo	161.848	147.905
Renova	688.625	1.527.435
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-
Cemig Baguari	55	-
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.358.733	-
Cemig Geração Salto Grande S.A.	427.449	-
Cemig Geração Itutinga S.A.	163.506	-
Cemig Geração Camargos S.A.	122.639	-
Cemig Geração Sul S.A.	160.939	-
Cemig Geração Leste S.A.	111.343	-
Cemig Geração Oeste S.A.	67.805	-
<b>Total do Investimento</b>	<b>7.704.361</b>	<b>5.752.448</b>
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	(59.071)	-
<b>Total</b>	<b>7.645.290</b>	<b>5.752.448</b>

### a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

	31/12/2014	Adição	Amortização	31/12/2015	Amortização	Baixa	31/12/2016
Renova	848.226	-	(42.768)	805.458	(42.767)	(762.691)	-
Retiro Baixo	31.906	-	(1.200)	30.706	(1.181)	-	29.525
Central Eólica Praias de Parajuru	22.395	-	(1.527)	20.868	(1.527)	-	19.341
Central Eólica Volta do Rio	15.828	-	(1.010)	14.818	(1.011)	-	13.807
Central Eólica Praias de Morgado	31.517	-	(2.056)	29.461	(2.055)	-	27.406
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	169.252	-	(5.956)	163.296	(5.956)	-	157.340
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	-	59.968	(1.479)	58.489	(1.971)	-	56.518
	<b>1.119.124</b>	<b>59.968</b>	<b>(55.996)</b>	<b>1.123.096</b>	<b>(56.468)</b>	<b>(762.691)</b>	<b>303.937</b>

**b) A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto é a seguinte:**

	31/12/2015 - Reapresentado	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	31/12/2016
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	11.122	-	(1.555)	-	-	50.411
Guanhães Energia (1)	18.444	(102.108)	24.593	-	-	59.071	-
Hidrelétrica Pipoca	26.237	5.571	-	-	-	1	31.809
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(71.093)	39.000	-	-	-	643.890
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(63.755)	40.214	-	-	(2.680)	677.182
Baguari Energia (2)	187.227	41.037	-	(14.118)	-	(52.040)	162.106
Central Eólica Praias Parajuru	63.045	287	-	(25)	-	-	63.307
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(3.838)	-	(35)	-	-	81.228
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(2.440)	-	(45)	-	-	59.586
Lightger	37.455	4.088	-	-	-	-	41.543
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	495.768	(6.659)	291.913	-	-	-	781.022
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	354.284	(6.551)	179.765	-	-	-	527.498
Aliança Geração	1.327.246	103.849	-	(112.040)	-	-	1.319.055
Retiro Baixo	147.905	16.089	-	(2.146)	-	-	161.848
Renova (3)	1.527.435	(373.313)	277.864	-	19.330	(762.691)	688.625
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	2.782	-	-	-	2.782
Cemig Baguari	-	(24)	79	-	-	-	55
Cemig Ger.Três Marias S.A.	-	141.455	1.291.423	(33.596)	-	(40.549)	1.358.733
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	-	45.745	405.268	(10.865)	-	(12.699)	427.449
Cemig Ger. Itutinga S.A.	-	21.840	151.309	(5.187)	-	(4.456)	163.506
Cemig Geração Camargos S.A.	-	16.388	113.499	(3.892)	-	(3.356)	122.639
Cemig Geração Sul S.A.	-	22.277	148.147	(5.291)	-	(4.194)	160.939
Cemig Geração Leste S.A.	-	17.583	100.569	(4.176)	-	(2.633)	111.343
Cemig Geração Oeste S.A.	-	11.516	60.595	(2.736)	-	(1.570)	67.805
<b>Total do Investimento</b>	<b>5.752.448</b>	<b>(170.934)</b>	<b>3.127.020</b>	<b>(195.707)</b>	<b>19.330</b>	<b>(827.796)</b>	<b>7.704.361</b>
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	-	-	-	-	(59.071)	(59.071)
<b>Total</b>	<b>5.752.448</b>	<b>(170.934)</b>	<b>3.127.020</b>	<b>(195.707)</b>	<b>19.330</b>	<b>(886.867)</b>	<b>7.645.290</b>

(1) Transferência para passivo a descoberto;

(2) O montante de R\$52.040 refere-se à redução de capital;

(3) O montante de R\$762.691 refere-se ao ajuste para baixa do ativo intangível de concessão em função de dificuldades financeiras da Renova

	31/12/2014 Não Auditado	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	outros	31/12/2015 - Reapresentado
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	6.548	-	-	-	-	40.844
Guanhães Energia	67.428	(48.984)	-	-	-	-	18.444
Hidrelétrica Pipoca	28.807	2.497	-	(5.067)	-	-	26.237
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	674.183	1.800	-	-	-	-	675.983
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	707.910	(4.507)	-	-	-	-	703.403
Baguari Energia	193.351	11.527	-	(17.651)	-	-	187.227
Central Eólica Praias Parajuru	61.999	1.848	-	(868)	-	66	63.045
Central Eólica Volta do Rio	84.023	1.728	-	(650)	-	-	85.101
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	313	-	(574)	-	-	62.071
Lightger	38.900	(1.447)	-	-	-	2	37.455
Aliança Geração	3.323	107.233	581.114	(93.866)	-	729.442	1.327.246
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	394.238	(18.593)	120.123	-	-	-	495.768
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	-	(13.058)	367.342	-	-	-	354.284
Retiro Baixo	149.944	(4.783)	2.744	-	-	-	147.905
Renova	1.538.299	(25.387)	-	-	14.523	-	1.527.435
	<b>4.039.033</b>	<b>16.735</b>	<b>1.071.323</b>	<b>(118.676)</b>	<b>14.523</b>	<b>729.510</b>	<b>5.752.448</b>

c) As principais informações sobre as controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	2016			2015		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	102.880	49,00	35.000	83.355
Guanhães Energia	137.608.000	49,00	185.647	-	49,00	137.608	37.641
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	64.916	49,00	41.360	53.545
Madeira Energia (1) (Usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	10.151.952	6.418.617	18,05	9.761.952	7.642.027
Baguari Energia (2)	26.157.300.278	69,39	186.573	247.662	69,39	261.573	269.827
Central Eólica Praias de Parajuru (1)	70.560.000	49,00	70.560	88.897	49,00	70.560	128.663
Central Eólica Volta do Rio (1)	117.230.000	49,00	117.230	136.886	49,00	117.230	173.676
Central Eólica Praias de Morgado (1)	52.960.000	49,00	52.960	65.128	49,00	52.960	126.676
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	84.781	49,00	79.232	76.439
Aliança Norte (1) (Usina de Belo Monte)	34.715.961.339	49,00	1.014.111	1.076.527	49,00	647.166	723.029
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte) (2)	1.039.491.023	74,50	1.115.739	1.048.351	74,50	723.409	665.460
Aliança Geração (1)	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.972.519	45,00	1.291.450	2.949.436
Retiro Baixo (1)	222.850.000	49,90	222.850	263.680	49,90	222.850	296.403
Renova (1)	360.815.313	34,15	2.856.255	1.955.598	27,37	2.526.253	5.580.690
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.677.000	49,00	5.677	5.677	-	-	-
Cemig Baguari	1.000	100,00	1	55	-	-	-
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.410.411	-	-	-
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	443.914	-	-	-
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	169.812	-	-	-
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	127.320	-	-	-
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	167.155	-	-	-
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	115.795	-	-	-
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	70.137	-	-	-

(1) Patrimônio Líquido incluindo o ativo intangível referente ao direito de exploração de atividade regulada. Devido ao aumento da participação na Renova, houve uma perda de R\$2.300 em virtude desta empresa ter tido prejuízos ao longo do ano de 2016;

(2) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Sociedades	Janeiro a dezembro de 2016		Janeiro a dezembro de 2015	
	Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	3.173	22.698	-	13.363
Guanhães Energia	-	(208.384)	-	(99.968)
Hidrelétrica Pipoca	-	11.370	10.341	5.096
Madeira Energia (1) (Usina de Santo Antônio)	-	(617.200)	-	(14.997)
Baguari Energia	20.346	59.140	25.437	16.662
Central Eólica Praias de Parajuru (1)	51	3.489	1.771	3.771
Central Eólica Volta do Rio (1)	71	(6.775)	1.326	3.527
Central Eólica Praias de Morgado (1)	92	(1.719)	1.171	639
Lightger	-	8.343	-	(2.951)
Aliança Geração (1)	248.978	292.688	208.589	(24.957)
Aliança Norte (1) (Usina de Belo Monte)	-	(9.314)	-	238.296
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	-	(8.938)	-	(26.649)
Retiro Baixo (1)	4.301	17.200	-	(9.585)
Renova (1)	-	(1.101.472)	-	(92.755)
Cemig Baguari	-	(24)	-	-
Cemig Ger.Três Marias S.A.	33.596	141.455	-	-
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	10.865	45.745	-	-
Cemig Ger. Itutinga S.A.	5.187	21.840	-	-
Cemig Geração Camargos S.A.	3.892	16.388	-	-
Cemig Geração Sul S.A.	5.291	22.277	-	-
Cemig Geração Leste S.A.	4.176	17.583	-	-
Cemig Geração Oeste S.A.	2.736	11.516	-	-

(1) Resultado do exercício incluindo o ativo intangível referente ao direito de exploração de atividade regulada.

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante de algumas controladas indiretas em conjunto estavam superior ao ativo circulante, conforme segue detalhes dos saldos mais relevantes:

**Guanhães Energia:** Isso ocorreu principalmente em função da emissão da 2ª série da 6ª nota promissória com vencimento de curto prazo. A Administração da Guanhães Energia tem obtido recursos a partir do mercado financeiro e recursos dos acionistas, destionando-os, principalmente, à administração de seu caixa para capital de giro, investimentos e compromissos financeiros.

**Renova Energia:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Renova Energia incorreu em prejuízo de R\$1.101.472 e os passivos circulantes excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$3.211.041 (consolidado). Além disso, a Renova Energia tem apresentado geração operacional negativa de caixa. Os principais motivos para esse cenário são: i) operações de compra de energia para honrar os compromissos relacionados ao atraso da entrada em operação de determinados parques eólicos; ii) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do complexo eólico Alto Sertão III; iii) atraso na liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES; iv) o não atingimento de determinados indicadores de covenants e a não obtenção da anuência dos credores em 2016 fez com que determinados financiamentos de longo prazo fossem reclassificados para o circulante; e iv) perdas decorrentes da operação com a Terraform.

A Administração da Renova Energia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. Entre estas ações, estão a venda de determinados ativos, a redução da estrutura administrativa e operacional, com redução dos custos administrativos, empenho dos acionistas no suporte financeiro, contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, adiantamento de determinados projetos para equalização do fluxo de caixa, pedido de anuência aos credores, que possibilitará a

reclassificação da dívida para o passivo não circulante que garanta a sua liquidez. A Administração da Renova Energia entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Renova Energia.

**Madeira Energia (“MESA”):** O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$1.611.061, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para contingências”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a decisão favorável da ANEEL para reverter no passivo a conta FID (Fator Disponibilidade) e liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida que serão substituídos por fiança bancária, com a geração operacional de caixa e, se necessário, com aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas.

**Aliança Geração:** Isso ocorreu principalmente em função das operações de crédito com vencimento em curto prazo. A Administração da Aliança Geração vem conduzindo ações para o alongamento com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro.

Os saldos integrais das controladas em conjunto em 2016 e 2015, são como segue:

Em 31 de dezembro de 2016	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
<b>Ativo</b>					
Circulante	43.367	45.076	15.923	1.519.965	20.175
Caixa e Equivalentes de Caixa	39.620	11.110	1.185	57.975	17.311
Não circulante	86.131	219.998	65.142	23.557.118	97.855
<b>Total do ativo</b>	<b>129.498</b>	<b>265.074</b>	<b>81.065</b>	<b>25.077.083</b>	<b>118.030</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	10.038	12.225	190.672	3.131.026	8.150
Fornecedor	1.660	6.212	261	661.726	67
Não circulante	16.580	5.187	10.946	15.527.440	44.964
Patrimônio Líquido	102.880	247.662	(120.553)	6.418.617	64.916
<b>Total do passivo</b>	<b>129.498</b>	<b>265.074</b>	<b>81.065</b>	<b>25.077.083</b>	<b>118.030</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>					
Receita líquida de vendas	33.469	64.985	-	2.802.554	24.714
Custo das vendas	(9.562)	(11.652)	-	(1844.691)	(6.164)
Depreciação	(2.658)	(8.808)	-	(673.009)	(3.081)
<b>Lucro bruto</b>	<b>23.907</b>	<b>53.333</b>	<b>-</b>	<b>957.863</b>	<b>18.550</b>
Despesas gerais e administrativas	(134)	(1.160)	-	(145.908)	(2.067)
Receita Financeira	4.183	14.765	261	146.200	1.845
Despesa Financeira	(2.672)	(681)	(208.645)	(1.551.719)	(5.503)
<b>Resultado operacional</b>	<b>25.284</b>	<b>66.257</b>	<b>(208.384)</b>	<b>(593.564)</b>	<b>12.825</b>
Imposto de renda e contribuição social	(2.586)	(7.117)	-	(23.636)	(1.455)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>22.698</b>	<b>59.140</b>	<b>(208.384)</b>	<b>(617.200)</b>	<b>11.370</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>					
Resultado Líquido do Exercício	22.698	59.140	(208.384)	(617.200)	11.370
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>22.698</b>	<b>59.140</b>	<b>(208.384)</b>	<b>(617.200)</b>	<b>11.370</b>

Em 31 de dezembro de 2016	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia
<b>Ativo</b>					
Circulante	38.546	23.976	36.630	34.912	77
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.748	17.385	26.568	31.817	51
Não circulante	127.585	142.499	244.961	152.301	1.048.369
<b>Total do ativo</b>	<b>166.131</b>	<b>166.475</b>	<b>281.591</b>	<b>187.213</b>	<b>1.048.446</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	19.137	27.248	36.761	16.019	95
Fornecedor	804	526	801	5.611	-
Não circulante	58.097	74.099	107.944	86.413	-
Patrimônio Líquido	88.897	65.128	136.886	84.781	1.048.351
<b>Total do passivo</b>	<b>166.131</b>	<b>166.475</b>	<b>281.591</b>	<b>187.213</b>	<b>1.048.446</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>					
Receita líquida de vendas	27.276	22.268	28.617	35.600	-
Custos Operacionais	(16.794)	(16.997)	(26.981)	(16.884)	-
Depreciação	(9.505)	(9.997)	(16.820)	(10.510)	-
<b>Lucro bruto</b>	<b>10.482</b>	<b>5.271</b>	<b>1.636</b>	<b>18.716</b>	-
Despesas gerais e administrativas	(797)	(877)	(2.016)	(1.619)	(1.435)
Receita Financeira	2.790	2.659	4.618	3.489	20
Despesa Financeira	(7.217)	(9.668)	(14.062)	(9.931)	(7.523)
<b>Resultado operacional</b>	<b>5.258</b>	<b>(2.615)</b>	<b>(9.824)</b>	<b>10.655</b>	<b>(8.938)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.769)	896	3.049	(2.312)	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>3.489</b>	<b>(1.719)</b>	<b>(6.775)</b>	<b>8.343</b>	<b>(8.938)</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	3.489	(1.719)	(6.775)	8.343	(8.938)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>3.489</b>	<b>(1.719)</b>	<b>(6.775)</b>	<b>8.343</b>	<b>(8.938)</b>

Em 31 de dezembro de 2016	Renova	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte
<b>Ativo</b>				
Circulante	135.860	30.220	388.100	1.853
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.786	19.222	146.601	1.812
Não circulante	5.765.276	376.648	2.511.543	1.075.009
<b>Total do ativo</b>	<b>5.901.136</b>	<b>406.868</b>	<b>2.899.643</b>	<b>1.076.862</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante	3.346.901	24.743	592.394	335
Fornecedor	546.911	745	100.640	96
Não circulante	598.637	118.445	334.730	-
Patrimônio Líquido	1.955.598	263.680	1.972.519	1.076.527
<b>Total do passivo</b>	<b>5.901.136</b>	<b>406.868</b>	<b>2.899.643</b>	<b>1.076.862</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>				
Receita líquida de vendas	483.137	61.985	803.732	-
Custos Operacionais	(453.613)	(29.225)	(313.518)	-
Depreciação	(93.459)	(9.406)	(124.704)	-
<b>Lucro bruto</b>	<b>29.524</b>	<b>32.760</b>	<b>490.214</b>	-
Despesas gerais e administrativas	(40.558)	-	(57.976)	(2.554)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	(281.030)	-	-	-
Ajuste para perdas em investimentos	(455.427)	-	-	-
Receita Financeira	16.170	1.922	46.252	182
Despesa Financeira	(423.784)	(14.802)	(58.588)	(6.942)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(1.155.105)</b>	<b>19.880</b>	<b>419.902</b>	<b>(9.314)</b>
Imposto de renda e contribuição social	53.633	(2.680)	(127.214)	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(1.101.472)</b>	<b>17.200</b>	<b>292.688</b>	<b>(9.314)</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>(182.011)</b>	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	(1.101.472)	17.200	292.688	(9.314)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>(1.283.483)</b>	<b>17.200</b>	<b>292.688</b>	<b>(9.314)</b>

Em 31 de dezembro de 2015	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
<b>Ativo</b>					
Circulante	27.957	71.640	2.019	1.608.219	13.199
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.777	9.443	1.468	299.963	116
Não circulante	88.764	220.273	247.608	23.753.692	100.940
<b>Total do ativo</b>	<b>116.721</b>	<b>291.913</b>	<b>249.627</b>	<b>25.361.911</b>	<b>114.139</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	10.012	15.918	211.986	2.151.457	10.020
Fornecedor	1.723	5.886	304	976.217	149
Não circulante	23.354	6.168	-	15.568.427	50.574
Patrimônio Líquido	83.355	269.827	37.641	7.642.027	53.545
<b>Total do passivo</b>	<b>116.721</b>	<b>291.913</b>	<b>249.627</b>	<b>25.361.911</b>	<b>114.139</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>					
Receita líquida de vendas	29.928	59.220	-	2.604.869	22.020
Custo das vendas	(14.416)	(45.948)	-	(1.102.473)	(11.306)
Depreciação	(2.654)	(8.809)	-	(471.020)	(3.093)
<b>Lucro bruto</b>	<b>15.512</b>	<b>13.272</b>	<b>-</b>	<b>1.502.396</b>	<b>10.714</b>
Despesas gerais e administrativas	-	(286)	(86.240)	(816.096)	(1.047)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(200)</b>	<b>8.838</b>	<b>(13.728)</b>	<b>(966.941)</b>	<b>(3.203)</b>
Receita Financeira	2.698	9.554	284	949.834	1.858
Despesa Financeira	(2.898)	(716)	(14.012)	(1.916.775)	(5.061)
<b>Resultado operacional</b>	<b>15.312</b>	<b>21.824</b>	<b>(99.968)</b>	<b>(280.641)</b>	<b>6.464</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.949)	(5.162)	-	265.644	(1.368)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>13.363</b>	<b>16.662</b>	<b>(99.968)</b>	<b>(14.997)</b>	<b>5.096</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Resultado Líquido do Exercício	13.363	16.662	(99.968)	(14.997)	5.096
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>13.363</b>	<b>16.662</b>	<b>(99.968)</b>	<b>(14.997)</b>	<b>5.096</b>

Em 31 de dezembro de 2015	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia
<b>Ativo</b>					
Circulante	21.416	30.664	46.420	23.254	463
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.088	11.858	19.863	13.962	453
Não circulante	191.978	209.755	289.351	160.944	665.090
<b>Total do ativo</b>	<b>213.394</b>	<b>240.419</b>	<b>335.771</b>	<b>184.198</b>	<b>665.553</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	18.113	28.165	35.735	14.456	93
Fornecedor	347	412	858	4.144	93
Não circulante	66.618	85.578	126.360	93.303	-
Patrimônio Líquido	128.663	126.676	173.676	76.439	665.460
<b>Total do passivo</b>	<b>213.394</b>	<b>240.419</b>	<b>335.771</b>	<b>184.198</b>	<b>665.553</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>					
Receita líquida de vendas	31.060	33.815	46.597	32.468	-
Custos Operacionais	(16.515)	(18.257)	(27.162)	(25.215)	-
Depreciação	(9.508)	(9.985)	(16.817)	(10.490)	-
<b>Lucro bruto</b>	<b>14.545</b>	<b>15.558</b>	<b>19.435</b>	<b>7.253</b>	-
Despesas gerais e administrativas	(4.142)	(5.715)	(2.962)	(2.012)	(1.523)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(5.366)</b>	<b>(7.706)</b>	<b>(10.647)</b>	<b>(6.505)</b>	<b>(23.434)</b>
Receita Financeira	1.704	1.674	2.797	1.949	34
Despesa Financeira	(7.070)	(9.380)	(13.444)	(8.454)	(23.468)
<b>Resultado operacional</b>	<b>5.037</b>	<b>2.137</b>	<b>5.826</b>	<b>(1.264)</b>	<b>(24.957)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.266)	(1.498)	(2.299)	(1.687)	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>3.771</b>	<b>639</b>	<b>3.527</b>	<b>(2.951)</b>	<b>(24.957)</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	3.771	639	3.527	(2.951)	(24.957)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>3.771</b>	<b>639</b>	<b>3.527</b>	<b>(2.951)</b>	<b>(24.957)</b>

Em 31 de dezembro de 2015	Renova	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte
<b>Ativo</b>				
Circulante	550.630	9.546	242.623	586
Caixa e Equivalentes de Caixa	66.147	924	69.764	586
Não circulante	8.425.606	443.893	3.093.682	725.956
<b>Total do ativo</b>	<b>8.976.236</b>	<b>453.439</b>	<b>3.336.305</b>	<b>726.542</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante	1.497.006	25.353	112.720	17
Fornecedor	570.006	5.845	-	17
Não circulante	1.898.539	131.683	274.149	3.496
Patrimônio Líquido	5.580.691	296.403	2.949.436	723.029
<b>Total do passivo</b>	<b>8.976.236</b>	<b>453.439</b>	<b>3.336.305</b>	<b>726.542</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>				
Receita líquida de vendas	457.615	53.450	797.097	-
Custos Operacionais	(4.699)	(40.529)	(442.546)	-
Depreciação	(4.399)	(8.513)	(68.688)	-
<b>Lucro bruto</b>	<b>452.916</b>	<b>12.921</b>	<b>354.551</b>	-
Despesas gerais e administrativas	-	(11.136)	(68.041)	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(355.176)</b>	<b>(13.124)</b>	<b>(18.395)</b>	<b>(26.649)</b>
Receita Financeira	40.600	1.039	9.164	6
Despesa Financeira	(395.776)	(14.163)	(27.559)	(26.655)
<b>Resultado operacional</b>	<b>97.740</b>	<b>(11.339)</b>	<b>268.115</b>	<b>(26.649)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(190.495)	1.754	(29.819)	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(92.755)</b>	<b>(9.585)</b>	<b>238.296</b>	<b>(26.649)</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>53.062</b>	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	(92.755)	(9.585)	238.296	(26.649)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>(39.693)</b>	<b>(9.585)</b>	<b>238.296</b>	<b>(26.649)</b>

## Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”) e do FIP Melbourne

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2016, R\$22.440.401 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir de janeiro de 2017, quando entraram em operação todas as unidades geradoras da entidade.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.

### *Procedimento de arbitragem*

Em 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) promovido pela Diretoria da MESA, no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade. Essa constituição do *impairment* contribuiu para a apresentação de Capital Circulante Líquido negativo pela MESA em 31 de dezembro de 2016, conforme já descrito anteriormente.

A SAAG e Cemig GT obtiveram ação cautelar, onde foi suspenso o prazo para exercício por esses acionistas do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$174,7 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014. Foram também suspensos todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. SAAG e CEMIG estão em vias de adotar medidas para implementar a decisão mencionada.

### **Opção de Venda de Cotas do FIP Malbec e FIP Melbourne**

No cálculo do valor justo da opção com base no modelo BSM as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2016; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção

foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No quarto trimestre de 2016 a Companhia alterou a metodologia utilizada na mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG, passando a adotar o modelo BSM em detrimento do modelo de fluxo de caixa descontado decrescido do preço de exercício da opção de venda. Essa modificação ocorre em linha com as melhores práticas do mercado, uma vez que a metodologia de Black-Scholes-Merton não só calcula a diferença entre o preço de exercício da opção e o valor da ação, trazidos à valor presente, mas também incorpora um importante componente aleatório que pondera esses valores.

Partimos da hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de dezembro de 2016 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP's. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Demonstrações Financeiras da Companhia um passivo no valor de R\$196.173, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.029
Ajuste a Valor Justo	118.585
Saldo em 31 de dezembro de 2015	147.614
Saldo em 31 de dezembro de 2015	147.614
Ajuste a Valor Justo	48.559
Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 6,6% a 16,4% ao ano e volatilidade entre 15% e 63,2% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$126.307 e R\$321.181, respectivamente.

### Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação.

A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de (a) aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL e no Contrato de Concessão da UHE Belo Monte. O valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2016 é de R\$73.911.

Com base nessa liminar foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do contrato de Concessão, porém a Aliança Norte Energia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos nas Demonstrações Financeiras.

### Resumo das conclusões da investigação independente

A Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”) detém participação de 49,98% no capital social da NESA e contratou escritório de advocacia especializado para realizar uma investigação interna independente com o propósito de apurar eventuais irregularidades em empreendimentos em que possua participação societária, incluindo a NESA. Esse procedimento foi motivado por investigações que estavam sendo realizadas pelo Ministério Público sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores em investimentos onde a Eletrobras era acionista, incluindo a NESA.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da NESA, tendo sido determinado que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte

contém impactos estimados de 1% do preço do contrato, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, para incluir subornos e atividades de manipulação de propostas consideradas de natureza ilícita.

Com base nas conclusões e resultados identificados pela investigação interna independente, a Administração da NESÁ avaliou o CPC27 – Ativo Imobilizado, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 16 – Ativo e Equipamentos e concluiu que, o montante de R\$183.000 atribuíveis a eventual superfaturamento devido a subornos e/ou para licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, não deveriam ter sido incluídas no custo histórico de seus ativos, pois não seriam necessários para colocar os ativos na localização e condição necessária para seu funcionamento.

A Administração da NESÁ concluiu também ser impraticável identificar de forma precisa os períodos de demonstrações financeiras anteriores em que possam ter ocorrido o excesso de custos capitalizados, devido ao fato das informações disponibilizadas pela investigação interna independente não especificarem individualmente os contratos, os pagamentos e os períodos de divulgação em que possam ter ocorrido tais excessos. Ressalta-se adicionalmente que os alegados pagamentos indevidos não foram feitos pela NESÁ, mas por empreiteiros e fornecedores da UHE de Belo Monte, o que também impede a identificação dos valores e períodos precisos dos pagamentos.

Dessa forma, a NESÁ aplicou o procedimento previsto no IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, ajustando os valores estimados de excessos de custos capitalizados, no montante de R\$183.000, referentes a pagamentos ilegais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 devido à impraticabilidade da identificação dos ajustes por cada período anterior afetado.

Como consequência do ajuste registrado pela NESÁ, a Cemig GT reconheceu, em 31 de dezembro de 2015, um ajuste no montante de R\$ 21.390, na conta investimentos em contrapartida ao resultado com equivalência patrimonial, em atendimento às determinações do IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

## **Investimento na Renova**

### *Contrato de opção*

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Renova teria a opção de alienar para a SunEdison até 7 milhões das ações da TerraForm Global (“TerraForm”) recebidas pela Renova em decorrência do fechamento da primeira fase da operação de alienação e permuta de ativos.

O preço de venda das ações foi determinado em R\$50,48 ou US\$15,00 convertidos à taxa da data, a escolha da SunEdison. O contrato estabelece também opção de compra pela SunEdison das mesmas 7 milhões de ações da TerraForm com as mesmas características acima mencionadas.

A Renova informou ainda que notificou a SunEdison e a TerraForm Global sobre a sua intenção de exercer a opção de venda de 7 milhões de ações de emissão da TerraForm Global de sua titularidade, conforme previsto em contrato e conforme informado em Fato Relevante publicado pela Renova no dia 18 de setembro de 2015.

Em abril de 2016 houve estruturação de capital da empresa, que alterou a participação da Cemig GT na Companhia.

Em 21 de abril de 2016, a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos.

Em 1º de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison

A Renova precificou a opção considerando o modelo matemático de Black-Scholes-Merton e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito.

A Renova precificou a opção considerando o modelo Black-Scholes-Merton e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito.

A Renova reconheceu, em 2016, uma perda de R\$111.402, pela variação do valor justo da opção considerando o risco de crédito. Adicionalmente, reconheceu uma perda de R\$62.995 relativa à extinção da opção e entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas.

Os valores mencionados acima correspondem ao impacto integral nas Demonstrações Financeiras da Renova, sendo que o impacto para a Cemig GT foi proporcional à sua participação de 34,15% na investida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$59.557.

#### *Investimento na Terraform – precificação das ações*

A Renova Energia possui investimentos em ações classe A (GLBL) da TerraForm (“Ações TERG”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Renova Energia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado, na Renova Energia, como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo, baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (NASDAQ). De acordo com a política da Renova Energia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes. Considerando a volatilidade nas cotações das Ações TERG, a Renova Energia avalia trimestralmente se existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Renova Energia avalia se a queda no valor de mercado das Ações TERG deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da Renova Energia, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento,

baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda igual ou superior a 20% no seu valor de mercado (“Queda Significativa”) ou a partir de uma queda inferior à Queda Significativa, porém superior à 5% do seu valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses (“Queda Prolongada”). Se uma Queda Significativa ou uma Queda Prolongada no valor de mercado do instrumento for apurada, a correspondente parcela acumulada classificada anteriormente em outros resultados abrangentes deve ser registrada no resultado do exercício a título de *impairment*.

As perdas por redução ao valor recuperável, anteriormente reconhecidas no resultado, não são revertidas por meio do resultado. Qualquer aumento no valor justo após uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

Em 2016 os ajustes negativos nos valores justos ocorridos no primeiro e no quarto trimestre no montante de R\$281.030 (R\$95.972 de impacto na Cemig) foram reconhecidos no resultado e o ajuste positivo de R\$99.019 (R\$33.815 de impacto na Cemig), referente ao segundo e terceiro trimestres, foi reconhecido em outros resultados abrangentes na Renova Energia.

#### *Rescisão de contrato de compra e venda de ações*

Em 01 de abril de 2016, a Renova Energia S.A. (“Renova”) informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA (“Contrato ESPRA”) de titularidade da Renova para TerraForm Global, Inc. (“TerraForm Global”) foi rescindido. Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam na Renova e voltam a compor o portfólio de ativos operacionais da Renova. Em função do cancelamento, em 1 de abril de 2016, a TerraForm Global pagou à Renova uma multa no valor de R\$35.790 (R\$12.240 de impacto na Cemig).

O Contrato ESPRA estava contemplado na primeira fase da operação com a TerraForm Global e a SunEdison, Inc. (“SunEdison”) anunciada no dia 15 de julho de 2015.

#### *Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos*

A Renova realizou estudos para avaliar o saldo do Ativo Imobilizado em relação a geração esperada de benefícios econômicos desses ativos em 31 de dezembro de 2016 e efetuou um ajuste para redução ao valor recuperável de ativos, no valor de R\$264.246 (R\$90.240 de impacto na Cemig GT), reconhecido em rubrica específica no resultado do exercício de 2016. Esse resultado foi decorrente da projeção do fluxo de caixa desses ativos descontada em 31 de dezembro de 2016.

A Cemig tinha registrado em suas demonstrações financeiras o valor líquido de R\$762.691 referente mais valia das concessões, apurada quando dos aportes de capital na Renova. Em função dos estudos para avaliação da recuperabilidade dos valores registrados em relação

ao fluxo de caixa descontado da investida, a Administração da Cemig GT entendeu ser necessário um ajuste integral do valor mencionado acima, com o efeito no resultado do exercício de 2016.

### Investimento na Guanhões Energia S.A. – Ajuste para perdas por desvalorização

Em função da análise do fluxo de caixa esperado para o investimento, a Guanhões Energia efetuou um ajuste para perdas por desvalorização no valor de R\$138.888. O impacto na Cemig GT foi uma despesa de R\$68.055, correspondente à sua participação de 49% na Guanhões, reconhecido no resultado por equivalência patrimonial.

### Constituição da Aliança Geração de Energia

Em função da constituição da Aliança Geração de Energia, a Companhia transferiu, em 31 de outubro de 2014, para essa nova empresa os saldos referentes as suas participações nos consórcios de geração de energia elétrica, bem como as participações da controlada Capim Branco Energia S.A., conforme demonstrado a seguir:

	2015
<b>Ativo</b>	
Consórcio da Hidroelétrica de Aimorés	404.215
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Funil	123.609
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Igarapava	37.144
Consórcio UHE Porto Estrela	34.509
	<b>599.477</b>
<b>Passivo</b>	
Concessão Onerosa Porto Estrela – corrente	(15.654)
Concessão Onerosa Porto Estrela – não corrente	(134.071)
	<b>(149.725)</b>
<b>Acervo Líquido da Cemig GT</b>	<b>449.752</b>
<b>Acervo Líquido da Capim Branco</b>	<b>131.362</b>
	<b>581.114</b>

A Cemig GT reconheceu em suas Demonstrações Financeiras o ganho referente a avaliação ao valor justo do investimento na Aliança, excluindo os efeitos da avaliação ao valor justo dos ativos da Companhia que foram aportados na Aliança.

Dessa forma, segue abaixo demonstrativo dos efeitos da operação nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015:

	Cemig	Vale	Total
Valor justo dos ativos aportados na Aliança	1.866.981	2.331.177	4.198.158
Valor contábil dos ativos aportados na Aliança	581.114	1.276.668	1.857.782
Participação das empresas na Aliança	45%	55%	100%
Participação da Cemig avaliada pelo valor justo	1.889.171		
Valor contábil dos ativos aportados (Nota 12)	(581.114)		
Mais valia dos negócios aportados na Aliança (100%)	1.308.057		
Parcela da mais valia não reconhecida, referente a participação detida pela Companhia (45%)	(578.615)		
Ganho da transação registrado no resultado do exercício de 2015 (55% da mais valia)	729.442		

Empresas de geração constituídas – lote D do Leilão 12/2015 vencido pela Companhia em 2015

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 12, em função da Cemig GT ter vencido o lote D do leilão 12/2015, que contemplou 18 usinas, a Companhia transferiu, em junho de 2016, a titularidade das concessões dessas usinas para 7 novas SPEs de geração, subsidiárias integrais da Cemig GT, que passaram a ser consolidadas a partir do segundo trimestre de 2016.

### 13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

As taxas anuais de depreciação são definidas por tipo de bem, conforme a Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação %	2016			2015
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Geração</b>	<b>3,01</b>	<b>5.817.055</b>	<b>(2.950.390)</b>	<b>2.866.665</b>	<b>2.922.228</b>
Custo histórico	3,01	5.817.055	(2.950.390)	2.866.665	2.922.228
<b>Transmissão</b>	<b>3,35</b>	<b>545.301</b>	<b>(77.171)</b>	<b>468.130</b>	<b>363.631</b>
Custo histórico	3,35	542.098	(77.137)	464.961	363.631
Reavaliação	3,35	3.203	(34)	3.169	-
<b>Administração</b>	<b>9,73</b>	<b>99.080</b>	<b>(67.228)</b>	<b>31.852</b>	<b>36.808</b>
Custo histórico	9,73	92.324	(60.652)	31.672	36.598
Reavaliação	9,73	6.756	(6.576)	180	210
<b>TOTAL</b>		<b>6.461.436</b>	<b>(3.094.789)</b>	<b>3.366.647</b>	<b>3.322.667</b>
<b>Em curso</b>					
Geração		137.655	-	137.655	192.123
Transmissão		100.576	-	100.576	158.816
Administração		2.426	-	2.426	-
<b>TOTAL</b>		<b>240.657</b>	<b>-</b>	<b>240.657</b>	<b>350.939</b>
<b>TOTAL AIC + AIS</b>		<b>6.702.093</b>	<b>(3.094.789)</b>	<b>3.607.304</b>	<b>3.673.606</b>

Adições do Ativo Imobilizado em Curso R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total 2016
Terrenos	1	339	-	3.304	3.644
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	6.005	-	27	195	6.227
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.790	-	48	116	1.954
Máquinas e Equipamentos	69.905	5.693	482	-	76.080
A Ratear	208	-	-	256	464
Desenvolvimento de Projetos	94	-	-	-	94
Material em Depósito	5.513	220	6	-	5.739
Depósitos Judiciais	-	-	-	318	318
<b>Total das Adições</b>	<b>83.516</b>	<b>6.252</b>	<b>563</b>	<b>4.189</b>	<b>94.520</b>

R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A) – (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrig.Esp. Brutas 31/12/2016	Amortização Acumulada 31/12/2016	Obrigações Especiais Líquidas 31/12/2016
<b>ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>												
<b>Geração</b>	<b>5.731.586</b>	-	<b>(1.938)</b>	<b>87.407</b>	<b>5.817.055</b>	<b>100.069</b>	<b>(2.950.390)</b>	<b>2.866.665</b>	<b>2.923.046</b>	<b>(5.966)</b>	-	<b>(5.966)</b>
Terrenos	181.459	-	(1.372)	-	180.087	(1.372)	(8.796)	171.291	172.662	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	3.705.165	-	(67.822)	26.797	3.664.140	(41.025)	(1.959.855)	1.704.285	1.767.133	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	911.250	-	(25.904)	2.737	888.083	(23.167)	(505.462)	382.621	403.910	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.249.643	-	(167.120)	57.873	2.140.396	(109.247)	(1.453.319)	687.077	761.757	(5.966)	-	(5.966)
Veículos	765	-	-	-	765	-	(760)	5	9	-	-	-
Móveis e utensílios	2.092	-	(6)	-	2.086	(6)	(1.985)	101	119	-	-	-
(-) Ajustes Pelas Renovações de Concessões	(1.318.788)	-	260.286	-	(1.058.502)	274.886	979.787	(78.715)	(182.544)	-	-	-
(1)												
<b>Transmissão</b>	<b>427.466</b>	-	<b>(8.302)</b>	<b>126.137</b>	<b>545.301</b>	<b>117.835</b>	<b>(77.171)</b>	<b>468.130</b>	<b>362.813</b>	<b>(48.933)</b>	<b>10.063</b>	<b>(38.870)</b>
Terrenos	14.175	-	-	-	14.175	-	-	14.175	14.175	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	197.382	-	(29)	494	197.847	465	(146.235)	51.612	55.920	-	-	-
Máquinas e equipamentos	3.599.907	-	(33.368)	111.909	3.678.448	78.541	(2.602.565)	1.075.883	1.052.218	(48.933)	10.063	(38.870)
Veículos	1.684	-	-	-	1.684	-	(1.661)	23	54	-	-	-
Móveis e utensílios	1.749	-	(5)	49	1.793	44	(1.487)	306	286	-	-	-
(-) Ajustes Pelas Renovações de Concessões	(3.387.431)	-	25.100	13.685	(3.348.646)	38.785	2.674.777	(673.869)	(759.840)	-	-	-
(1)												
<b>Administração</b>	<b>98.220</b>	-	<b>(315)</b>	<b>1.175</b>	<b>99.080</b>	<b>860</b>	<b>(67.228)</b>	<b>31.852</b>	<b>36.808</b>	-	-	-
Terrenos	740	-	-	-	740	-	-	740	740	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.716	-	-	127	13.843	127	(7.407)	6.436	6.673	-	-	-
Máq. e equipamentos	52.443	-	(27)	1.032	53.448	1.005	(35.382)	18.066	20.234	-	-	-
Veículos	25.304	-	(283)	-	25.021	(283)	(20.894)	4.127	6.425	-	-	-
Móveis e utensílios	6.017	-	(5)	16	6.028	11	(3.545)	2.483	2.736	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>6.257.272</b>	-	<b>(10.555)</b>	<b>214.719</b>	<b>6.461.436</b>	<b>218.764</b>	<b>(3.094.789)</b>	<b>3.366.647</b>	<b>3.322.667</b>	<b>(54.899)</b>	<b>10.063</b>	<b>(44.836)</b>
<b>ATIVO IMOBILIZADO EM CURSO</b>												
<b>Geração</b>	<b>192.123</b>	<b>39.783</b>	<b>(3.225)</b>	<b>(91.026)</b>	<b>137.655</b>	<b>(54.468)</b>	-	<b>137.655</b>	<b>192.123</b>	<b>(3.951)</b>	-	<b>(3.951)</b>
Máquinas e equipamentos	65.871	26.245	-	(57.875)	34.241	(31.630)	-	34.241	65.871	(3.951)	-	(3.951)
Outros	126.252	13.538	(3.225)	(33.151)	103.414	(22.838)	-	103.414	126.252	-	-	-
<b>Transmissão</b>	<b>158.816</b>	<b>54.140</b>	-	<b>(112.380)</b>	<b>100.576</b>	<b>(58.240)</b>	-	<b>100.576</b>	<b>158.816</b>	<b>(47.641)</b>	-	<b>(47.641)</b>
Máquinas e equipamentos	134.904	54.064	-	(111.837)	77.131	(57.773)	-	77.131	134.904	(47.641)	-	(47.641)
Outros	23.912	76	-	(543)	23.445	(467)	-	23.445	23.912	-	-	-
<b>Administração</b>	-	<b>(12)</b>	-	<b>2.438</b>	<b>2.426</b>	<b>2.426</b>	-	<b>2.426</b>	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.069	597	-	(1.030)	636	(433)	-	636	1.069	-	-	-
Outros	(1.069)	-	(609)	3.468	1.790	2.859	-	1.790	(1.069)	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>350.939</b>	<b>94.520</b>	<b>(3.834)</b>	<b>(200.968)</b>	<b>240.657</b>	<b>(110.282)</b>	-	<b>240.657</b>	<b>350.939</b>	<b>(51.592)</b>	-	<b>(51.592)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO</b>	<b>6.608.211</b>	<b>94.520</b>	<b>(14.389)</b>	<b>13.751</b>	<b>6.702.093</b>	<b>108.482</b>	<b>(3.094.789)</b>	<b>3.607.304</b>	<b>3.673.606</b>	<b>(106.491)</b>	<b>10.063</b>	<b>(96.428)</b>

(1) – Refere-se à contabilização dos ajustes resultantes das renovações de concessões conforme legislação vigente e contempla perda pela redução ao valor recuperável e a redução pelo valor da indenização deliberado pelo Poder Concedente.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado, incluindo os consórcios, é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Realizável a Longo Prazo os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente.

### **Consórcios**

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas. Os investimentos acumulados no consórcio, que tem a participação de 17,50% da Companhia Energética de Brasília, são como segue:

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	2016	2015
<b>Em serviço</b>				
Usina de Queimado	82,5	3,73	217.061	212.784
Depreciação acumulada			(90.524)	(74.248)
<b>Total em operação</b>			<b>126.537</b>	<b>138.536</b>
<b>Em curso</b>				
Usina de Queimado	82,5	-	233	3.894
<b>Total em construção</b>			<b>233</b>	<b>3.894</b>

## Composição do intangível

Intangível	Taxas anuais médias de amortização %	2016			2015
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Geração</b>	<b>20</b>	<b>36.825</b>	<b>(16.755)</b>	<b>20.070</b>	<b>20.696</b>
Custo histórico	20	36.825	(16.755)	20.070	20.696
<b>Transmissão</b>	<b>20</b>	<b>12.825</b>	<b>(10.485)</b>	<b>2.340</b>	<b>15.765</b>
Custo histórico	20	11.192	(8.852)	2.340	8.437
Reavaliação	20	1.633	(1.633)	-	7.328
<b>Administração</b>	<b>19,97</b>	<b>29.064</b>	<b>(24.945)</b>	<b>4.119</b>	<b>4.998</b>
Custo histórico	19,97	28.611	(24.492)	4.119	4.998
Reavaliação	19,97	453	(453)	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>78.714</b>	<b>(52.185)</b>	<b>26.529</b>	<b>41.459</b>
<b>Em curso</b>					
Geração		1.204	-	1.204	1.391
Transmissão		5.211	-	5.211	4.573
Administração		4.526	-	4.526	3.997
<b>TOTAL</b>		<b>10.941</b>	<b>-</b>	<b>10.941</b>	<b>9.961</b>
<b>AIS + AIC</b>		<b>89.655</b>	<b>(52.185)</b>	<b>37.470</b>	<b>51.420</b>

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
<b>Em Serviço</b>									
<b>Geração</b>	<b>36.546</b>	-	(315)	594	<b>36.825</b>	<b>278</b>	<b>(16.755)</b>	<b>20.070</b>	<b>20.696</b>
Servidões	11.449	-	(1)	-	11.448	(2)	(743)	10.705	10.707
Softwares	25.097	-	(314)	594	25.377	280	(16.012)	9.365	9.989
<b>Transmissão</b>	<b>24.903</b>	-	-	<b>(12.078)</b>	<b>12.825</b>	<b>(12.078)</b>	<b>(10.485)</b>	<b>2.340</b>	<b>15.765</b>
Servidões	13.685	-	-	(13.685)	-	(13.685)	-	-	13.625
Softwares	11.218	-	-	1.607	12.825	1.607	(10.485)	2.340	2.140
<b>Administração</b>	<b>27.817</b>	-	<b>(1)</b>	<b>1.248</b>	<b>29.064</b>	<b>1.248</b>	<b>(24.945)</b>	<b>4.119</b>	<b>4.998</b>
Softwares	27.811	-	(1)	1.248	29.058	1.248	(24.939)	4.119	4.997
Outros	6	-	-	-	6	-	(6)	-	1
<b>Subtotal</b>	<b>89.266</b>	-	<b>(316)</b>	<b>(10.236)</b>	<b>78.714</b>	<b>(10.552)</b>	<b>(52.185)</b>	<b>26.529</b>	<b>41.459</b>
<b>Em Curso</b>									
<b>Geração</b>	<b>1.391</b>	<b>407</b>	-	<b>(594)</b>	<b>1.204</b>	<b>(187)</b>	-	<b>1.204</b>	<b>1.391</b>
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	1.391	407	-	(594)	1.204	(187)	-	1.204	1.391
<b>Transmissão</b>	<b>4.573</b>	<b>2.245</b>	-	<b>(1.607)</b>	<b>5.211</b>	<b>638</b>	-	<b>5.211</b>	<b>4.573</b>
Servidões	1.687	34	-	-	1.721	34	-	1.721	1.687
Softwares	2.886	2.211	-	(1.607)	3.490	604	-	3.490	2.886
<b>Administração</b>	<b>3.997</b>	<b>1.777</b>	-	<b>(1.248)</b>	<b>4.526</b>	<b>529</b>	-	<b>4.526</b>	<b>3.997</b>
Softwares	3.936	1.772	-	(1.248)	4.460	524	-	4.460	3.936
Outros	61	5	-	-	66	5	-	66	61
<b>Subtotal</b>	<b>9.961</b>	<b>4.429</b>	-	<b>(3.449)</b>	<b>10.941</b>	<b>980</b>	-	<b>10.941</b>	<b>9.961</b>
<b>TOTAL</b>	<b>99.227</b>	<b>4.429</b>	<b>(316)</b>	<b>(13.685)</b>	<b>89.655</b>	<b>(9.572)</b>	<b>(52.185)</b>	<b>37.470</b>	<b>51.420</b>

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

## 14. FORNECEDORES

	2016	2015
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	327.034	260.221
Materiais e Serviços	45.670	71.602
	<b>372.704</b>	<b>331.823</b>
<b>Circulante</b>	<b>372.704</b>	<b>331.823</b>

## 15. TRIBUTOS

### a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

	2016	2015
<b>Circulante</b>		
ICMS	46.150	45.047
PASEP	5.617	7.959
COFINS	26.007	37.369
INSS	4.644	4.556
ISSQN	1.489	1.408
Outros	48.956	37.531
	<b>132.863</b>	<b>133.870</b>
<b>Não Circulante</b>		
PASEP	18.058	18.058
COFINS	83.175	83.175
	<b>101.233</b>	<b>101.233</b>
	<b>234.096</b>	<b>235.103</b>

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 9 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.





	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencto Final	Freq. de Amortização	Sistem. Amortiz.	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
							2018	2019	2020	2021	2022	2023+	Total
BNDES	16/01/2017	Mensal	16/01/2017	15/07/2026	Mensal	SAC	298	298	298	298	298	1.069	2.559
FINEP	16/01/2017	Mensal	16/01/2017	15/09/2018	mensal	SAC	388	-	-	-	-	-	388
HIDRELÉTRICA PIPOCA	-	-	02/01/2018	02/01/2018	N.A.	BULLET	185	-	-	-	-	-	185
FINEP	16/01/2017	Mensal	16/01/2017	15/09/2018	N.A.	SAC	592	-	-	-	-	-	592
DEBENTURES	11/12/2017	Anual	11/12/2017	10/12/2018	N.A.	SAC	700.000	-	-	-	-	-	700.000
DEBENTURES	17/07/2017	Anual	11/12/2017	10/12/2018	N.A.	SAC	485.416	-	-	-	-	-	485.416
DEBENTURES	17/07/2017	Anual	11/12/2017	10/12/2018	N.A.	SAC	(30)	15.035	15.050	-	-	-	30.055
BANCO DA AMAZÔNIA	26/10/2017	Anual	26/10/2018	10/12/2018	N.A.	BULLET	86.504	-	-	-	-	-	86.504
BANCO DA AMAZÔNIA	11/12/2017	Anual	10/12/2018	10/12/2018	N.A.	BULLET	33.000	-	-	-	-	-	33.000
BRADESCO NP	26/06/2017	Anual	26/06/2017	26/06/2017	N.A.	BULLET	-	-	-	-	-	-	-
BANCO DO BRASIL	27/06/2017	Mensal	26/06/2017	26/06/2017	N.A.	SAC	291.596	-	-	-	-	-	291.596
DEBÊNTURES						SAC	51.590	717.501	717.440	717.631	-	-	2.204.162
FIC PAMPULHA	-	-	-	-	-		(4.009)						(4.009)
<b>Dívidas com Fundo de Pensão</b>							<b>20.667</b>	<b>21.907</b>	<b>23.221</b>	<b>24.615</b>	<b>26.091</b>	<b>617.031</b>	<b>733.532</b>
FORLUZ	31/01/2017	Mensal	31/01/2017	30/06/2024	Mensal	PRICE	579	613	650	689	730	1.178	4.439
FORLUZ	31/01/2017	Mensal	31/01/2017	30/06/2024	Mensal	PRICE	20.088	21.294	22.571	23.926	25.361	40.923	154.163
FORLUZ Plano de saúde, odontológico e seguro de vida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	179.001	179.001
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	395.929	395.929

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
<b>Indexadores</b>									
IPCA (1)	66.454	139.347	154.239	322.876	307.827	317.186	-	-	1.307.929
CDI (2)	3.182.677	1.914.098	717.501	717.440	717.631	-	-	-	7.249.347
TJLP (3)	11.045	9.982	7.631	7.631	7.631	7.631	7.631	19.711	78.893
Euro	3.619	3.797	-	-	-	-	-	-	7.416
<b>Total</b>	<b>3.263.795</b>	<b>2.067.224</b>	<b>879.371</b>	<b>1.047.947</b>	<b>1.033.089</b>	<b>324.817</b>	<b>7.631</b>	<b>19.711</b>	<b>8.643.585</b>

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

## Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

31/12/2016	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente ?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.
<b>Ativos Financeiros</b>							
<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>							
Saldo Final de Caixa	-	361.252	-	361.252			
Aplicações Financeiras							
CDB	155	21.776	-	21.931	Sim	CDI	80% a 108,5%
Letras Financeiras - LFs	1.367	192.636	3.750	197.753	Sim	CDI	104,85% a 112,7%
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	362	51.048	-	51.410	Sim	Selic	14,14%
Debêntures	136	19.237	8.528	27.901	Sim	CDI	108% a 113%
Outros	2	343	-	345	Sim	CDI	100%
Fundos Vinculados	-	887	-	887	Sim	Pré Fixado	6%
<b>Sub Total</b>	<b>2.022</b>	<b>647.179</b>	<b>12.278</b>	<b>661.479</b>			
(-) Aplic. Financ. Debêntures Cemig GT	(93)	(13.087)	(4.009)	(17.188)			
<b>Total</b>	<b>1.929</b>	<b>634.092</b>	<b>8.269</b>	<b>644.291</b>			

## Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2016	Total 2015
<b>Dívida Bruta</b>	287.272	3.042.567	6.113.322	9.443.161	8.460.541
Financ./Emprést. Moeda Estrangeira	-	3.619	3.797	7.416	11.627
Financ./Emprést. Moeda Nacional	287.272	2.972.904	5.375.993	8.636.169	7.727.445
Fundo de Pensão	-	66.044	733.532	799.576	721.469
<b>Ativos Financeiros</b>	-	(635.137)	(8.268)	(643.405)	(2.200.507)
Alta Liquidez	-	(361.252)	-	(361.252)	(283.703)
Demais Aplicações Financeiras	-	(273.885)	(8.268)	(282.153)	(1.916.804)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>287.272</b>	<b>2.407.430</b>	<b>6.105.054</b>	<b>8.799.756</b>	<b>6.260.034</b>

## Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no período de janeiro a dezembro de 2016.

## Captações de Recursos

As captações de recursos em 2016 estão demonstradas a seguir:

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
<b>Moeda Estrangeira</b>			
KFW	2018	1,78%	1.965
Nota Promissória – 7ª emissão	2017	128% do CDI	605.740
Debêntures 7ª emissão	2021	140% do CDI	2.195.200
Banco do Brasil	2018	132,90% do CDI	579.546
<b>Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação</b>			<b>3.382.451</b>

### 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais

Em 01 de julho de 2016, a Cemig GT concluiu a sua 7ª emissão de notas promissórias comerciais, totalizando R\$620.000. Os recursos obtidos foram destinados ao pagamento da 2ª parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do Leilão ANEEL 12/2015, bem como reforço de capital de giro da empresa. As notas promissórias têm prazo de 360 dias, com vencimento em 26 de junho de 2017, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 128% da variação acumulada das taxas média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, over extra grupo, que serão pagos na data de vencimento. Esta emissão possui aval de sua controladora, a Cemig.

### Emissão de Cédula de Crédito Bancário

A Cemig GT emitiu, em 24 de outubro de 2016, uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil, no valor total de R\$600 milhões de reais, com a finalidade de efetuar pagamento e/ou amortização de operações junto ao próprio Banco. Esse empréstimo possui taxa de juros de 132,90% do CDI a.a. e será pago em 4 parcelas semestrais, com vencimento final em outubro de 2018.

### 7ª Emissão de Debêntures

A Cemig GT realizou, em 29 de dezembro de 2016, sua 7ª emissão de Debêntures simples no valor de R\$2.240 milhões, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures irão contar com garantias reais e garantia adicional fidejussória. Os juros serão pagos, sem carência, mensalmente, à taxa de juros de 140% CDI a.a. até o 23º mês. A partir do 24º mês haverá pagamento do principal + juros e vencimento final em 29 de dezembro de 2021. Os recursos captados foram utilizados para o pagamento da 6ª Nota Promissória da Cemig GT e também para recomposição do caixa da Companhia.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	2016
Nota Promissória e Aval	6.433.825
Recebíveis	2.202.344
Sem Garantia	7.416
<b>TOTAL</b>	<b>8.643.585</b>

## Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 possuem as seguintes características:

	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos Financeiros Anuais	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
1ª Série – 3ª Emissão	2017	Quirografária	CDI + 0,90%	543.208	539.943
2ª Série – 3ª Emissão	2019	Quirografária	IPCA + 6,00%	293.121	274.893
3ª Série – 3ª Emissão	2022	Quirografária	IPCA + 6,20%	983.506	922.329
4ª Emissão	2016	Quirografária	CDI + 0,85%	-	501.398
5ª Emissão	2018	Quirografária	CDI + 1,70%	1.411.295	1.411.646
1ª Série – 6ª Emissão	2018	Quirografária	CDI*1,60%	1.037.973	1.037.256
2ª Série – 6ª Emissão	2020	Quirografária	IPCA + 8,07%	31.117	29.185
Debêntures (1) – 1ª série – 7ª Emissão	2021	Quirografária	140% do CDI	2.196.841	-
(-) Fic Pampulha				(27.102)	-
<b>TOTAL</b>				<b>6.469.959</b>	<b>4.716.650</b>

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

## Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento – BNDES (1)	Patrimônio Líquido da Garantidora / Ativo Total da Garantidora	-	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%	Anual
Cédula de Crédito Bancário – B. Brasil (2)	Dívida Líquida da Avalista / EBITDA da Avalista	-	Manter índice igual ou inferior a: 6,00 em 2016 5,26 em 2017 5,00 em 2018	Trimestral, a partir de dezembro de 2016
7ª emissão de debêntures (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de junho de 2017

- (1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido;
- (2) Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco do Brasil, em outubro de 2016, no valor de R\$600 milhões. Se for acordado com outros credores covenants financeiros adicionais ou mais restritivos, eles serão automaticamente incorporados na CCB.
- (3) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas, referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, foram atendidas.

## 17. ENCARGOS SETORIAIS

	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR (1)	48.379	-
	<b>48.379</b>	-
<b>Passivo</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR	-	11.942
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	20.535	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	7.838	5.205
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.251	1.641
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	7.721	6.550
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.659	4.514
Pesquisa e Desenvolvimento	151.146	113.771
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.969	2.396
	<b>194.119</b>	<b>146.019</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>48.379</b>	-
<b>Passivo Circulante</b>	<b>67.377</b>	<b>56.019</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>126.742</b>	<b>90.000</b>

- (1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. Somente após a conclusão da Aneel, em 2016, que julgou procedente o pedido da Cemig GT, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, é que a Cemig GT reconheceu o direito de recuperar o valor de R\$119.264, a ser compensado com RGR a pagar.

## 18. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig Geração e Transmissão mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

### Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1/IAS 19 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2016.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$178.099 em 31 de dezembro de 2016 (R\$183.659 em 31 de dezembro de 2015). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6%

ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

### Informações atuariais

2016	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	2.199.918	356.833	7.662	184.867	2.749.280
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.860.778)	-	-	-	(1.860.778)
<b>Passivo Líquido inicial</b>	<b>339.140</b>	<b>356.833</b>	<b>7.662</b>	<b>184.867</b>	<b>888.502</b>
Ajuste ao Teto de Ativo ( <i>Asset Ceiling</i> )	17.959	-	-	-	17.959
<b>Passivo Líquido no Balanço Patrimonial</b>	<b>357.099</b>	<b>356.833</b>	<b>7.662</b>	<b>184.867</b>	<b>906.461</b>

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.823.736</b>	<b>235.675</b>	<b>6.394</b>	<b>158.605</b>	<b>2.224.410</b>
Custo do Serviço Corrente	1.407	1.684	52	867	4.010
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	209.663	28.328	769	18.855	257.615
<b>Perdas (Ganhos) Atuariais:</b>					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	8.777	9.047	201	(16.812)	1.213
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(192.736)	27.181	(150)	(28.696)	(194.401)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	114.038	(6.858)	(584)	16.439	123.035
Alterações no plano - Serviço Passado	(69.921)	29.370	(533)	(29.069)	(70.153)
Benefícios pagos	(161.247)	(17.405)	(509)	(2.943)	(182.104)
<b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.803.638</b>	<b>277.652</b>	<b>6.173</b>	<b>126.699</b>	<b>2.214.162</b>
Custo do Serviço Corrente	1.703	1.907	43	586	4.239
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	227.226	36.478	811	16.538	281.053
<b>Perdas (Ganhos) Atuariais:</b>					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(273)	-	-	11	(262)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	287.894	80.961	1.791	39.841	410.487
Decorrentes de ajustes com base na experiência	58.049	(17.722)	(693)	3.945	43.579
Benefícios pagos	345.670	63.239	1.098	43.797	453.804
Benefícios pagos	(178.319)	(22.443)	(463)	(2.753)	(203.978)
<b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.199.918</b>	<b>356.833</b>	<b>7.662</b>	<b>184.867</b>	<b>2.749.280</b>

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.813.406</b>
Retorno real dos investimentos	(185.842)
Contribuições do Empregador	26.375
Benefícios pagos	(161.247)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.492.692</b>
Retorno real dos investimentos	517.626
Contribuições do Empregador	28.779
Benefícios pagos	(178.319)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.860.778</b>

A Companhia realizou modificações no seguro de vida, em 2015, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada implicou em uma redução nas obrigações pós-emprego, em contrapartida ao resultado de 2015, no montante de R\$19.616.

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2016 e 2015 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.703	1.907	43	586	4.239
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	227.226	36.478	811	16.538	281.053
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(185.040)	-	-	-	(185.040)
<b>Despesa Total em 2016 conforme cálculo atuarial</b>	<b>43.889</b>	<b>38.385</b>	<b>854</b>	<b>17.124</b>	<b>100.252</b>

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.407	1.684	52	867	4.010
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	209.663	28.328	769	18.855	257.615
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(209.916)	-	-	-	(209.916)
Custo do serviço passado	-	-	-	(19.616)	(19.616)
<b>Despesa Conforme Cálculo Atuarial</b>	<b>1.154</b>	<b>30.012</b>	<b>821</b>	<b>106</b>	<b>32.093</b>
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	27.956	-	-	-	27.956
<b>Despesa Total em 2015</b>	<b>29.110</b>	<b>30.012</b>	<b>821</b>	<b>106</b>	<b>60.049</b>

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>180.924</b>	<b>235.675</b>	<b>6.394</b>	<b>158.605</b>	<b>581.598</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	29.110	30.012	821	19.722	79.665
Contribuições Pagas	(26.375)	(17.405)	(509)	(2.943)	(47.232)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(19.616)	(19.616)
Perdas (Ganhos) atuariais ( * )	127.287	29.370	(533)	(29.069)	127.055
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>310.946</b>	<b>277.652</b>	<b>6.173</b>	<b>126.699</b>	<b>721.470</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	43.889	38.385	854	17.124	100.252
Contribuições Pagas	(28.779)	(22.443)	(463)	(2.753)	(54.438)
Perdas atuariais ( * )	31.043	63.239	1.098	43.797	139.177
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>357.099</b>	<b>356.833</b>	<b>7.662</b>	<b>184.867</b>	<b>906.461</b>
				<b>2016</b>	<b>2015</b>
Passivo Circulante				45.377	38.048
Passivo Não Circulante				861.084	683.422

( \* ) Reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido

Em 2016 e 2015, as despesas relacionadas à dívida com a Forluz foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão e com os planos de saúde, odontológico e seguro de vida foram registradas como despesas operacionais.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2017 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.286	2.539	59	772	4.656
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	221.417	37.126	797	19.260	278.600
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(185.467)	-	-	-	(185.467)
<b>Despesa total em 2017 conforme cálculo atuarial</b>	<b>37.236</b>	<b>39.665</b>	<b>856</b>	<b>20.032</b>	<b>97.789</b>

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2017 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	186.343	23.453	484	2.877	213.157

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2017 no montante de R\$30.074 e R\$27.796 para o Plano de Contribuição Definida (registro diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
9,58	11,83	13,38	13,38	11,83

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2016	2015
Ações de empresas brasileiras	3,91%	6,86%
Títulos de Renda Fixa	75,46%	66,82%
Imóveis	7,73%	9,36%
Outros	12,90%	16,96%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig Geração e Transmissão:

	2016	2015
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora	178.618	169.880
Imóveis da Forluz ocupados pela Patrocinadora	152.650	49.450
	<b>331.268</b>	<b>219.330</b>

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2016	2015
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,50%	13,20%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,50%	13,20%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	5,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,59%	7,61%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	61.242	5.377	116	-	66.735
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	-	-	-	6.935	6.935
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	226.530	45.645	983	34.916	308.074

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

## 19. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 2015	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 2016
Trabalhistas	44.559	18.629	(3.383)	(13.519)	46.286
Cíveis	305	222	-	(163)	364
Tributárias	5.161	2.054	(67)	(3)	7.145
Regulatórias	2.670	273	(2.620)	(273)	50
Outras	25.015	27.623	(3)	(1.184)	51.451
<b>Total</b>	<b>77.710</b>	<b>48.801</b>	<b>(6.073)</b>	<b>(15.142)</b>	<b>105.296</b>

	Saldo em 2014	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 2015
Trabalhistas	54.482	3.057	(10.045)	(2.935)	44.559
Cíveis	93	219	-	(7)	305
Tributárias	3.652	1.733	(216)	(8)	5.161
Ambientais	851	-	(851)	-	-
Regulatórias	1.446	2.797	(1.406)	(167)	2.670
Outras	32.220	232	(7.204)	(233)	25.015
<b>Total</b>	<b>92.744</b>	<b>8.038</b>	<b>(19.722)</b>	<b>(3.350)</b>	<b>77.710</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Contábeis Regulatórias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

## **Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.**

### Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$135.739 (R\$128.889 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$46.286 (R\$44.559 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$114.865 (R\$97.938 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$7.145 (R\$6.338 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$20.958 (R\$16.145 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$50 (R\$2.670 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

### *Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros*

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$28.389 (R\$23.653 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

### *Outras Ações*

A Companhia é parte em processo onde se discute a remoção de moradores em áreas de acesso ou sob as torres de linha de transmissão. O valor provisionado foi de R\$21.407, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão, amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$65.726 (R\$47.999 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$1.655 foram provisionados (R\$1.667 em 31 de dezembro de 2015). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.**

## Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

### *Indenização do Anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$60.126 (R\$55.775 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de

R\$68.403 (R\$62.181 em 31 de dezembro de 2015) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

#### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$244.659 (R\$219.594 em 31 de dezembro de 2015). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e precedentes jurisprudência relativa.

#### *Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$115.057 (R\$272.457 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda foi classificada como possível, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

A Receita Federal ajustou o saldo devedor dos processos onde se discute o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS sendo o valor atual de R\$58.439 (R\$215.296 em 31 de dezembro de 2015) tendo sido este o principal fator da redução do valor da contingência.

#### *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$52.045 (R\$46.020 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

## Questões Regulatórias

### *Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$263.847 (R\$230.346 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

### *Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética*

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$182.232 (R\$155.251 em 31 de dezembro de 2015). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

### Questões Ambientais

#### *Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

Determinada associação do meio ambiente requereu, por meio de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$375.534 (R\$314.015 em 31 de dezembro de 2015). Com base na decisão de primeira instância, que julgou improcedente os pedidos formulados pela parte contrária, a Administração reavaliou a probabilidade de perda classificando-a como remota.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinadas associação e particulares distribuíram Ações Civas Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$112.704 (R\$99.000 em 31 de dezembro de 2015).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda

nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$73.169 (R\$64.338 em 31 de dezembro de 2015).

#### *Outras Questões Ambientais*

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$30.839 (R\$23.202 em 31 de dezembro de 2015), para os quais não há saldo provisionado pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

#### Outros Passivos Contingentes

##### *Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas*

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$17.052 (R\$16.062 em 31 de dezembro de 2015), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

## 20. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Composição das Obrigações Especiais	Amortização - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Saldo em 2016	Saldo em 2015
<b>Em serviço</b>		<b>(52.706)</b>	<b>(2.192)</b>	<b>(54.898)</b>	<b>(54.898)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		(10)	-	(10)	(10)
Participação Financeira do Consumidor		(48.460)	(1.871)	(50.331)	(50.331)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		(200)	(321)	(521)	(521)
Pesquisa e Desenvolvimento		(4.036)	-	(4.036)	(4.036)
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>3,41%</b>	<b>9.871</b>	<b>191</b>	<b>10.062</b>	<b>8.464</b>
Participação Financeira do Consumidor		9.829	163	9.992	8.401
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		42	28	70	63
<b>Em curso</b>		<b>(51.592)</b>	<b>-</b>	<b>(51.592)</b>	<b>(51.592)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		(105)	-	(105)	(105)
Participação Financeira do Consumidor		(47.473)	-	(47.473)	(47.473)
Pesquisa e Desenvolvimento		(3.951)	-	(3.951)	(3.956)
Valores Pendentes de Recebimento		(63)	-	(63)	(63)
<b>Total</b>		<b>(94.427)</b>	<b>(2.001)</b>	<b>(96.428)</b>	<b>(98.031)</b>

Movimento das Obrigações Especiais	Saldo Inicial em 2015	Adição	Total
<b>Em serviço</b>	<b>(54.898)</b>	<b>-</b>	<b>(54.898)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(10)	-	(10)
Participação Financeira do Consumidor	(50.331)	-	(50.331)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(521)	-	(521)
Pesquisa e Desenvolvimento	(4.036)	-	(4.036)
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>8.464</b>	<b>1.598</b>	<b>10.062</b>
Participação Financeira do Consumidor	8.401	1.591	9.993
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	63	7	70
<b>Em curso</b>	<b>(51.592)</b>	<b>5</b>	<b>(51.592)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(105)	-	(105)
Participação Financeira do Consumidor	(47.473)	-	(47.473)
Pesquisa e Desenvolvimento	(3.956)	5	(3.951)
Valores Pendentes de Recebimento	(63)	-	(63)
<b>Total</b>	<b>(98.031)</b>	<b>1.603</b>	<b>(96.428)</b>

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social da Companhia é de R\$1.837.710, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

### (a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2016	2015 - Reapresentado
<b>Reservas de Lucros</b>		
Reserva Legal	119.307	115.814
Reserva Incentivos Fiscais – SUDENE (1)	44.870	44.594
Reserva de Retenção de Lucros	2.260.302	2.321.132
	<b>2.424.479</b>	<b>2.481.540</b>

#### Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

#### Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

#### Reserva de Incentivos Fiscais

A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor total do incentivo registrado foi de R\$44.870 (R\$44.594 em 2015). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

## Reserva da Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registra na Reserva de Lucros, quando da elaboração das demonstrações financeiras societárias, os dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, são transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

### **(b) Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, à sua Controladora antes da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig Geração e Transmissão foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 21 de dezembro de 2016, deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2016 no montante de R\$300.000. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$102.000, reconhecidos no resultado do exercício de 2016 (R\$66.438 em 2015). Do valor total de R\$300.000, R\$83.246 terão como contrapartida os lucros acumulados e R\$216.754 em contrapartida à reserva de retenção de lucros.

O cálculo dos dividendos para o exercício de 2016 e 2015, considerando os resultados apurados em conformidade à legislação societária, foram conforme segue:

	2016	2015 - Reapresentado
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Lucro Líquido do Exercício (Societário)	69.868	2.316.273
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	34.934	1.158.137
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	45.000	29.311
	<b>79.934</b>	<b>1.187.448</b>
<b>Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto</b>		
Juros sobre Capital Próprio	83.246	195.407
Dividendos intermediários	-	440.000
Dividendos Estatutários	216.754	552.041
	300.000	1.187.448
<b>Dividendos por ação</b>		
Dividendos Obrigatórios	<b>0,0276</b>	<b>0,4099</b>
Dividendos registrados em conformidade ao Estatuto	<b>0,1036</b>	<b>0,4099</b>

A Deliberação CVM 683/2012 estabelece no seu inciso III, que os juros pagos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, somente poderão ser imputados ao dividendo obrigatório pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte.

#### Destinação do Resultado Societário de 2016 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada até o dia 12 de maio de 2017, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido societário de 2016, no montante de R\$69.868, e ao saldo de lucros acumulados decorrente da realização de parcela da Reserva de Ajustes de Avaliação, no montante de R\$16.871:

- R\$3.493 para constituição de Reserva Legal;
- R\$83.246 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio.

#### Lucro Societário por ação – básico e diluído

O Lucro societário por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	2016	2015 - Reapresentado
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro societário do período	69.868	2.316.273
Lucro societário por ação – básico e diluído (em R\$)	0,0241	0,7996

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 12 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

## 22. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

### a) Receita Bruta

	Nº Consumidores (1)		GWh (1)		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Fornecimento Faturado</b>						
Industrial	597	380	15.495	18.466	3.468.182	3.630.138
Comercial	362	102	832	367	215.144	89.521
Fornecimento - Não faturado	-	-	-	-	(36.558)	(3.275)
Suprimento Faturado (2)	80	53	12.601	11.134	2.687.312	2.350.385
Suprimento - Não faturado	-	-	-	-	212.997	(151.005)
<b>Total Fornecimento/Suprimento</b>	<b>1.039</b>	<b>535</b>	<b>28.928</b>	<b>29.967</b>	<b>6.547.077</b>	<b>5.915.764</b>
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	425.989	349.576
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	152.456	2.355.605
<b>Total</b>	<b>1.039</b>	<b>535</b>	<b>28.928</b>	<b>29.967</b>	<b>7.125.522</b>	<b>8.620.945</b>

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

### Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

### Receita com Transações com energia na CCEE – Energia Elétrica de Curto Prazo

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

### b) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2016	2015
<b>Tributos</b>		
ICMS	552.507	568.303
COFINS	526.702	536.250
PIS-PASEP	114.347	116.391
ISSQN	536	144
	<b>1.194.092</b>	<b>1.221.088</b>
<b>Encargos</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR	(20.146)	32.821
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	33.933	25.158
PROINFA	42.827	27.460
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	57.005	71.431
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	16.816	21.896
Compensação Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	115.074	99.335
	<b>245.509</b>	<b>278.101</b>
	<b>1.439.601</b>	<b>1.499.189</b>

## 23. CUSTOS GERENCIÁVEIS

(a) Pessoal e Administradores	2016	2015
<b>Pessoal</b>	<b>448.060</b>	<b>397.930</b>
Remuneração	208.798	197.843
Encargos	73.270	70.631
Previdência privada - Corrente	22.054	19.344
Benefício Pós-Emprego - Prev.Privada	20.671	-
Programa de demissão voluntária	4.024	474
Despesas rescisórias	28.471	346
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	855	35.383
Outros benefícios - Corrente	31.684	27.111
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	56.363	30.938
Outros	1.870	15.860
<b>Administradores</b>	<b>4.093</b>	<b>3.237</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	3.739	2.963
Benefícios dos administradores	354	274
	<b>452.153</b>	<b>401.167</b>

b) Serviços de Terceiros	2016	2015
Comunicação	4.983	5.824
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	16.146	34.981
Conservação e Limpeza de Prédios	25.534	27.042
Mão de Obra Contratada	3.914	708
Fretes e Passagens	2.313	3.423
Hospedagem e Alimentação	3.016	4.784
Vigilância	12.995	14.752
Consultoria	4.378	6.553
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	9.872	5.290
Manutenção e Conservação de Veículos	3.028	3.386
Energia Elétrica	4.660	3.283
Meio Ambiente	13.588	16.589
Limpeza de Faixas	1.491	2.240
Serviços de Reprografia	1.098	1.549
Serviços advocatícios e Custas Processuais	4.615	4.171
Outros	22.035	24.857
	<b>133.666</b>	<b>159.432</b>

### Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais.

## 24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Renda de Aplicação Financeira	71.019	120.071
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	11.449	9.007
Variação Monetária	36.968	9.505
Variação Monetária S/ Depósitos Vinculados a Litígios	10.883	38.400
Ajuste a Valor Presente (*)	-	1.446
Rendas de Antecipação de Pagamento	37.010	12.274
Variações Cambiais (*)	2.396	-
PASEP e COFINS sobre Receitas Financeiras	(9.457)	(6.898)
Outras	7.582	20.936
	<b>167.850</b>	<b>204.741</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.173.038)	(795.181)
Variação Monetária – Forluz	(23.218)	(29.110)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(75.850)	(114.477)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(3.383)	(10.829)
Variações Monetárias	(14.162)	(10.667)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	(9.562)	-
Outras	(77.122)	(29.971)
	<b>(1.376.335)</b>	<b>(990.235)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(1.208.485)</b>	<b>(785.494)</b>

(\*) – Estes itens estão sendo apresentados pelo valor líquido das despesas de mesma natureza.

## **25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Controlador</b>								
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	-	-	(1.736)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	605.000	718.137	-	-	-	-
<b>Controlada em conjunto</b>								
<b>Madeira Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	7.790	-	(420.828)	(500.403)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (3)	-	86.941	-	-	-	12.274	-	-
<b>Aliança Geração</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(64.613)	-
Prestação de Serviço (4)	3.673	193	-	-	13.184	6.328	-	-
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	5.788	-	-	-	-	-	-
Prestação de Serviço (4)	398	-	-	-	942	-	-	-
<b>Retiro Baixo</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.146	-	-	-	-	-	-	-
<b>Hidrelétrica Pipoca</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.228	1.481	-	-	(16.002)	(11.120)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	593	-	-	-	-	-	-
<b>Guanhães Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Ajuste para perdas (7)	-	-	59.071	-	-	-	-	-
<b>Renova</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	1.518	-	-	(159.368)	(12.387)
<b>Não Circulante</b>								
Contas a receber (5)	73.722	-	-	-	13.722	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	229.053	60.000	-	-	17.053	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>Cemig Distribuição</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	6.196	2.898	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	17.137	11.096	3.124	2.646	151.109	206.422	(39.822)	(37.258)
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	621	1.563	-	-	-	-	-	-
<b>Light</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	464	593	406	405	58.863	46.980	-	-
<b>TAESA</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	5.215	4.618	-	-	(45.201)	(33.455)
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Títulos e Valores Mobiliários	611.128	404.913	-	-	55.823	51.058	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (8)	(20.781)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Títulos e Valores Mobiliários	19.358	6.642	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (8)	(6.321)	-	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	19.497	17.192	-	-	(43.889)	(29.110)
Despesa de Pessoal (10)	-	-	-	-	-	-	(25.618)	(21.687)
Custeio Administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(5.665)	(4.770)
Arrendamento Operacional (12)	-	-	3.129	332	-	-	(10.804)	(3.938)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	337.602	293.754	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	23.024	17.913	-	-	(39.239)	(30.833)
<b>Não Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	341.471	265.912	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos estabelecidos nos leilões públicos promovidos pela ANEEL;
- (3) Realizado em fevereiro de 2015, conforme condição do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 135% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA, em função do suprimento de energia. A compensação foi concluída em 15 de março de 2016;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (5) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante de R\$60.000 que será liquidado através de um pagamento inicial de R\$6 milhões, a ser realizado até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI;
- (6) Em junho de 2016, foram antecipados pela Cemig GT à Renova Comercializadora, no âmbito do Contrato, R\$94.000, tendo sido constituídas garantias com determinados ativos da Renova. Posteriormente, foram realizadas novas antecipações, nos montantes de R\$40.000 em setembro e R\$15.000, R\$25.000 e R\$38.000 em 03, 17 e 27 de outubro de 2016, respectivamente. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e compensado com os faturamentos que serão realizados pela Renova, em função do suprimento de energia;
- (7) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Guanhães em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide Nota Explicativa nº 12);
- (8) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- (9) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 19);
- (10) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 23) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (11) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (12) Aluguel do edifício sede;
- (13) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 19).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 7, 14 e 22.

### Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2016.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2016	2015
				20,86%	29,71%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.194	3.369
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	6.461
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	8.076
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.110	2.988
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	-	845
				<b>3.304</b>	<b>21.739</b>

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios de 2016 e 2015, são demonstrados na tabela abaixo:

	2016	2015
Remuneração	3.739	2.962
Participação nos Resultados	(215)	383
Benefícios Assistenciais	353	274
<b>Total</b>	<b>3.877</b>	<b>3.619</b>

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de Venda, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Vide nota explicativa nº 1 sobre as diversas iniciativas da Companhia que têm por objetivo aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim. Qualquer rebaixamento adicional das notas de crédito pode ter consequências negativas sobre a capacidade da CEMIG GT de obter financiamento ou pode impactar o custo do financiamento, dificultando ou onerando ainda mais o refinanciamento das obrigações a vencer. Qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da CEMIG GT pode ser contratado com base em taxas de juros maiores e pode exigir que a Companhia cumpra cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia restringir ainda mais as atividades operacionais.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia e Fundos Vinculados. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e Opções de Vendas. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$28.271 em 31 de dezembro de 2016 e R\$22.883 em 31 de dezembro de 2015, incluído na nota explicativa nº 7. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$28.143 em 31 de dezembro de 2016 e R\$22.763 em 31 de dezembro de 2015, foi mensurado considerando informações do Nível 2.
- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI , com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações;
- Passivos mensurados a valor justo - passivos financeiros referentes a opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). Até o terceiro trimestre de 2016, as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado tendo adotado, à partir do quarto trimestre 2016, o método BSM. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 2016.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil é de R\$8.643.585 (R\$7.739.072

em 31 de dezembro de 2015) e valor justo de R\$8.301.021 (R\$7.708.514 em 31 de dezembro de 2015), sendo a mensuração de Nível 2 utilizando como referência passivos similares.

### a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não tem exposição relevante em relação ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real.

#### Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2016. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	2016	2015
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	358.441	282.147
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	282.153	1.916.804
Fundos Vinculados (nota 6)	886	870
	<b>641.480</b>	<b>2.199.821</b>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 16)	(7.249.347)	(6.410.864)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 16)	(78.893)	(89.989)
	<b>(7.328.240)</b>	<b>(6.500.853)</b>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(6.686.760)</b>	<b>(4.301.032)</b>

#### Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, as taxas SELIC e TJLP serão de 9,00% e 6,75%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	2016	31 de dezembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 9,00% TJLP 6,75%	Cenário Possível SELIC 11,25% TJLP 8,44%	Cenário Remoto SELIC 13,50% TJLP 10,13%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	358.441	390.701	398.766	406.831
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	282.153	307.547	313.895	320.244
Fundos Vinculados (nota 6)	886	966	986	1.006
	<b>641.480</b>	<b>699.214</b>	<b>713.647</b>	<b>728.081</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- CDI (nota 16)	(7.249.347)	(7.901.788)	(8.064.899)	(8.228.009)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- TJLP (nota 16)	(78.893)	(84.218)	(85.552)	(86.885)
	<b>(7.328.240)</b>	<b>(7.986.006)</b>	<b>(8.150.451)</b>	<b>(8.314.894)</b>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(6.686.760)</b>	<b>(7.286.792)</b>	<b>(7.436.804)</b>	<b>(7.586.813)</b>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<b>(600.032)</b>	<b>(750.044)</b>	<b>(900.053)</b>

### Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro de 2016. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à elevação da inflação	2016	2015
<b>Passivo</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(1.307.929)	(1.226.592)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(178.099)	(183.659)
	<b>(1.486.028)</b>	<b>(1.410.251)</b>

### Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de inflação mais relevantes, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, a taxa IPCA será de 4,70%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação	2016	31 de dezembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,70%	Cenário Possível IPCA 5,88%	Cenário Remoto IPCA 7,05%
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 18)	(1.307.929)	(1.369.402)	(1.384.835)	(1.400.138)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(178.099)	(186.470)	(188.571)	(190.655)
<b>Passivo Total</b>	<b>(1.486.028)</b>	<b>(1.555.872)</b>	<b>(1.573.406)</b>	<b>(1.590.793)</b>
Efeito Líquido da Variação da Inflação		<b>(69.844)</b>	<b>(87.378)</b>	<b>(104.765)</b>

## Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar redução da receita caso ocorra a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

Na data base destas Demonstrações Contábeis Regulatórias, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1.

Na nota explicativa nº 1 são mencionadas as diversas iniciativas da Companhia para aumentar a sua liquidez através de novos financiamentos, pelo refinanciamento das atuais obrigações ou através de potencial desinvestimento de ativos que não fazem parte dos negócios básicos da Companhia. Qualquer redução nos ratings da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento

de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas (quando existentes), incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	367.836	9.202	-	-	-	377.038
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	36.468	934.766	3.136.054	6.424.478	481.833	11.013.599
Concessões a pagar	241	728	1.871	9.616	14.709	27.165
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.456	7.457	20.203	134.939	97.448	262.503
	<b>407.001</b>	<b>952.153</b>	<b>3.158.128</b>	<b>6.569.033</b>	<b>593.990</b>	<b>11.680.305</b>

### Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2016, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$4.109.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo

como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

\*\* o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

### Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, e cláusulas de “*cross default*”.

Em 31 de dezembro de 2016 todas as cláusulas restritivas, referentes a índices financeiros da Cemig GT foram atendidas. Mais detalhes na nota explicativa nº 16.

### b) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são apresentadas a seguir:

	2016	2015 Reapresentado
Total do Passivo	11.742.650	10.509.374
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	(361.252)	(283.703)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>11.381.398</b>	<b>10.225.671</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>4.062.010</b>	<b>4.191.616</b>
<b>Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido</b>	<b>2,80</b>	<b>2,44</b>

## 27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Investimentos Temporários				
Certificados de Depósitos Bancários	8.733	-	8.733	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	192.932	-	192.932	-
Letras Financeiras do Tesouro	51.410	51.410	-	-
Debêntures	19.374	-	19.374	-
	<u>272.449</u>	<u>51.410</u>	<u>221.039</u>	<u>-</u>
<b>Passivos</b>				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Opções de venda SAAG (1)	(196.173)	-	-	(196.173)
	<u>(196.173)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(196.173)</u>
	<u>76.276</u>	<u>51.410</u>	<u>221.039</u>	<u>(196.173)</u>

Descrição	Saldo em 2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Investimentos Temporários				
Certificados de Depósitos Bancários	1.629.271	-	1.629.271	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	187.565	-	187.565	-
Letras Financeiras do Tesouro	36.754	36.754	-	-
Debêntures	63.039	-	63.039	-
Fundos Vinculados	870	-	870	-
Outros	175	-	175	-
	<u>1.917.674</u>	<u>36.754</u>	<u>1.880.920</u>	<u>-</u>
<b>Passivos</b>				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Opções de venda SAAG (1)	(147.614)	-	-	(147.614)
	<u>(147.614)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(147.614)</u>
	<u>1.770.060</u>	<u>36.754</u>	<u>1.880.920</u>	<u>(147.614)</u>

(1) Detalhes sobre características, variações reconhecidas no resultado e análise de sensibilidade estão demonstradas na Nota Explicativa 12 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## Metodologia de cálculo do valor justo

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). Até o terceiro trimestre de 2016, as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado tendo adotado, à partir do quarto trimestre 2016, o método BSM. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo

modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 2016.

A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 12 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## 28. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação a seguir, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis Regulatórias, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal (2)	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2016 a 28/04/2017	US\$ 4.675 US\$14.000	US\$ 84
Almoxarifados	Incêndios	02/10/2016 a 01/10/2017	R\$ 16.921	R\$ 25
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2017 a 07/01/2018	R\$ 451.860	R\$ 98
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	08/01/2017 a 07/01/2018	R\$ 11.514	R\$ 5
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R\$1.500 mil.	(3)	07/12/2016 a 06/12/2017	R\$ 1.438.338	R\$ 1.795

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) Nova vigência de 29 de abril de 2017 a 28 de abril de 2018

(3) O limite de indenização (LMI) é de R\$214.035 mil

A Cemig Geração e Transmissão, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados.

## 29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em Diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	3.263.795	2.067.224	879.371	1.047.947	1.033.089	352.159	8.643.585
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	19.498	20.668	21.908	23.221	24.615	68.189	178.099
Concessão Onerosa	2.977	2.560	2.307	2.070	1.854	10.235	22.003
Compra de Energia	3.735.672	3.410.828	2.776.296	2.887.451	3.200.697	30.267.208	46.278.152
Arrendamentos Operacionais	21.193	20.734	20.734	20.734	20.734	20.734	124.863
	<b>7.043.135</b>	<b>5.522.014</b>	<b>3.700.616</b>	<b>3.981.423</b>	<b>4.280.989</b>	<b>30.718.525</b>	<b>55.246.702</b>

### 30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	2016	2015
Ativos aportados na Aliança Geração de Energia S.A.	-	581.114
Transferência de Imobilizado para Outros Ativos de Longo Prazo (Usina de São Simão)	-	219.869
Aporte de Ativos na Constituição das SPEs	1.479.304	-

### **31. NOTAS DE CONCILIAÇÃO**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

## a) Conciliação do Ativo Societário e Regulatório

	Nota	2016				2015 - Reapresentado			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
<b>Circulante</b>									
Caixa e Equivalentes de Caixa		361.252	-	-	361.252	283.703	-	-	283.703
Consumidores e Revendedores		676.851	-	-	676.851	970.079	-	-	970.079
Concessionários - Transporte de Energia		36.690	-	-	36.690	37.942	-	-	37.942
Serviços em Curso		31.207	-	-	31.207	17.428	-	-	17.428
Tributos Compensáveis		55.486	-	-	55.486	41.502	-	-	41.502
Imposto Renda e Cont. Social Recuperar		176.464	-	-	176.464	77.029	-	-	77.029
Almoxarifado Operacional		4.401	-	-	4.401	4.631	-	-	4.631
Investimentos Temporários	31.1.1	274.771	-	(886)	273.885	1.899.621	-	(870)	1.898.751
Ativos Financeiros da Concessão	31.2.2 31.2.4	-	13.233	-	13.233	-	13.233	-	13.233
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		16.618	-	-	16.618	13.097	-	-	13.097
Despesas Pagas Antecipadamente		19.708	-	-	19.708	1.580	-	-	1.580
Dividendos a Receber		34.566	-	-	34.566	8.472	-	-	8.472
Encargos Setoriais		48.379	-	-	48.379	-	-	-	-
Outros Ativos Circulantes	31.1.1	49.149	-	886	50.035	148.302	-	870	149.172
<b>Total do Circulante</b>		<b>1.785.542</b>	<b>13.233</b>	<b>-</b>	<b>1.798.775</b>	<b>3.503.386</b>	<b>13.233</b>	<b>-</b>	<b>3.516.619</b>
<b>Bens Destinados à Alienação</b>	31.1.2	<b>20.772</b>	<b>-</b>	<b>(20.772)</b>	<b>-</b>	<b>20.812</b>	<b>-</b>	<b>(20.812)</b>	<b>-</b>
<b>Não Circulante</b>									
Concessionárias e Permissionárias		42.617	-	-	42.617	42.617	-	-	42.617
Tributos Compensáveis		14.870	-	-	14.870	23.797	-	-	23.797
Depósitos Judiciais e Cauções		229.294	-	-	229.294	221.129	-	-	221.129
Investimentos Temporários		8.268	-	-	8.268	18.053	-	-	18.053
Transações com Partes Relacionadas		74.630	-	-	74.630	-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores		229.053	-	-	229.053	60.000	-	-	60.000
Despesas Pagas Antecipadamente		46.305	-	-	46.305	37.553	-	-	37.553
Bens e Direitos para Uso Futuro		853	-	-	853	853	-	-	853
Indenização pela Concessão Receber	31.2.3	1.914.529	(109.299)	-	1.805.230	1.162.596	(108.467)	-	1.054.129
Outros Ativos Não Circulantes	31.1.2 31.2.3	65.176	144.480	20.772	231.336	132.720	143.346	20.812	296.878
Investimentos	31.2.1	7.704.361	69.457	-	7.773.818	5.752.448	-	-	5.752.448
Ativo Financeiro da Concessão	31.2.2 31.2.4	-	1.015.672	-	1.015.672	-	980.503	-	980.503
Imobilizado	31.2.2 31.2.3 31.2.4	3.607.304	(438.924)	-	3.168.380	3.673.606	(365.930)	-	3.307.676
Intangível	31.2.2 31.2.3 31.2.4	37.470	(1.718)	-	35.752	51.420	(15.311)	-	36.109
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>13.974.730</b>	<b>679.668</b>	<b>20.772</b>	<b>14.675.170</b>	<b>11.176.792</b>	<b>634.141</b>	<b>20.812</b>	<b>11.831.745</b>
<b>Ativo Total</b>		<b>15.781.044</b>	<b>692.901</b>	<b>-</b>	<b>16.473.945</b>	<b>14.700.990</b>	<b>647.374</b>	<b>-</b>	<b>15.348.364</b>

## b) Conciliação do Passivo Societário e Regulatório

	Nota	2016				2015 - Reapresentado			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
<b>Circulante</b>									
Fornecedores		372.704	-	-	372.704	331.823	-	-	331.823
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		3.263.795	-	-	3.263.795	2.831.479	-	-	2.831.479
Obrigações Sociais e Trabalhistas		55.860	-	-	55.860	77.323	-	-	77.323
Benefício Pós-Emprego		45.377	-	-	45.377	38.048	-	-	38.048
Impostos, Taxas e Contribuições		132.863	-	-	132.863	133.870	-	-	133.870
Encargos Setoriais	31.1.3	67.377	-	-	67.377	72.387	-	(16.368)	56.019
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		605.000	-	-	605.000	718.137	-	-	718.137
Venda Antecipada Energia Elétrica		181.200	-	-	181.200	-	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	31.1.3	91.123	-	-	91.123	56.728	-	16.368	73.096
<b>Total do Circulante</b>		<b>4.815.299</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.815.299</b>	<b>4.259.795</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.259.795</b>
<b>Não Circulante</b>									
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		5.379.790	-	-	5.379.790	4.907.593	-	-	4.907.593
Benefício Pós-Emprego		861.084	-	-	861.084	683.422	-	-	683.422
Impostos, Taxas e Contribuições		101.233	-	-	101.233	101.233	-	-	101.233
Provisão para Litígios		105.296	-	-	105.296	77.710	-	-	77.710
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda		196.173	-	-	196.173	147.614	-	-	147.614
Encargos Setoriais		126.742	-	-	126.742	90.000	-	-	90.000
Tributos Diferidos	31.2.6	17.386	268.143	-	285.529	124.791	253.209	-	378.000
Outros Passivos Não Circulantes		19.603	2	-	19.605	19.185	-	-	19.185
Obrig. Vinculadas à Concessão do Serv.Público de Energia Elétrica	31.2.4	96.428	(96.428)	-	-	98.031	(98.031)	-	-
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>6.903.735</b>	<b>171.717</b>	<b>-</b>	<b>7.075.452</b>	<b>6.249.579</b>	<b>155.178</b>	<b>-</b>	<b>6.404.757</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>11.719.034</b>	<b>171.717</b>	<b>-</b>	<b>11.890.751</b>	<b>10.509.374</b>	<b>155.178</b>	<b>-</b>	<b>10.664.552</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>									
Capital Social		1.837.710	-	-	1.837.710	1.837.710	-	-	1.837.710
Outros Resultados Abrangentes	31.2.2	(200.179)	471.004	-	270.825	(127.634)	487.857	-	360.223
Reservas de Lucros	31.2.1	2.424.479	50.180	-	2.474.659	2.481.540	4.339	-	2.485.879
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>4.062.010</b>	<b>521.184</b>	<b>-</b>	<b>4.583.194</b>	<b>4.191.616</b>	<b>492.196</b>	<b>-</b>	<b>4.683.812</b>
<b>Total Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>15.781.044</b>	<b>692.901</b>	<b>-</b>	<b>16.473.945</b>	<b>14.700.990</b>	<b>647.374</b>	<b>-</b>	<b>15.348.364</b>

### c) Conciliação do Resultado Societário e Regulatório

	Nota	2016				2015 - Reapresentado			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
<b>RECEITA</b>		<b>7.125.522</b>	<b>92.499</b>	<b>725.582</b>	<b>7.943.603</b>	<b>8.620.945</b>	<b>146.030</b>	<b>116.188</b>	<b>8.883.163</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		3.646.768	-	-	3.646.768	3.716.384	-	-	3.716.384
Suprimento de Energia Elétrica	31.1.5 31.2.1	2.900.309	(76.599)	(55.686)	2.768.024	2.199.380	-	-	2.199.380
Energia Elétrica de Curto Prazo		152.456	-	-	152.456	2.355.605	-	-	2.355.605
Disponibilização Sistema de Transmissão	31.1.6	425.989	-	(15.483)	410.506	349.576	-	(10.251)	339.325
Receita de Construção	31.2.5	-	53.824	-	53.824	-	146.030	-	146.030
Atualização da Bonificação pela Outorga	31.2.1	-	115.274	-	115.274	-	-	-	-
Outras Receitas	31.1.4	-	-	796.751	796.751	-	-	126.439	126.439
<b>TRIBUTOS</b>	31.1.4	<b>(1.194.092)</b>	<b>-</b>	<b>(9.241)</b>	<b>(1.203.333)</b>	<b>(1.221.088)</b>	<b>-</b>	<b>(6.776)</b>	<b>(1.227.864)</b>
ICMS		(552.507)	-	-	(552.507)	(568.303)	-	(5)	(568.308)
PIS-PASEP		(114.347)	-	(1.414)	(115.761)	(116.391)	-	(1.024)	(117.415)
COFINS		(526.702)	-	(6.513)	(533.215)	(536.250)	-	(4.715)	(540.965)
ISS		(536)	-	(1.314)	(1.850)	(144)	-	(1.032)	(1.176)
<b>ENCARGOS</b>		<b>(245.509)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(245.509)</b>	<b>(278.101)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(278.101)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(57.005)	-	-	(57.005)	(71.430)	-	-	(71.430)
Reserva Global de Reversão – RGR		20.146	-	-	20.146	(32.821)	-	-	(32.821)
Conta de Desenvol. Econômico – CDE		(33.933)	-	-	(33.933)	(25.158)	-	-	(25.158)
Comp.Financ.Util.Recur. Hídricos - CFUHR		(115.074)	-	-	(115.074)	(99.335)	-	-	(99.335)
Tx. Fisc. de Serv Energia Elétrica – TFSEE		(16.816)	-	-	(16.816)	(21.897)	-	-	(21.897)
Outros Encargos		(42.827)	-	-	(42.827)	(27.460)	-	-	(27.460)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>5.685.921</b>	<b>92.499</b>	<b>716.341</b>	<b>6.494.761</b>	<b>7.121.756</b>	<b>146.030</b>	<b>109.412</b>	<b>7.377.198</b>
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS</b>		<b>(3.349.156)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.349.156)</b>	<b>(2.978.691)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.978.691)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.052.165)	-	-	(3.052.165)	(2.601.484)	-	-	(2.601.484)
Encargo Transm., Conexão e Distribuição		(296.951)	-	-	(296.951)	(293.484)	-	-	(293.484)
Matéria-Prima e Ins. Prod. Energia Elétrica		(40)	-	-	(40)	(83.723)	-	-	(83.723)
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>2.336.765</b>	<b>92.499</b>	<b>716.341</b>	<b>3.145.605</b>	<b>4.143.065</b>	<b>146.030</b>	<b>109.412</b>	<b>4.398.507</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>(952.368)</b>	<b>(48.577)</b>	<b>(772.027)</b>	<b>(1.772.972)</b>	<b>(827.211)</b>	<b>(218.315)</b>	<b>(109.412)</b>	<b>(1.154.938)</b>
Pssal e Administradores		(452.153)	-	-	(452.153)	(401.167)	-	-	(401.167)
Materiais		(12.538)	-	-	(12.538)	(15.589)	-	-	(15.589)
Serviços de Terceiros		(133.666)	-	-	(133.666)	(159.432)	-	-	(159.432)
Arrendamentos e Aluguéis		(28.427)	-	-	(28.427)	(20.221)	-	-	(20.221)
Seguros		(3.357)	-	-	(3.357)	(2.876)	-	-	(2.876)
Doações, Contribuições e Subvenções		(1.988)	-	-	(1.988)	(18.880)	-	-	(18.880)
Provisões		(97.765)	-	-	(97.765)	(106.443)	-	-	(106.443)
Ajuste referente a desvalorização em Investimentos		(762.691)	-	-	(762.691)	-	-	-	-
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		(446)	-	-	(446)	(2.268)	-	-	(2.268)
(-) Recuperação de Despesas		1.539	-	-	1.539	1.029	-	-	1.029
Tributos		(1.652)	-	-	(1.652)	(1.471)	-	-	(1.471)
Depreciação e Amortização	31.1.6 31.2.2 31.2.3	(203.622)	5.354	15.483	(182.785)	(193.548)	(69.600)	10.251	(252.897)
Custo de Construção	31.2.5	-	(53.824)	-	(53.824)	-	(146.030)	-	(146.030)
Gastos Diversos	31.2.3	(49.792)	(107)	-	(49.899)	(26.199)	(2.685)	-	(28.884)
Outras receitas - Indenização da Transmissão	31.1.4	751.101	-	(751.101)	-	100.528	-	(100.528)	-
Outras Receitas Operacionais	31.1.4	43.089	-	(36.409)	6.680	19.326	-	(19.135)	191
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>1.384.397</b>	<b>28.439</b>	<b>(40.203)</b>	<b>1.372.633</b>	<b>3.315.854</b>	<b>(82.536)</b>	<b>10.251</b>	<b>3.243.569</b>
<b>Equivalência Patrimonial</b>		<b>(170.934)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(170.934)</b>	<b>746.177</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>746.177</b>
Resultado de Valor Justo em Operação Societária		-	-	-	-	729.442	-	-	729.442
Equivalência Patrimonial		(170.934)	-	-	(170.934)	16.735	-	-	16.735
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(1.208.485)</b>	<b>-</b>	<b>55.686</b>	<b>(1.152.799)</b>	<b>(785.494)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(785.494)</b>
Receitas Financeiras	31.1.5	167.850	-	3.488	171.338	204.741	-	-	204.741
Despesas Financeiras	31.1.5	(1.376.335)	-	52.198	(1.324.137)	(990.235)	-	-	(990.235)
<b>Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro</b>		<b>4.978</b>	<b>28.439</b>	<b>-</b>	<b>48.900</b>	<b>3.276.537</b>	<b>(82.536)</b>	<b>-</b>	<b>3.204.252</b>
Impostos sobre o Lucro		35.902	(14.934)	-	20.968	(912.556)	24.577	-	(887.979)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>40.880</b>	<b>13.505</b>	<b>15.486</b>	<b>69.868</b>	<b>2.363.981</b>	<b>(57.959)</b>	<b>10.251</b>	<b>2.316.273</b>

## d) Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório

	Nota	2016	2015 Reapresentado
<b>Patrimônio Líquido Societário</b>		<b>4.583.194</b>	<b>4.683.812</b>
<b>Efeito dos Ajustes de Práticas Contábeis</b>			
Reavaliação - Custo Atribuído	31.2.3	(715.663)	(740.529)
Base de Remuneração Regulatória - BRR	31.2.2	2.021	1.352
Bonificação Pela Outorga - BO	31.2.1	(69.457)	-
Tributos – IR/CS (Custo Atribuído, BRR e BO)	31.2.6	266.253	251.320
Reservas de Lucros		(4.339)	(4.339)
<b>Patrimônio Líquido Regulatório</b>		<b>4.062.010</b>	<b>4.191.616</b>

## e) Conciliação do Lucro Líquido Societário e Regulatório

	Nota	2016	2015 Reapresentado
<b>Resultado do Exercício - Societário</b>		<b>69.868</b>	<b>2.316.273</b>
<b>Efeito dos ajustes de práticas contábeis</b>			
Custo Atribuído Perdas/Ganhos Desativação	31.2.3	107	2.685
Remuneração do Ativo Financeiro	31.1.6	15.483	10.251
Depreciação - Reavaliação do Custo Atribuído	31.2.3	24.759	69.653
Depreciação - Base de Remuneração Regulatória (BRR)	31.2.2	670	(53)
Depreciação - Remuneração do Ativo Financeiro	31.1.6	(15.483)	(10.251)
Bonificação Pela Outorga (BO)	31.2.1	(69.457)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social (Custo Atribuído/BRR/BO)	31.2.6	14.933	(24.577)
<b>Total dos ajustes de práticas contábeis</b>		<b>(28.988)</b>	<b>47.708</b>
<b>Resultado do Exercício - Regulatório</b>		<b>40.880</b>	<b>2.363.981</b>

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento (mensuração e classificação) ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As diferenças entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

### 31.1 Reclassificações

Referem-se às diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais reclassificações não afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido ou o resultado da Companhia e estão demonstradas a seguir:

#### **31.1.1 Investimentos Temporários**

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores estão apresentados em Outros Ativos Circulantes.

### **31.1.2 Bens Destinados à Alienação**

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.27 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores são apresentados em Outros Ativos Não Circulantes.

### **31.1.3 Encargos Setoriais – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)**

Em 2015, o valor referente à CFURH foi apresentado, na contabilidade societária, no grupo de “Outros Passivos Circulantes”, na contabilidade regulatória o valor compõe o grupo de “Encargos Setoriais”.

### **31.1.4 Outras Receitas Operacionais**

Na contabilidade regulatória os valores referentes às rendas de prestação de serviços de operação e manutenção e os respectivos tributos, bem como a receita referente à atualização da indenização de transmissão, devem ser reconhecidos como receitas de atividade não vinculada e apresentados como outras receitas operacionais, conforme o MCSE (técnicas de funcionamento 7.2.180 e 7.2.188).

Na contabilidade societária estas receitas são apresentadas como receitas operacionais.

### **31.1.5 Receitas e Despesas Financeiras – Bonificação pela Outorga**

Na contabilidade regulatória os valores referentes à atualização da bonificação pela outorga são apresentados no resultado financeiro, na linha específica conforme a natureza (receita ou despesa financeira).

Na contabilidade societária o efeito líquido do resultado financeiro sobre a bonificação pela outorga é apresentado na receita operacional, na linha de suprimento de energia elétrica.

### **31.1.6 – Remuneração do Ativo Financeiro da Transmissão – Concessões Antigas**

Os ativos de concessão de transmissão são indenizados através da Receita Anual Permitida (RAP) a qual é composta, dentre outros, pelo valor da depreciação.

Na contabilidade regulatória os valores correspondentes à depreciação são registrados nas contas de despesas com depreciação em contrapartida ao ativo imobilizado.

Na contabilidade societária, no momento da adoção das IFRS, os ativos então registrados no Imobilizado foram integralmente transferidos para a rubrica de Ativo Financeiro da Concessão. Os valores referentes à depreciação/amortização, recebidos através da RAP, são registrados em conta redutora da receita operacional, tendo em vista que os ativos financeiros da concessão não sofrem depreciação/amortização.

## **31.2 Ajustes de Práticas Contábeis**

Referem-se às diferenças entre as normas contábeis regulatórias e societárias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais ajustes afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e/ou resultado da Companhia e estão demonstrados a seguir:

### **31.2.1 Investimento nas usinas adquiridas no lote D do leilão 12/2015 - Bonificação pela Outorga**

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga, paga pela Cemig GT, referente às usinas do Lote D do leilão 12/2015, foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como amortização do ativo financeiro constituído. O impacto líquido dessas transações está apresentado, na demonstração do fluxo de caixa, na rubrica Ativo Financeiro, reduzindo o valor do caixa gerado pelas atividades operacionais.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão, em observância ao Despacho ANEEL nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016. Os valores recebidos são reconhecidos como receita de suprimento de energia. O impacto líquido dessas transações está apresentado, na demonstração do fluxo de caixa, na rubrica Intangível, compondo o valor do caixa gerado pelas atividades de investimento.

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão tiveram as suas titularidades transferidas da Cemig GT para Sociedades de Propósitos Específicos –SPE, subsidiárias integrais da Cemig GT.

Em função das diferenças de critérios contábeis mencionadas acima, o valor do aporte nas SPE's constituídas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios da bonificação registrada, com o registro das diferenças na rubrica de investimentos e respectivo efeito tributário na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos. Tais diferenças geraram redução no patrimônio na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

### **31.2.2 Ativos vinculados à concessão – Transmissão**

Na contabilidade societária, os saldos dos ativos vinculados à concessão de transmissão são reconhecidos como ativos financeiros em função do direito incondicional de receber caixa, sem depender da demanda, em conformidade ao previsto na ICPC 01.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão de transmissão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos compostos pelo saldo da Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade a sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e baixas dos ativos de transmissão, sendo que na contabilidade societária somente são feitas as amortizações do ativo financeiro em conformidade ao recebimento dos valores através das tarifas.

### **31.2.3 Ativos vinculados à concessão – Geração**

#### *Custo atribuído*

Na contabilidade societária, quando da adoção das normas internacionais de contabilidade em 2010, a Companhia fez uma avaliação ao valor justo dos seus ativos de geração pelo custo de reposição, conforme laudo de avaliação realizado por empresa avaliadora, de acordo com o ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC's 27, 28, 37 e 43.

Nas demonstrações contábeis regulatórias os ativos de geração são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada.

### **31.2.4 Obrigações Especiais**

Na contabilidade regulatória os valores referentes às obrigações especiais são apresentados em contas específicas do passivo, no subgrupo Obrigações Vinculadas à Concessão e Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica, em observância ao MCSE (técnica de funcionamento 7.2.5).

Na contabilidade societária estes valores são registrados em contas redutoras do ativo financeiro e/ou ativo intangível, conforme ICPC 01\_R1.

### **31.2.5 Receita de Construção e Custo de Construção**

Na contabilidade regulatória não são registradas receitas e despesas de construção.

Na contabilidade societária são registradas receitas e despesas de construção correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia em ativos da concessão de transmissão, em conformidade ao previsto na ICPC.01 – Contratos de Concessão e CPC 17 – Contratos de Construção.

### **31.2.6 Efeitos fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Companhia registrou os efeitos fiscais correspondentes aos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

## **32. EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **Pagamento de Debêntures**

Em 15 de fevereiro de 2017, a Cemig GT amortizou integralmente a 1ª série da 3ª Emissão de debêntures, no valor de R\$ 553 milhões de reais (principal, acrescidos de juros) calculados até a data da efetiva amortização. Nesta mesma data, foram pagos também os juros da 2ª e 3ª séries da 3ª Emissão de debêntures no valor de R\$ 76 milhões de reais. Estes pagamentos foram realizados com recursos próprios.

### **Homologação da Receita Anual de Geração (RAG) da UHE Volta Grande**

Em fevereiro de 2017, ocorreu o vencimento da concessão da usina de Volta Grande, sendo que em 21 de março de 2017, através da Resolução nº 2.208, a Aneel homologou a RAG da UHE Volta Grande em regime de cotas, para o período de janeiro a junho de 2017, no montante de R\$20.006, em prestação temporária de serviço de geração de energia elétrica pela Cemig GT até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

### **Requerimentos de Instauração de Processos Administrativos no Ministério de Minas e Energia – Concessões das UHE’s de Volta Grande, Jaguara, São Simão e Miranda**

A Cemig GT reiterou, em fevereiro de 2017, junto ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), seu pedido de prorrogação, por 20 (vinte) anos, nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/97, dos prazos de concessão das UHE’s de Jaguara, São Simão e Miranda, e, subsidiariamente, requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17/11/2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 (trinta) anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso, uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que: I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018; II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro. Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato

CEMIG nº 007/1997, a CEMIG GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.

Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/1997.

Nesta mesma data, a Companhia protocolizou junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

#### **Decisão Liminar no Mandado de Segurança da Usina de São Simão**

O Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) concedeu a liminar para manter a Cemig Geração e Transmissão S/A (“Cemig GT”) na titularidade da concessão da Usina Hidrelétrica de São Simão (“UHE São Simão”), em Minas Gerais, nas bases iniciais do Contrato de Concessão n.º 007/97, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança nº 21.465, no STJ, impetrado pela Companhia.

Conforme movimentação processual no sítio do STJ (06/03/2017, às 20h14) e certidão STJ nº 1783814 (gerada em 07/03/2017, às 06h47), foi “...concedida a medida liminar de Cemig Geração e Transmissão S/A até a conclusão do julgamento do presente mandado de segurança, para permitir que a ora impetrante permaneça na titularidade da concessão da Usina de São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/97”.

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 21.465/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de São Simão, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

#### **Revogação da liminar na Ação Cautelar 3980/STF - Usina Jaguará**

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina de Jaguará (“UHE Jaguará”) sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97.

Conforme movimentação processual no sítio do STF (21 de março de 2017), foi “revogada a liminar anteriormente concedida, determinando o seguimento da demanda, com envio dos autos à douta Procuradoria Geral da República - PGR, para manifestação de estilo nos autos do RMS nº 34.203”.

#### **Revogação de Medida Liminar – Usina de Miranda**

Em 29 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 23.042/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

#### **Homologação da Receita Anual de Geração (RAG) da UHE Jaguará**

Em 25 de abril de 2017, o Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 158/17, designou a Cemig GT como responsável, em caráter temporário, pela prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio da UHE Jaguará, de forma a garantir a continuidade do serviço. Em 16 de maio de 2017, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.247/17, homologou a Receita Anual de Geração – RAG em regime de cotas, para o período de 27 de abril a 30 de junho de 2017, no montante de R\$11.562, ou até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

#### **Homologação da Receita Anual de Geração (RAG) da UHE Miranda**

Em 25 de abril de 2017, o Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 157/17, designou a Cemig GT como responsável, em caráter temporário, pela prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio da UHE Miranda, de forma a garantir a continuidade do serviço. Em 16 de maio de 2017, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.247/17, homologou a Receita Anual de Geração – RAG em regime de cotas, para o período de 27 de abril a 30 de junho de 2017, no montante de R\$8.984, ou até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

#### **Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)**

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se

desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

Em 30 de setembro de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$44.516, correspondente a adesão, até a data mencionada, de 229 empregados.

### **Alienação de Parques Eólicos pela Renova**

A Renova Energia S.A. em atendimento à Instrução CVM nº 358/2002, conforme alterada, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que acordou com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) oferta vinculante (“Oferta AES”) para alienação do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II (“Alto Sertão II”).

Em 18 de abril de 2017 ocorreu a assinatura do Contrato de Compra de Ações (“Contrato” ou “CCA”) do Complexo Eólico Alto Sertão II entre a sua coligada, Renova Energia S.A. (“Renova”), a Renovapar S.A. e a AES Tietê Energia S.A. (“AES”), tendo como Interveniante Anuente a Nova Energia Holding S.A..

Por meio do Contrato, a AES se comprometeu em adquirir 100% das ações da Nova Energia Holding S.A., empresa que controla a subholding Renova Eólica Participações S.A. que, por sua vez, detém 100% das 15 sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Alto Sertão II, pelo valor de R\$600,0 milhões (seiscentos milhões de reais) (“Transação”).

Em 3 de agosto de 2017, com o fechamento da venda dos parques do Alto Sertão II para a AES Tietê Energia, a Renova quitou o saldo das debêntures e transferiu o saldo da dívida desses parques, (R\$1.115.750, em 30 de junho de 2017), reduzindo seu endividamento em R\$1.480.684.

A Administração da Renova ressalta que a transação está alinhada com o seu novo direcionamento estratégico, que objetiva o reequilíbrio de sua estrutura de capital e a sustentabilidade do negócio no longo prazo.

Mais esclarecimentos sobre a operação poderão ser discutidos com a Companhia. A Cemig GT manterá seus acionistas e o mercado oportunamente e adequadamente informados sobre o andamento desse processo.

### **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital**

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração deliberou autorizar o aumento de capital no montante de R\$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será capitalizado, por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada.

## Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Companhia tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referente a indenização dos ativos de transmissão e apurou os seguintes valores como indenização. Ainda não houve julgamento do mérito.

Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
<b>Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização</b>	<b>892.050</b>
Atualização Portaria MME nº120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 06/2017	1.033.780
Ajuste da BRR dos Ativos de Transmissão - Nota Técnica Aneel nº 183/2017	149.255
Atualização Financeira	25.894
Recebimentos	(125.204)
<b>Total em 30/09/2017</b>	<b>1.975.775</b>

A Resolução Normativa nº762, de 21 de fevereiro de 2017, definiu os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016. Desta forma, a partir de julho de 2017, a Companhia começou a receber esta indenização.

## Concessão de Direito de Exclusividade

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de julho de 2017, a Companhia aprovou e orientou o voto favorável de seus representantes na reunião do Conselho de Administração da investida Renova Energia S.A. ("Renova"), também realizada em 17 de julho de 2017, para aprovação da concessão do direito de exclusividade à Brookfield Energia Renovável S.A. incluindo a realização de *due diligence* e negociação dos documentos finais para um aporte primário na Renova e venda da participação da Light Energia na Renova, conforme proposto em oferta não vinculante. A exclusividade, concedida naquela época por um período de 60 dias, contados a partir de 17 de julho de 2017 e renovada por mais 30 dias, encerrou-se em 17 de outubro de 2017. Tal fato não altera o estágio da negociação com a Brookfield para a realização da citada operação.

## **Usinas hidrelétricas São Simão, Miranda, Jaguará e Volta Grande**

Em 03 de agosto de 2017, através da Portaria nº 291/17, o Ministério de Minas e Energia – MME estabeleceu os valores de indenização, à Cemig GT, pelos investimentos feitos nas usinas de São Simão e Miranda e não amortizados até o fim do contrato. O valor total da indenização é de R\$1,027 bilhão, sendo R\$ 243,59 milhões destinados à indenização da usina de São Simão e R\$ 784,15 milhões destinados à indenização da usina de Miranda, valores referentes a dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, respectivamente.

Os valores serão atualizados, pro rata die, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, até a data de assinatura do Contrato de Concessão pelo vencedor da licitação da concessão das Usinas e pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão até a data do efetivo pagamento da indenização. Adicionalmente, em que pese a existência de discussões judiciais pendentes conforme mencionado na nota explicativa nº 4, em 08 de agosto de 2017 a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel aprovou o edital do leilão nº 1/2017 de concessão da usinas de Jaguará, São Simão, Volta Grande e Miranda, previsto para ocorrer em setembro de 2017.

Em 27 de setembro de 2017, o Governo Federal leiloou as concessões das usinas hidrelétricas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, esta última cujo contrato de concessão também venceu em fevereiro de 2017, anteriormente pertencentes à CEMIG GT, com uma capacidade total de 2.922 MW, por um valor total de R\$12.130.784. Os licitantes vencedores das concessões são terceiros não relacionados à CEMIG.

Até a assinatura dos novos contratos de concessão com os concessionários vencedores do Leilão 01/2017, bem como a efetiva transferência da posse das respectivas instalações, enquanto durar o período de operação assistida previsto no edital do Leilão 01/2017, o Ministério de Minas e Energia mantém a Companhia como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica das usinas Jaguará, Miranda, São Simão e Volta Grande, de forma a garantir a continuidade do serviço. A Receita Anual de Geração (RAG) das usinas totaliza o valor de R\$433.243 por ano, tendo sido reconhecida receita no montante de R\$330.369 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$238.641 no mesmo período de 2016). O período de operação assistida não poderá ultrapassar 180 dias da data de assinatura dos novos contratos de concessão.

Com relação às discussões judiciais onde a Companhia requereu o seu direito à prorrogação da concessão por mais 20 anos, os assessores jurídicos da Companhia reavaliaram a possibilidade de êxito da Cemig para remota considerando a recente decisão do STF e a ocorrência, em 27 de setembro de 2017, do Leilão 01/2017.

## **Venda de ativos – Complexo Eólico Umburanas pela Renova**

Em 23 de agosto de 2017, a Renova assinou contrato de Cessão de Direitos, Obrigações e Outras Avenças do Complexo Eólico Umburanas, com capacidade instalada total de 605 MW, com a Engie Brasil S.A. (“Engie”). O preço base da transação é de R\$15.000, sujeitos a ajustes caso sejam satisfeitas determinadas condições precedentes da transação.

O escopo da Transação envolve a cessão de direitos referentes aos seguintes projetos: (i) “Projeto Umburanas I”, projeto que atendia ao leilão LEN A-5 2013 com capacidade instalada de 355,5MW, posteriormente descontratado no MCSD A4+; (ii) “Projeto Umburanas II”, referente ao leilão LEN A-5 2014 com capacidade instalada de 108,9MW; (iii) “Projeto Umburanas III”, referente ao potencial eólico remanescente, detido pela Renova na região de Umburanas.

Ressaltamos que o fechamento da Transação está sujeito a certas condições precedentes previstas no Contrato, inclusive, a aprovação por órgãos regulatórios.

A Companhia informa que a Transação não traz nenhum prejuízo às negociações já em curso com a Brookfield Energia Renovável, objeto de divulgação pela Companhia em Comunicado ao Mercado no dia 04 de julho e Fato Relevante no dia 17 de julho de 2017.

Em 24 de outubro de 2017, durante a 40ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2017 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), foi aprovada a transferência do Complexo Eólico Umburanas para a Engie.

Porém, como a negociação envolvia o pedido de cancelamento de 4 outorgas deste mesmo Complexo, restou decidido (i) pela aplicação de uma penalidade de R\$3,8 milhões à Renova e (ii) pela suspensão do direito da Renova de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL pelo período de 1 ano. Os controladores da Renova não serão afetados pela decisão.

## **Aditivos a contratos de empréstimos com o Banco do Brasil**

A Cemig GT celebrou, em 23 de outubro de 2017, aditivos a contratos de empréstimos firmados com o Banco do Brasil, no valor total de R\$549 milhões, com a finalidade de postergar em 60 dias o pagamento de parcelas com vencimentos em 24, 26 e 30 de outubro de 2017. Os juros a serem calculados sobre o saldo devedor passaram de 108% do CDI e de 112% do CDI para 128% do CDI, sendo que um dos aditivos manteve os juros na taxa original de 132,9% do CDI. As hipóteses de vencimento antecipado também foram objeto de alteração, para ficarem aderentes às cláusulas da 7ª Emissão de Debêntures Simples da Cemig GT.

Até 30 de dezembro de 2017, Cemig GT amortizou antecipadamente o valor de R\$327 milhões, conforme previsto em contrato.

### **Proposta vinculante para aporte primário na Renova**

Em 12 de novembro de 2017, a controlada em conjunto Renova Energia S.A. recebeu da Brookfield uma proposta vinculante para aporte primário na mesma no valor de R\$ 1,4 bilhão, ao preço de R\$ 6,00 por unit.

Em adição, a oferta inclui earn-out de até R\$ 1,00 por unit, relativo a qualquer valor recebido pela Renova decorrente de ajuste futuro no preço de venda do Complexo Eólico Alto Sertão II.

A proposta ainda prevê o cumprimento de condições precedentes comuns em transações dessa natureza.

Em caso de aceite, será concedido à Brookfield um período de exclusividade de 60 dias, prorrogáveis por mais 30 dias, para finalização dos documentos da transação. Tal transação deverá ser apreciada e aprovada pelos órgãos de governança da Renova e de seus controladores.

### **Emissão de Eurobonds**

Em 05 de dezembro de 2017 a Cemig GT realizou a emissão de Eurobonds no valor de U\$1.000.000.000, em série única, com prazo de vigência de 07 (sete) anos. O Eurobonds conta com garantia fidejussória e os juros serão pagos semestralmente, à taxa de juros de 9,25% ao ano. O pagamento do principal ocorrerá em 05 de dezembro de 2024, podendo haver pagamentos antecipados a partir de 05 de dezembro de 2023. Essa emissão contou com hedge de Full Swap dos juros e uma Call Spread para pagamento do principal, a uma taxa final de 150% do DI.

### **Reperfilamento da Dívida**

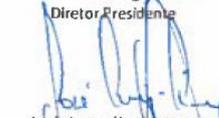
A Cemig GT negociou suas dívidas com o seu principal banco credor para preservar a sua liquidez, por meio do alongamento do cronograma de amortizações associado a um período de carência para início dos pagamentos (Reperfilamento). As dívidas-alvo apresentam um valor total R\$1,1 bilhão em CCBs com o Banco do Brasil, com vencimentos em 2017 e 2018. Após a conclusão, contará com pagamentos mensais de juros de 140% do CDI, a partir de janeiro de 2018 e a amortização do principal começará em 2019, com pagamentos mensais na seguinte distribuição anual: 33,36% em 2019 e 2020 e 33,28% em 2021. Os novos aditivos contarão com garantias de contratos de cessão fiduciária de recebíveis e de dividendos, bem como de alienação fiduciária de ações.

\*\*\*\*\*

  
**Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga**  
Diretor Presidente

  
**Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga**  
Diretor Vice-Presidente, Interina e cumulativamente

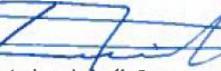
  
**Adélio de Almeida Lima**  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

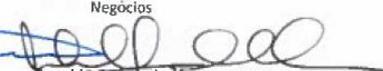
  
**José de Araújo Lima Neto**  
Diretor de Gestão Empresarial

  
**Dimas Costa**  
Diretor Comercial

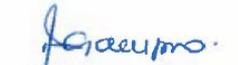
  
**José Maria Rabelo**  
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

  
**Thiago de Azevedo Camargo**  
Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

  
**Luciano de Araújo Ferraz**  
Diretor Jurídico

  
**Ronaldo Gomes de Abreu**  
Diretoria sem denominação específica

  
**Franklin Moreira Gonçalves**  
Diretor de Geração e Transmissão

  
**Maura Galuppo Botelho Martins**  
Diretora de Relações e Recursos Humanos

  
**Leonardo George de Magalhães**  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140

  
**Leonardo Felipe Mesquita**  
Gerente de Contabilidade  
Contador – CRC-MG 85.260

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Cemig Geração e Transmissão S.A.  
Belo Horizonte – MG

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") por meio da Resolução Normativa 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa 605, de 11 de março de 2014.

### **Base para opinião com ressalva**

*Investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial mensurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil*

Conforme divulgado na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis regulatórias, os investimentos que a Companhia detém nas empresas mencionadas na referida nota explicativa, registrados pelo método de equivalência patrimonial, foram mensurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras societárias. Consequentemente, o saldo do investimento em 31 de dezembro de 2016 nessas empresas, no montante de R\$7.704.361 mil (R\$5.752.448 mil em 31 de dezembro de 2015), e o respectivo resultado de equivalência patrimonial no montante negativo de R\$170.934 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$16.735 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015), estão mensurados por outra prática contábil que não aquelas estabelecidas pelo MCSE. Portanto, não nos foi possível por procedimentos de auditoria concluir sobre a existência de possíveis ajustes sobre o saldo de investimentos e resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, bem como sobre as respectivas divulgações.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Compromissos financeiros de curto prazo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$3.030 mil. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, pois o processo para a conclusão de que não existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia envolveu julgamento por parte Administração em decorrência da necessidade de avaliação da capacidade da Companhia em honrar seus compromissos financeiros de curto prazo, em especial as alternativas disponíveis para acesso ao mercado financeiro nacional e internacional para emissão de títulos de dívida de longo prazo, plano de desinvestimento e geração futura de caixa.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes e especializados na avaliação do tema, incluindo nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para auxiliar na avaliação da operação e do adequado tratamento contábil; (ii) avaliação da capacidade de geração de fluxo de caixa operacional decorrente das concessões existentes, (iii) avaliação do histórico de captações, captações planejadas, estágio atual dos processos de captação iniciados e avaliações das agências de rating, e (iv) avaliação das vendas de ativos realizadas, bem como a valorização de ativos passíveis de alienação e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

#### Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e 22 às demonstrações contábeis regulatórias, a receita da Companhia decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da existência de um risco presumido de fraude no reconhecimento da receita tendo em vista a possibilidade da Administração burlar os controles internos implementados na Companhia para registro de transações com o intuito de melhorar a apresentação ou divulgação das condições financeiras ou dos resultados da Companhia. A Administração está em uma posição privilegiada para burlar os controles internos da Companhia, se assim desejar. Dado o potencial impacto que tal ação poderia acarretar sobre as demonstrações contábeis regulatórias, este foi considerado por nós como um assunto principal de auditoria.

Nossos procedimentos para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) avaliação dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das transações de receita, (ii) obtenção da totalidade de lançamentos contábeis com o objetivo de selecionar lançamentos contábeis nas contas de receita com características de interesse específicas (lançamentos contábeis manuais) com o intuito de identificar

eventuais lançamentos potencialmente indevidos, (iii) exame documental para lançamentos contábeis selecionados com o objetivo de avaliar sua substância econômica, relação com as atividades de Companhia e o adequado tratamento contábil, e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

## **Ênfases**

### *Base Contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

### *Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão e Miranda*

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e 32 às demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### *Riscos relacionados a leis e regulamentos*

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 12 às demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 12 às demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

### *Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.*

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1, 12 e 32 às demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outros Assuntos**

### *Demonstrações financeiras societárias*

A Cemig Geração e Transmissão S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual

emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de abril de 2017.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011.609/O-8 F/MG

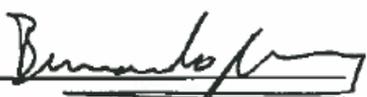
Marcelo Salvador  
Contador  
CRC nº 1 MG 089.422/O-0

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2018.

Concessionária: Cemig Geração e Transmissão S.A.

  
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga  
Diretor Presidente

  
Adézio de Almeida Lima  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

  
Leonardo George de Magalhães  
Superintendente de Controladoria  
CRC MG 53.140

  
Leonardo Felipe Mesquita  
Gerente de Contabilidade  
CRC MG 85.260

### RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

(...)

X - fornecer informação falsa a ANEEL;

### CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.